



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Departamento de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História

VICTOR LIMA PEREIRA SANTOS

HISTÓRIA, VERDADE, FICÇÃO:
Fronteiras epistemológicas no romance de Jorge Amado

FEIRA DE SANTANA-BAHIA
2019

VICTOR LIMA PEREIRA SANTOS

HISTÓRIA, VERDADE, FICÇÃO:
Fronteiras epistemológicas no romance de Jorge Amado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em História.

Linha de pesquisa: Cultura, identidade e linguagens.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira

FEIRA DE SANTANA-BAHIA
2019

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

S239

Santos, Victor Lima Pereira

História, verdade, ficção : fronteiras epistemológicas no romance de Jorge Amado / Victor Lima Pereira Santos. – 2019.

116 f.

Orientador: Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em História, Feira de Santana, 2019.

1. Historiografia. 2. Literatura brasileira – Romance. 3. Literatura amadiana – aspectos históricos . 4. Ciclo do Cacau – Região Sul da Bahia. 5. Faria, Jorge Leal Amado de, 1912-2001 – escritor brasileiro. I. Oliveira, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 930:869.0(81)-31

VICTOR LIMA PEREIRA SANTOS

HISTÓRIA, VERDADE, FICÇÃO:
Fronteiras epistemológicas no romance de Jorge Amado

Feira de Santana, _____.

Dr. Clóvis F. Ramaiana Moraes Oliveira – UEFS
(Orientador)

Dr.^a Laila Brichta - UESC

Dr. Rinaldo César Nascimento Leite – UEFS

*Dedicado à memória de
Dona Conceição*

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, pelo apoio financeiro.

Ao professor Clóvis, que me orienta inadvertidamente desde idos de 2014, quando apresentei comunicação em simpósio ministrado por ele no congresso estadual da Anpuh. Foi ali que iniciei os primeiros passos rumo à expansão do meu horizonte acadêmico, até então restrito ao cumprimento de disciplinas da graduação. É simbólico que a caminhada tenha começado em seu simpósio. As cerca de 120 páginas dessa dissertação existem hoje porque, há cinco anos, Clóvis deu oportunidade para uma comunicação e um artigo com 12. Além disso, as discussões que ali começaram continuariam na forma de orientações, aulas e conversas informais. Enquanto o acompanhei, não pude deixar de aprender qualquer coisa com ele.

À professora Laila, cujas aulas, ainda na graduação, causaram um estrago tão irreparável quanto fundamental para o direcionamento de tudo o que venho pesquisando desde então. Foi uma disciplina sobre História e Literatura, que semeou as raízes pelo meu interesse nesse estudo de fronteiras. As escolhas que me trouxeram até aqui remontam ao espaço que ela ofereceu a essa interlocução, sou bastante grato.

Ao professor Rinaldo, pela importância que suas aulas tiveram na guinada para uma discussão mais conceitual e teórica da historiografia. Especialmente a introdução e o primeiro capítulo desse trabalho são consequências dos debates que ele promoveu em sala. Por isso agradeço não só ao professor, mas a toda a turma da Linha 01 do mestrado. Além de tudo, tornaram a caminhada mais agradável.

A meus pais, David e Rita, que nunca pouparam esforços para me apoiar nesse percurso, e não me refiro somente ao acadêmico. Agradeço pelo imensurável que me foi oferecido, pelo suporte incansável e por todo o carinho que veio junto. Sem o exemplo e as rotas abertas por vocês, eu estaria à deriva.

A Dona Nai, minha avó e coautora secreta, pelo abrigo. Para dizer o mínimo, sem ela eu não teria sequer uma tomada onde ligar o computador, quanto mais a possibilidade de escrever esse texto. Se isso não for coautoria, eu não sei mais o que é.

A Léo, a quem me orgulho de chamar de irmão e que labuta sua própria caminhada à beira do rio. Me deixa feliz, a certeza de que ela será frutífera e de que eu estarei por perto para ver.

A Nivana, desbravadora, companheira e maior inspiração. Agradeço pelo incentivo e pelo afeto, sobretudo. Prefiro dedicar o trabalho também a você, a quem minha gratidão nem cabe aqui.

*– No one ever believed it enough to make it real. The same
cannot be said of my world.*

– Your books aren't real.

*– But they've sold over a billion copies. I've been translated
into eighteen languages. More people believe in my work than
believe in the bible.*

(In the mouth of madness, 1994)

RESUMO

Nas zonas fronteiriças da História e da Literatura, o trabalho aborda os nexos históricos construídos no *ciclo do cacau* de Jorge Amado, conjunto de romances que tomam o Sul da Bahia como espaço diegético e cujas narrativas se passam no início do século XX. O escritor propõe significados a respeito do passado do Sul da Bahia, utilizando referenciais fundamentalmente associados à construção simbólica do lugar enquanto *região*. Para entendermos como a instituição de uma região está associada às interações entre representação literária e relações de poder que vigoraram e impuseram projetos próprios de sociedade, levamos em consideração a capacidade que possuem de selecionar e perpetuar constructos imagéticos específicos, em detrimento de outros, postos à margem. Junto a isso, percebemos que Jorge Amado interpretou a história da região à medida que seus romances falam do surgimento de povoados, do mito de origem regional e de como o desenvolvimento urbano e a modernidade transformaram a paisagem e as sociabilidades do lugar. Atentos aos significados históricos que a literatura tem a capacidade de mobilizar, comparamos História e Literatura, seus propósitos, limites, diretrizes e possibilidades. Através de uma variada contribuição teórica de textos historiográficos, sociológicos, filosóficos e literários, analisamos *Cacau* (1933), *Terras do Sem Fim* (1943), *São Jorge dos Ihéus* (1944), *Gabriela, cravo e canela* (1958) e *Tocaia Grande* (1984), em busca dos significados que a literatura amadiana alimenta em torno do Sul Baiano. Com isso, traçamos percursos interdisciplinares que aventam o estatuto da historiografia, partindo da percepção de que os choques entre as diferentes instâncias de enunciação da realidade, inclusive a História, são inevitáveis e potencialmente produtivos.

Palavras-chave: Historiografia. Literatura. Região. Teoria.

ABSTRACT

From inside the border areas of History and Literature, this work approaches the historical senses built in Jorge Amado's *ciclo do cacau*, a collection of novels that takes Southern Bahia as their diegetic space and which narratives take place at the beginning of the 20th century. The author proposes meanings regarding Southern Bahia's past, using benchmarks profoundly associated with the symbolical making of the space as a *region*. In order to comprehend how the instituting of a region is connected to interactions between literary representations and power relations that vigorated and enforced particular society projects, we are considering the capacity they detain of selecting and perpetuating specific imagetical constructs at the expense of others, which are marginalized. In addition, we reckon that Jorge Amado interpreted the region's history as his novels address the founding of communities, regional origin myth and how urban development and modernity transformed the place's landscapes and sociabilities. Attentive to the historical meanings that literature is able to mobilize, we compare History and Literature, their purposes, limits, policies and possibilities. Through a diverse theoretical contribution from historiographic, sociologic, phylosophic and literary texts, we analyse *Cacau* (1933), *Terras do Sem Fim* (1943), *São Jorge dos Ihéus* (1944), *Gabriela, cravo e canela* (1958) e *Tocaia Grande* (1984), seeking the meanings which amadian literature arouses over Southern Bahia. Furthermore, we trace interdisciplinary routes which ventilate the historiography status, assuming that the clash of different reality enunciating instances, such as History itself, are inevitable and potentially productive.

Keywords: Historiography. Literature. Region. Theory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 ROTAS EM ZONAS DE FRONTEIRA.....	18
1.1 Percursos possíveis.....	18
1.1.1 Verdade e ficção.....	19
1.1.2 Imagens.....	24
1.1.3 Literatura como fonte.....	28
1.2 Jorge Amado e o <i>ciclo do cacau</i>.....	36
2 A REGIÃO ENUNCIADA (E SUAS MARGENS).....	45
2.1 A Invenção da Região.....	45
2.2 <i>Sul da Bahia</i>, um recorte.....	53
2.2.1 O homem grapiúna.....	53
2.2.2 À margem do mito.....	59
3 AMADO INTERPRETA O PASSADO.....	77
3.1 Tocaia Grande, romance-síntese.....	77
3.1.1 Narrativas de fundação.....	80
3.1.2 Narrativas de massacre.....	87
3.2 Progresso e mito nas temporalidades amadianas.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	113

INTRODUÇÃO

A dúvida se capilariza através de uma contemporaneidade marcada pela crise das representações, pela inflação de imagens e o colapso de suas autenticidades, pelo cinismo da pós-crítica e a desconfiança generalizada das instituições. Ao mesmo tempo em que as verdades são questionadas ininterruptamente, também se proliferam verdades particulares que mobilizam uma série de efeitos, dos quais alguns são objetivamente fatais, mas que variam desde viabilizar a necropolítica, tornando-a palatável, até a reinvenção da geometria terrestre.¹ O plano imaterial da realidade parece mais instável e conturbado do que em qualquer outro momento da história, paira a sensação de uma realidade que nunca foi tão múltipla, tão fraturada, uma realidade que se fragmenta em um ritmo exponencial. Nos preocupam as consequências negativas disso tudo, elas são materiais e nos afetam de forma direta, seja politicamente, socialmente, ou educacionalmente enquanto comunidade. Entretanto, penso que fechar os olhos para esses fenômenos não poderá nos ajudar em coisa alguma.

De acordo com o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, um dos aspectos da modernidade que se tornou *líquida* é a nova condição das instituições e dos padrões de comportamento, que vão perdendo a capacidade de manter sua forma por muito tempo, acabam se decompondo e se dissolvendo mais rápido que o tempo levado para serem moldados. Com isso, eles deixam de servir como arcabouço de referências para as ações humanas e para as estratégias existenciais de longo prazo.² Bauman se refere a um movimento na sociedade contemporânea que nos ajuda a entender esse fenômeno: segundo ele, ao mesmo tempo em que as pessoas teriam deixado de se questionar, sentindo-se absolvidas do dever de examinar, justificar e provar a validade de suas suposições tácitas, elas não suprimiram o pensamento crítico como um todo. Pelo contrário, nossa sociedade “fez da crítica da realidade, da insatisfação com ‘o que aí está’ e da expressão dessa insatisfação uma parte inevitável e obrigatória dos afazeres da vida de cada um de seus membros”.³ Trata-se de uma liberdade crítica sem precedentes, que

¹ Podemos citar alguns exemplos: o terraplanismo; a negação do holocausto e da escravidão; e a ascensão dos projetos políticos e ideológicos da extrema direita no Brasil e mundo afora. Sobre a *necropolítica*, ler MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3 ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018. Tradução de Renata Santini.

² BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. p. 7.

³ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. Tradução de Plínio Dentzien. p. 30.

traz sua outra face a tiracolo, uma impotência crítica sem precedentes, associada aos revisionismos mais delirantes.

Atrelado a isso, a verdade se metamorfoseia em objeto de consumo, integra um mercado, o que nos permite falar em *bens intelectuais*, ou *bens epistemológicos*, sem deixarmos de fazer sentido. Bauman fala sobre um clamor de assistência intelectual instantânea, que não mais se sacia com o produto do trabalho intelectual tradicional. A importância pública dos textos passa a ter seu respaldo na notoriedade, um cenário em que “os intelectuais descobrem-se em competição com os esportistas, as estrelas pop, os vencedores da loteria, bem como os terroristas e os *serial killers*”.⁴ Conquistar a atenção do público passa menos por uma relação de justiça e honestidade intelectual, pois o que se leva em conta nesse momento é a repercussão das ideias, o espaço que as mídias lhes consagram, o que depende sobretudo do seu potencial de mercado, sua perspectiva de venda.⁵

Não se trata de defender a relativização extrema e desmesuradamente iconoclasta da verdade, que também impacta a História, em sua condição de instituição na qual a *verdade* ocupa um papel norteador. Ao invés, entendemos ser fundamental observar que há muito lidamos com processos de relativizações generalizadas, potencialmente corrosivos e que se agravam diariamente, até mesmo para sabermos como nos articular em torno deles enquanto professores e historiadores. Por isso, acredito que falar das fronteiras entre História e Literatura significa uma tentativa de se debruçar sobre a questão maior, que envolve uma multiplicidade de áreas do conhecimento, de forma que possamos evidenciar alguns de seus aspectos partindo do lugar do historiador. A discussão que realizamos no primeiro capítulo, mas que ressoa ao longo de todo o texto, deriva de uma inquietação pessoal a respeito do que é, ou do que pode ser, a História. Houve um momento em que acreditei que confrontá-la com a literatura seria uma maneira prazerosa de esboçar respostas à questão, por isso o lugar central que a obra de Jorge Amado ocupa nessa empreitada.

Sabemos que o tema é delicado e nem sempre soa bem aos ouvidos dos historiadores, uma vez que a luta que travamos para ter a legitimidade da disciplina reconhecida, além de ser exaustiva, é histórica e persiste. Por isso, julgamos importante deixar claro que nenhum retrocesso nesse sentido é desejado, não advoga-se aqui pela

⁴ BAUMAN, Zygmunt. **A Vida Fragmentada**: ensaios sobre a moral pós-moderna. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2007. Tradução de Miguel Serras Pereira. p. 243.

⁵ *ibidem*, p. 242.

plena identificação entre História e Literatura, muito menos pelo esfarelamento da *verdade* e de sua importância diante da historiografia. De antemão, levamos em consideração algumas discussões como a crítica ao relativismo radical feita por Carlo Ginzburg, que o vê nocivo quando chega ao limite de embaralhar juízos de fato e juízos de valor, expondo o conhecimento ao risco de uma fragmentação em uma série de pedaços incomunicáveis, uma particularização extrema que isola cada grupo no interior de sua própria relação com o mundo.⁶ Ele entende que o progresso científico do século XIX produziu uma noção de conhecimento baseada no espelhamento passivo da realidade, que foi sucedida pela ênfase dos elementos construtivos do conhecimento no século XX. O que nos dá margem para pensar que o relativismo exacerbado foi também engendrado em um contexto de *efeito rebote* do positivismo científico, que prevaleceu até as primeiras décadas do século XX. Defendendo a possibilidade de uma perspectiva que não se perca no dicotomismo alienante, Ginzburg diz:

As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os céticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. Mas a construção [...] não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio da realidade. O conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível.⁷

Sua visão do trabalho historiográfico passa pela refutação da suposta incompatibilidade entre as provas e a retórica, que na verdade seriam fundamentais uma à outra, e pela sustentação da *verdade* como objetivo final a ser alcançado pela pesquisa, o horizonte que lhe dá direção.⁸

Ainda a respeito do relativismo, suas consequências e seus limites, a pesquisadora Donna Haraway é outra a defender uma postura moderada como alternativa à inclinação radical para um dos extremos, *relativismo* e *totalização*, que operam através da negação mútua. Em um de seus ensaios, ela realiza a seguinte crítica:

But the alternative to relativism is not totalization and single vision, which is always finally the unmarked category whose power depends on systematic narrowing and obscuring. The alternative to relativism is partial, locatable, critical knowledges sustaining the possibility of webs of connections called solidarity in politics and shared conversations in epistemology. Relativism is a way of being nowhere while claiming to be everywhere equally. The "equality"

⁶ GINZBURG, Carlo. **Relações de Força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Tradução de Jônatas Batista Neto. P. 38, 39.

⁷ *ibidem*. p. 44-45.

⁸ *ibidem*. p. 61-63.

of positioning is a denial of responsibility and critical inquiry. Relativism is the perfect mirror twin of totalization in the ideologies of objectivity; both deny the stakes in location, embodiment, and partial perspective; both make it impossible to see well. Relativism and totalization are both "god tricks" promising vision from everywhere and nowhere equally and fully, common myths in rhetorics surrounding Science. But it is precisely in the politics and epistemology of partial perspectives that the possibility of sustained, rational, objective inquiry rests.^{9 10}

Trata-se de um posicionamento simultaneamente incisivo e conciliatório que vai ao encontro da perspectiva de Ginzburg. Ambos renegam o movimento de retroalimentação entre os polos do relativismo e da totalização para defender um percurso que reconheça o perspectivismo das subjetividades, sem que isso leve a ignorar as brechas através das quais a realidade se infiltra.

A respeito de Jorge Amado, entendemos que sua obra é apropriada à discussão, porque percebemos em uma porção delas esforços para interpretar o passado do país e do Sul da Bahia. Não defendemos que a literatura amadiana é o mesmo que historiografia, mas, ponderamos a potencial relevância das imagens mobilizadas em seus romances na interpretação que as pessoas fazem do passado. Suas narrativas se transformaram em referência para pensar o passado da região, uma vez que muitas das imagens veiculadas sobre a história do Sul baiano remetem aos livros que escreveu. Podemos especular e atribuir tal fato à enorme popularidade que seus romances alcançaram e, conseqüentemente, seu trânsito por diferentes mídias, sem perder de vista as razões políticas que abordaremos ao longo do texto. Nunca será demais lembrar Durval Muniz de Albuquerque Jr., quando fala da natureza imagética de nosso território existencial,¹¹ até mesmo porque nem sempre, e nem todos, se preocupam em fazer distinção dessas imagens, em hierarquizá-las conforme o grau de verossimilhança, ou o respaldo documental, tão imprescindível à historiografia. Afinal, são muitas as mídias, gêneros, artes e ciências que concorrem para alimentar o território imagético em que nos situamos.

⁹ HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, College Park, v. 14, n. 3, p.575-599, set-dez. 1988. Disponível em: <goo.gl/7pGZUP>. Acesso em: 15 jan. 2019. p. 584.

¹⁰ A alternativa para o relativismo não é a totalização e a perspectiva única, categoria indefinida cujo poder depende de um estreitamento e obscurecimento sistemáticos. A alternativa para o relativismo está nos conhecimentos parciais, localizáveis e críticos que sustentam a possibilidade de redes de conexões chamadas de *solidariedade* na política e *conversações compartilhadas* na epistemologia. O relativismo é uma forma de estar em lugar nenhum enquanto se clama estar igualmente em todo lugar. A *igualdade* de posicionamento é a negação da responsabilidade e da investigação crítica. O relativismo é o oposto simétrico perfeito da totalização nas ideologias da objetividade; ambos negam as variáveis de localização, corporificação e perspectiva parcial; ambos impossibilitam que se enxergue corretamente. Relativismo e totalização são duas ilusões prometendo uma visão de todo lugar e de lugar algum, igualmente e completamente, mitos comuns da retórica que envolve as ciências. Porém, é precisamente na política e na epistemologia de perspectivas parciais que a possibilidade de uma pesquisa fundamental, racional e objetiva reside [tradução nossa].

¹¹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011

Já faz bastante tempo que a historiografia se vale de textos outrora marginalizados como os cordéis, a memória e a tradição oral, para tecer suas interpretações sobre o passado. Jorge Amado, assim como alguns outros escritores brasileiros de sua época, costumava fazer o mesmo, ainda que, como qualquer romancista, o escritor baiano prescindia do compromisso de crítica documental tão fundamental à historiografia, o que lhe oportunizou uma potencial liberdade criativa incomparável àquela autorizada ao historiador. Entretanto, o leitor não é sumariamente obrigado a atentar para essa distinção e para as implicações que dela decorrem, ainda que idealmente devesse fazê-lo.

Junto a isso, podemos entender a História não como aquilo que aconteceu – para tal, invocaríamos o *passado* – mas aquilo que se convencionou e se autoriza a entender a respeito do que aconteceu. Ainda que esse entendimento, comum e sancionado, atravesse o crivo de uma série de protocolos disciplinares, há um momento em que ele se identifica com aquilo que se *crê* acerca do passado. Tomemos como exemplo uma afirmação de Gustavo Falcón, pesquisador com formação nas áreas de sociologia e de história que em 1995 publicou *Coronéis do Cacau*. No livro, ele é categórico ao dizer que a lavoura cacaeira trata-se da “única cultura estadual que não conheceu relações escravistas”.¹² Como já é largamente conhecido atualmente, a noção de que não houve mão de obra escrava no cultivo do cacau na Bahia é completamente equivocada. Há cerca de 30 anos, tal ideia começou a ser cada vez mais contestada, tanto que já não é mais aceitável hoje em dia, o que não impediu o lançamento de uma *2ª edição revisada* em 2010, na qual o autor a reitera.

Trata-se de um pesquisador e de uma obra prestigiada, que reproduz uma asserção comumente aceita na historiografia do Sul da Bahia de até pouco tempo atrás. Durante a maior parte do século XX, como não havia dissonância no meio acadêmico que contestasse com vigor a tese da mão de obra assalariada ou familiar como únicas a atuarem na lavoura do cacau na região, podemos considerar que, com a chancela dos historiadores e pesquisadores que abordavam o tema, se acreditava na ausência do trabalho escravo na empreitada do cacau. Logo, apesar de nunca ter feito parte do *passado*, a afirmação enganosa de Falcón já funcionou como História – hoje, não mais – e nunca deixará de integrar a *historiografia* do Sul da Bahia, por mais absurda que soe atualmente.

¹² FALCÓN, Gustavo. *Coronéis do Cacau*. 2. ed. Salvador: Solisluna Editora, 2010. p. 23.

No caso de Jorge Amado, que discorre acerca do passado do Sul da Bahia em seus romances, não temos um exemplar de historiografia. Precisamente por prescindir dos protocolos da disciplina e de sua legitimação institucional. Mas, existe uma tentativa de interpretar o passado, ao desenvolver arquétipos históricos que abrangem sujeitos, lugares e processos associados ao Sul da Bahia do início do século XX. As imagens produzidas em suas obras mostram-se presentes para além dela, denunciando sua ampla repercussão como uma popular referência para que a região seja lida e seu passado interpretado. Nesse ponto reside o seu valor *historiográfico*, caso arbitremos uma vulgarização do termo. Não o é, mas repercute como se fosse. Afinal, percebemos que estar sujeito às constrictões da disciplina, como Falcón e outros estiveram, é fundamental, mas não é garantia absoluta de veracidade.

Essas questões parecem nos dizer que o valor de verdade das leituras sobre o passado não deve ser mensurado apenas através dos protocolos aos quais elas estão submetidas. Além disso, podemos atentar para o que pode nos oferecer de historicamente legítimo a literatura que empreende interpretações sobre o passado, sem perder de vista que devemos olhar para a narrativa historiográfica e para a narrativa ficcional de maneiras diferentes, ajustando nosso quadro de expectativas de acordo com as diretrizes de cada uma delas, que são fundamentalmente distintas. Penso que Umberto Eco estava certo ao dizer que não deveríamos depositar o mesmo grau de confiança em ambas. E, ponderando outras diferenças, devemos ter em mente que defender um determinado fenômeno, ou advogar pela sua prevalência, não é o mesmo que, ao nos depararmos com ele, ousarmos Tateá-lo no propósito de reconhecer o seu semblante.

Nos interessa discutir a respeito dos possíveis limites e permutas entre História e Ficção, uma vez que também desejamos apreender as possibilidades da produção de conhecimento no campo que se configura a partir da intersecção entre elas. Gostaríamos de saber do que podem tirar proveito o historiador, o ficcionista, ou os leitores de ambos, caso se disponham a abrir estradas entre as fronteiras que separam os romances dos livros de História. No 1º capítulo, o teor da reflexão inicial será teórico, na medida em que trabalharemos as perspectivas de autores que julgamos terem realizado contribuições valiosas a esse debate. O objetivo é entendermos como tais contribuições são capazes de entrar em diálogo e de se complementarem, ainda que não se mostrem estritamente concordantes. Para isso, além de confrontarmos noções de *verdade* e *ficção*, tentaremos identificar os pontos de convergência e divergência entre as narrativas histórica e literária. Em seguida, aproveitaremos para discutir algumas das potencialidades da literatura

enquanto fonte para as investidas da historiografia. Por fim, apresentaremos Jorge Amado à discussão, explorando a historicidade das representações que constrói em suas obras do *ciclo do cacau*, aquelas que se lançam sobre o Sul da Bahia, utilizando-o como espaço diegético e objeto de estudo das tramas que compõe. Os romances em questão são: *Cacau*, de 1933; *Terras do Sem Fim*, de 1943; *São Jorge dos Ilhéus*, de 1944; *Gabriela, Cravo e Canela*, de 1958; e *Tocaia Grande*, de 1984.

O segundo capítulo irá abordar a relação entre a visibilidade histórica dos sujeitos e os lugares que ocupam nas narrativas, sejam literárias ou não. Para isso, inicialmente será realizado um apanhado dos principais referenciais que orientam as narrativas predominantes acerca do passado do Sul da Bahia. A partir daí, discutiremos como essas narrativas estão relacionadas ao cultivo de uma ideia de região, ao mesmo tempo que seus recortes colocam à margem uma série de experiências e vivências, que tanto a História como a Literatura podem ser capazes de resgatar. Aqui, iremos buscar na obra de Amado o repertório de tipos sociais do qual o escritor lança mão para povoar suas histórias e tentaremos compreender quais os predicados qualificativos e comportamentais que acompanham esses sujeitos. Junto a isso, buscaremos identificar o perfil dos sujeitos ocultos ou indefinidos, atentando para a maneira como indígenas e escravos do Sul da Bahia são, ou não são, representados nas tramas amadianas, ponderando as motivações para tal.

Na última parte do texto, nos debruçaremos sobre *Tocaia Grande*,¹³ romance amadiano publicado pela primeira vez em 1984, que traz amostras de um modelo de ocupação demográfica costumeiramente associado a comunidades interioranas. O romance servirá de mote para discutirmos narrativas arquetípicas sobre o surgimento dos núcleos urbanos e deslocamentos demográficos associados ao Sul da Bahia, que estão também vinculadas a um conjunto maior de leituras históricas do interior do estado e do Nordeste.

Pretendemos também discutir as temporalidades possíveis em Jorge Amado, retomando e aprofundando alguns temas apresentados nos capítulos anteriores. A proposta é perceber de que forma diferentes temporalidades entram em conflito em suas narrativas e como elas interagem na representação do passado no Sul da Bahia. Além disso, discutiremos os horizontes de perspectiva que integraram diferentes projetos de sociedade e as possibilidades de serem lidos através da literatura amadiana. As

¹³ AMADO, Jorge. **Tocaia grande**: a face obscura. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

representações do desenvolvimentismo e da modernização dos espaços urbanos serão contrastadas com os significados que Jorge Amado trabalha a respeito do modelo coronelista de sociedade. Discutiremos as relações entre centro e periferia em sua obra, assim como as temporalidades associadas ao advento do capitalismo internacional e as mudanças que essas novas relações promovem em uma escala local. Para isso, partiremos dos temas recorrentes, que reverberam ao longo dos romances amadianos do *ciclo do cacau*, para discutir as interpretações que projetam acerca do caráter obliterativo dos projetos nacionalistas e das astúcias de uma ordem que, ao passo em que clamava o progresso, silenciava os tipos colocados à sua margem

1 ROTAS EM ZONAS DE FRONTEIRA

– *O meu livro, recordo-lhe eu, é de história.*
 – *Assim realmente o designariam segundo a classificação tradicional dos gêneros, porém, não sendo propósito meu apontar as contradições, em minha discreta opinião, senhor doutor, tudo o quanto não for vida, é literatura.*
 – *A história também?*
 – *A história sobretudo, sem querer ofender.*

(José Saramago, *A história do cerco de Lisboa*, 1989)

1.1 Percursos possíveis

Ao longo dos debates em torno do estatuto do conhecimento histórico na contemporaneidade, surge uma grande quantidade de questões acerca das relações entre História e Literatura. Ao abordá-las, é preciso ponderar em que medida é razoável colocar essas modalidades narrativas em uma perspectiva hierarquizante, determinadas de acordo com o grau de rigor metodológico e aspirações científicas que possuem. Algumas inquietações, embora não pretendam ser objetivamente respondidas, podem nos ajudar a pensar amplamente as possibilidades das relações entre o *real* e o *ficcional*. Dentre elas, os questionamentos em torno do processo de tradução, ou transcrição, do que é apreendido sensorialmente na subjetividade da consciência e a participação necessária da linguagem nas relações que as subjetividades mantêm entre si e com o mundo sensível. Poderíamos dizer que apropriar-se do real consiste em ficcionalizá-lo, ou torná-lo representação? Caso a resposta seja afirmativa, deve ser aceitável supor que a experiência de escrituração integra tanto a escrita histórica, como as narrativas literárias.

Outra questão que parece apropriada é a seguinte: se, assim como as fontes que utiliza, a historiografia é produzida a partir do cruzamento das subjetividades dos seus autores, a escrita historiográfica não estaria, no mínimo, duplamente submetida ao logro? Trata-se de uma provocação que nos instiga a pensar sobre o estatuto da historiografia, em uma contemporaneidade em que o mundo se vê atravessado por cadeias discursivas, e a tentar entender o que, no fim das contas, realmente separa a História das outras formas de narrar e representar o passado, fazendo o possível para resistir à confortável tentação de oferecer apenas o *método* como resposta.

1.1.1 Verdade e ficção

Ao discutir o tema, estamos confrontando também noções de verdade e ficção, levando em consideração as ambiguidades semânticas dos termos, que tem os seus significados historicamente colocados em disputa. Falando nisso e dando início à aplicação da metodologia escolhida para esta etapa do trabalho – que consiste em apresentar e comparar as noções de alguns autores que tratam dos temas propostos nessa discussão – podemos começar pela maneira como a ideia de *verdade* é tratada por Michel Foucault.¹⁴

Para o filósofo, a verdade e o poder se engajam em um movimento de produção recíproca que resulta na formação dos diferentes *regimes de verdade*, entendidos como políticas de sanção de discursos acolhidos pela sociedade, que nela funcionam como verdadeiros. Ele entende por *verdade* “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”.¹⁵ Isso envolve não somente a autorização de enunciados verdadeiros em detrimento dos falsos, mas, também: as maneiras pelas quais essa autorização acontece; as instâncias e procedimentos utilizados para tal; e o estatuto dos que possuem o encargo de selecionar e dizer o que deve funcionar como verdade.¹⁶

O historiador britânico Keith Jenkins se aproxima de Foucault quando entende a verdade como um conceito linguístico, uma estrutura retórica que, incapaz de apreender o mundo dos fenômenos, estabelece uma relação de retroalimentação com o seu próprio quadro de referências. Ele também identifica uma relação íntima entre a verdade e o poder, já que o *verdadeiro* depende de que haja alguém com poder instituído para que o constitua como tal. Reciprocamente, o poder utilizaria o *verdadeiro* para exercer controle, resultando que, de acordo com Jenkins, as verdades se caracterizam como *ficções úteis*.¹⁷

Voltando a Foucault, nos deparamos com os aspectos que o regime de verdade vigente na contemporaneidade assume, no momento em que ele ressalta o lugar central do discurso científico e das instituições que o produzem, ao lado da difusão dos discursos verdadeiros enquanto objetos de consumo, transmitidos pelos aparelhos políticos e

¹⁴ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. Tradução de Roberto Machado.

¹⁵ *ibidem*. p. 14.

¹⁶ *ibidem*. p. 12.

¹⁷ JENKINS, Keith. **A história repensada**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. Tradução de Mario Vilela. p. 56-59.

econômicos – como as universidades, as forças armadas e os meios de comunicação.¹⁸ Contudo, não lidaremos unicamente com tal noção de verdade, ao invés, pretendemos corroborar a riqueza e pluralidade de significados da palavra, na medida em que daremos espaço para as contribuições de outros autores no texto.

Um deles é o historiador francês Jacques Rancière, que discute a dimensão literária da escrita da História a partir da obra de Jules Michelet, argumentando em favor de uma conjugação harmoniosa entre ficção e verdade. De acordo com Rancière, além do trato documental, o trabalho historiográfico acolhe uma parcela de invenção, já que, em certos momentos, extrapola o terreno assertivo das coisas que aconteceram para especular sobre as coisas que puderam e que, alternativamente, poderiam ter acontecido.¹⁹ Ele escreve que o trabalho do historiador consiste não apenas em contar, mas em interpretar o que aconteceu, “relacionar os acontecimentos e os discursos que os fundam e explicam”.²⁰ O que, para Rancière, significa que o historiador se compromete a enxergar além das palavras para relacionar o discurso a uma realidade que, embora não seja discursiva, se expressa através dele.²¹ Trata-se de transformar a narrativa do acontecimento em uma narrativa do seu sentido,²² e é a partir desse ponto que continuaremos discutindo mais uma das noções de *verdade*, agora explicitamente vinculada a questões historiográficas e indo ao encontro de outros valores semânticos.

Aqui, a *verdade* aparece de uma outra forma, ainda que complementar, diferente daquela almejada através da preocupação com a exatidão dos fatos, o rigor numérico, a confiabilidade das fontes, ou a precisão das conclusões. Ela surge como possibilidade conferida à História graças, justamente, à literatura, que faz a narrativa permitir o deslocamento dos sujeitos ao longo do tempo sem reduzir-se a um adorno estilístico.²³ Do texto de Rancière, saímos com a impressão de que as sucessivas camadas de palavras entre a História e seus objetos interditam a franca contemplação do *verdadeiro* passado, eternamente condenado ao silêncio, por isso a literatura surge como possibilidade para que o historiador navegue nesse plasma documental sem o risco de ser posto à deriva por negacionismos. A ficcionalização não se identifica com a falsificação, mas com o ato

¹⁸ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. Tradução de Roberto Machado. p. 13.

¹⁹ RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história: ensaio de poética do saber**. São Paulo: Unesp, 2014. Tradução de Mariana Echalar. p. 40-41.

²⁰ *ibidem*. p. 48.

²¹ *ibidem*. p. 49.

²² *ibidem*. p. 74.

²³ *ibidem*. p. 76-80.

criador sem o qual a História não poderia ser narrada, nem interpretada, e não chegaria a ser mais que mera compilação de fatos passados.

O historiador Clovis Oliveira chega a conclusões semelhantes, ao dizer que “*modelar, criar, inventar* não são verbos que possam ser substituídos por *mentir, falsificar, fingir*, tampouco são expressões que possam surgir do nada, exclusivamente da cabeça de um pensador genial”.²⁴ Lendo o seu trabalho, podemos entender o ofício do historiador como um processo inventivo, em que as conexões e perguntas formuladas não estão dadas na documentação. Nem mesmo as balizas temporais estariam estabelecidas previamente: o tempo é invenção historiadora, assim como o recorte espacial, ambos elaborados junto com os objetos.²⁵

Para Umberto Eco, ao desenhar mapas e criar espaços, um romancista pode tomar emprestado aspectos do mundo real para construir o seu mundo de ficção. O escritor e filósofo italiano traz inquietações a respeito dos encontros e desencontros entre os dois mundos e compartilha com o seu leitor algumas indagações a respeito da interação entre esses domínios. Uma delas é a de que para o mundo da ficção se tornar operacional, o leitor precisa aceitar o acordo ficcional de *suspensão da descrença*, reconhecer que, embora tenha diante de si uma história imaginária, não deve pensar que o escritor está contando mentiras. Por outro lado, também não deve supor que uma história de ficção tenha o compromisso de corresponder inteiramente ao mundo real em que se situa, mas deve ser levada a sério dentro das fronteiras de seu próprio mundo. A suspensão da descrença deve ocorrer em relação a algumas coisas e não a outras, uma vez que nas narrativas literárias existem proporções variadas entre realidade e invenção.²⁶

Há, portanto, um movimento pendular necessário entre a crença e a descrença, que oscila também entre imaginação e realidade, de forma que o mundo real precisa ser adotado como pano de fundo para o mundo ficcional e, assim, a história possa alcançar o seu leitor.²⁷ A partir desse ponto, podemos aprofundar a discussão de Eco em direção à História enquanto disciplina e forma narrativa, já que ele defende a ideia de que ler ficção significa atribuir sentido a coisas que aconteceram, e seria este o motivo pelo qual as pessoas contam histórias: para que sejam capazes de atribuir forma ao “tumulto da

²⁴ OLIVEIRA, Clovis. Histórias adormecidas. In: OLIVEIRA, Clovis. **Miudezas do Tempo**: sobre história e outras ficções. Feira de Santana: Uefs Editora, 2016. p. 28-29.

²⁵ *ibidem*. p. 27-29.

²⁶ ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Tradução de Hildegard Feist. p. 79-84.

²⁷ *ibidem*. p. 89.

experiência humana”.²⁸ Entretanto, ele não pretende igualar as duas modalidades narrativas, pois reconhece que o grau de confiança depositado em um texto historiográfico é diferente do que se deposita em um texto de ficção.²⁹

É necessário abriremos parênteses para comentar os possíveis motivos para tal. Acreditamos que atribuir um grau de confiança maior na historiografia encontre fundamento nas seguintes particularidades da disciplina: os seus objetivos e as diretrizes metodológicas para que eles sejam atingidos. O próprio Keith Jenkins escreve que, na História, “o conhecimento e a legitimidade advêm de regras e procedimentos metodológicos rígidos. É isso que limita a liberdade interpretativa dos historiadores”.³⁰ Entretanto, nos lembra de que não existe um único procedimento correto, pois cada um deles, ainda que aplicado de maneira sistemática, rigorosa e coerente, se apoia no próprio quadro de referências. Ou ainda, o passado só se torna texto porque os historiadores formulam categorias descritivas e semânticas a seu respeito, se valendo de ferramentas analíticas e metodológicas que ele mesmo fabrica. O trabalho do historiador consistiria em utilizar tais categorias, conceitos e pressuposições para formular abstrações sobre o passado e organizá-lo textualmente. Sem esses aparelhos epistemológicos, o historiador não conseguiria sequer compreender os textos de seus pares, muito menos elaborar os seus próprios.³¹

Michel de Certeau também realiza uma série de considerações sobre o trabalho historiográfico, nos ajudando a ver mais alguns de seus aspectos. Ele diz que a interpretação que o historiador faz das fontes postula um corte arbitrário que estabelece o seu objeto, enquanto a pesquisa opera uma transformação do *dado* em *construído* ao elaborar representações a partir do documento, que é tomado como sintoma daquilo que o produziu, com o propósito de “reencontrar uma veracidade dos fatos sob a proliferação das *lendas*”,³² distinguir o verdadeiro do ilusório. Em função disso, a História se configura como um texto que organiza unidades de sentido, operando nelas a partir de regras determináveis, ao tempo em que o historiador reúne fatos e enuncia significantes a partir deles. Além dos procedimentos de análise e da construção textual típica, a disciplina também se particulariza devido ao seu lugar de produção, é o que Certeau ressalta ao falar de como os métodos, interesses, documentos e questões se instauram a partir desse

²⁸ *ibidem*. p. 93.

²⁹ *ibidem*. p. 96-97.

³⁰ JENKINS, Keith. **A história repensada**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. Tradução de Mario Vilela. p. 36.

³¹ *ibidem*. p. 28-45.

³² CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. p. 15-23.

lugar.³³ Trata-se da perspectiva da História enquanto instituição, circunscrita política, cultural e socioeconomicamente. Esse aspecto institucional valida as diretrizes que norteiam o ofício historiográfico, lhe confere o *estatuto de ciência* e, ao corroborar as regras disciplinares que circunscrevem as possibilidades do discurso histórico:

Essas leis organizam uma polícia do trabalho. Não sendo ‘recebido’ pelo grupo, o livro cairá na categoria de uma vulgarização que, considerada com mais ou menos simpatia, não conseguiria definir um estudo como historiográfico. O livro terá necessidade de ser acreditado para alcançar a enunciação historiográfica.³⁴

Portanto, podemos entender que a concepção da História como produto de um lugar remete à sua qualidade de instituição, que a hierarquia de valoração do trabalho do historiador passa pelo crivo de seus pares, configurando uma fabricação simultaneamente específica e coletiva.³⁵

Ora, em última instância entendemos que a literatura também pode lançar mão dos mesmos objetivos e diretrizes que a História. Ela também pode se propor a trabalhar com uma aparelhagem teórico-metodológica típica da que acabamos de ver associada ao trabalho do historiador, assim como também pode almejar a verdade histórica como norte do seu texto. Entretanto, o que para a literatura se configura como uma possibilidade dentro de uma infinidade de tantas outras, para a História é um imperativo, um compromisso necessário que justifica o grau de confiança mais elevado de que goza. Não é à toa que Eco reconhece que a confiabilidade a ser depositada na História e na Literatura deve ser diferente, ele não pensa uma equivalência entre os dois tipos de narrativa, mas enxerga possibilidades de interações que acabam tornando-as necessárias uma à outra. Escreve sobre como as pessoas utilizam esquemas narrativos para dar forma ao mundo, de forma que os textos ficcionais acabam por prestar um “auxílio à nossa tacanheza metafísica”.³⁶ Segundo ele, “é por meio da ficção que [...] exercitamos nossa capacidade de estruturar nossa experiência passada e presente”.³⁷ O nosso relacionamento perceptual com as coisas se dá nas narrativas que produzimos sobre elas. Ressoando ponderações já partilhadas até aqui, Eco demonstra que a ficção nos ajuda a tornar a realidade legível.

³³ *ibidem*. p. 51-67.

³⁴ *ibidem*. p. 56.

³⁵ *ibidem*. p. 46-56.

³⁶ *ibidem*. p. 121.

³⁷ *ibidem*. p. 137.

1.1.2 Imagens

O poeta e ensaísta mexicano Octavio Paz nos convida a observar além das necessidades científicas de coerência que entrelaçam dados, argumentos e conceitos para que reparemos na importância das imagens na escrita. Sai em defesa da predominância de analogias e metáforas – ou recursos literários, ficcionais, conforme tratado anteriormente no texto – em relação à clareza do pensamento lógico.³⁸ O que passa a fazer mais sentido quando vemos que, assim como Albuquerque Jr. fala a respeito de como os nossos territórios existenciais são imagéticos – o que ainda exploraremos ao longo do texto –, Paz identifica a linguagem como o campo de experiência da consciência. O que nos conduz a pensar uma relação entre a linguagem e o mundo, em que as próprias palavras sejam vistas como metáforas do universo sensível.³⁹

Paz retrata a *imagem* como resultante alcançada pelas estruturas de linguagem, correspondente às metáforas, alegorias, jogos linguísticos e toda sorte de metonímia, que possuem em comum o fato de preservarem uma pluralidade de significados. A imagem também possui funções arquetípicas, que a permite aproximar realidades distantes, ou mesmo opostas entre si, ela submete a pluralidade do real à unidade da linguagem.⁴⁰ Enquanto campo de experiência da consciência humana, a linguagem também corresponde a significações que se sistematizam sempre em referência umas às outras, o que evidencia a sua mobilidade. Mobilidade que o instiga a questionar se é possível a proposição de um sentido estável para a imagem, uma vez que vários e díspares significados lutam em seu interior.⁴¹

Em um de seus ensaios, Paz aparenta ir abertamente de encontro à conjugação entre literatura e verdade tal como defendida por Jacques Rancière: “a realidade poética da imagem não pode aspirar à verdade. O poema não diz o que é e sim o que poderia ser”.⁴² Ao passo em que o primeiro enunciado se opõe às conclusões de Rancière, o segundo é congruente com elas. A diferença fundamental aqui é, mais uma vez, quanto às distintas noções de verdade que estão em conflito. Enquanto o historiador francês entende que a elucidação das *coisas que poderiam ser* correspondem a um aspecto da *verdade*, Paz parece estar trabalhando, nesse contexto, com uma concepção de *verdade*

³⁸ PAZ, Octavio. **Signos em Rotação**. São Paulo: Perspectiva, 2015. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. p. 17.

³⁹ *ibidem*. p. 24-25.

⁴⁰ *ibidem*. p. 37-38..

⁴¹ *ibidem*. p. 44-45.

⁴² *ibidem*. p. 38.

de herança cartesiana, referente às *coisas que são*. Para ele, a ciência precisa antes selecionar e isolar parcelas da realidade, para que sejam criadas certas condições necessárias à observação, e suas experiências sejam finalmente realizadas. Ou ainda, “a ciência inventa a realidade sobre a qual opera” e, costumeiramente confundida com uma pretensa realidade absoluta, a realidade objetiva não escapa de ser, também, uma imagem da consciência.⁴³

Ainda investindo no assunto, Paz diz que a literatura funda uma realidade simultaneamente paralela e autônoma em relação à realidade que lhe é exterior. Por isso, “o poeta faz algo mais do que dizer a verdade; cria realidades que possuem uma verdade: a de sua própria existência”.⁴⁴ Então, a partir desse momento, ele parece intencionar uma reconciliação entre a verdade e a poesia, como no instante em que fala da semelhança entre a percepção do mundo e a imagem poética, que seria capaz de reproduzir a pluralidade típica da realidade. A ambiguidade da imagem acomoda e reconcilia as palavras e as coisas, a representação e a realidade. Paz acaba dizendo que o poema, portanto, não alude à realidade, mas pretende recriá-la e, assim, configurar a própria poesia como uma penetração na realidade, uma forma de ser e estar nela.⁴⁵

Ao aprofundar a relação entre poesia e realidade, indo em direção ao domínio da História, Paz declara que o poeta sempre se refere a uma experiência histórica, que pode ser tanto social, como pessoal. Se forma o que ele chama de *função histórica da poesia*, que é a transmutação da experiência histórica em arquétipo, o que incide na intersecção entre os domínios da História, da consciência e da linguagem. Segundo ele, há diferenças fundamentais entre os respectivos ofícios do filósofo, do historiador e do romancista: o primeiro ordena ideias de acordo com uma organização racional; igualmente provido de uma organização, o historiador age de maneira semelhante, mas com a narração dos fatos; e o romancista se assemelha ao historiador na tarefa de relatar acontecimentos, porém, se diferencia quanto a não demonstrar, nem contar, a realidade, mas recriá-la.⁴⁶

Não nos interessa, entretanto, endossar a compartimentação dos três campos do conhecimento, mas enxergar as possibilidades abertas pela permuta de seus atributos. Da mesma forma, a escrita de Paz parece ir em direção ao conflito produtivo das disciplinas, embora o percurso que escolhe seja recheado de aparentes contradições. Contudo, são momentos em que o poeta e o ensaísta se encontram para demonstrar, na prática, aquilo

⁴³ *ibidem*. p. 64.

⁴⁴ *ibidem*. p. 45.

⁴⁵ *ibidem*. p. 46,50.

⁴⁶ *ibidem*. p. 57,58.

que simultaneamente teoriza: que as imagens poéticas, constituídas por contradições, nos integram e nos mobilizam intelectualmente. Como dito anteriormente, ele compara a ambiguidade da linguagem com a ambiguidade da realidade, sempre mais rica que os esquemas intelectuais que tentam apreendê-la. Por isso, acaba defendendo a imaginação e a percepção poética como o único aparato do conhecimento dotado de condições reais para alcançar, e produzir, a verdade.⁴⁷

Para Durval Muniz de Albuquerque Jr., as diversas formas de linguagem, seja a produção acadêmica, o cinema, ou a literatura, são instâncias que não somente representam o real, mas, como defende Paz, também instituem realidades.⁴⁸ Segundo ele, ao lado das produções acadêmicas, as obras de arte funcionam como máquinas de produção de sentido e de significados que, proliferando o real, ultrapassam a sua naturalização. São produtoras de determinadas sensibilidades e instauradoras de determinadas formas de ver e dizer a realidade.⁴⁹ Ainda como complemento à ampla discussão que Paz realiza sobre as imagens, podemos encontrar em Albuquerque Jr. a ideia de que as pessoas aprendem a viver através das imagens que consomem e elaboram, o que torna os nossos territórios existenciais imagéticos.⁵⁰

Também através de Albuquerque Jr. é possível ler a metáfora como um recurso para o enriquecimento da escrita historiográfica. O próprio se reconhece como um autor que, frequentemente, escolhe lançar mão dessa ferramenta, pois conta com a capacidade que a linguagem metafórica, ou literária, possui de abrir espaços para a tessitura de relações mais abstratas no pensamento. Ela nos permitiria captar a riqueza semântica dos seres inseridos na realidade objetiva, bem como suas complexidades, rugosidades e diferenças em detrimento de conceituações racionais cartesianas.⁵¹ Ele ressalta que o uso de metáforas na História a faz transcender um caráter de simples analogia a um real que lhe serve de referente, tornando-se produtora de sentido, de realidade. Ao interiorizar diferenças, a metáfora prolifera sentidos, rompe com a ideia de que a conceitualização racionalista é o único lugar da verdade e se torna meio capaz de comunicar a complexidade semântica do real.⁵²

⁴⁷ *ibidem.* p. 78-80.

⁴⁸ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 34.

⁴⁹ *ibidem.* p. 41.

⁵⁰ *ibidem.* p. 38.

⁵¹ *ibidem.* p. 43-44.

⁵² *ibidem.* p. 44.

A historiadora francesa Sabine Melchior-Bonnet, no livro *História do espelho*, consegue teorizar e demonstrar, na prática, uma conjugação entre historiografia, filosofia e literatura. Ao escrever um ensaio histórico sobre o espelho, desde as suas origens até o século XX, equilibra sua abordagem entre os aspectos econômicos, sociais e culturais que cercam o objeto, fazendo dele uma metáfora plural, um grande prisma de significados. Dentre os sentidos possíveis, o espelho é utilizado para falar de ficção, da relação entre as pessoas e as imagens, dos sistemas de percepção e representação, das regras que organizam a matriz do simbólico, do simulacro e do real.

Em sua obra, as metáforas estão expostas para que possam ser apreendidas na prática como exemplos do uso de recursos literários na prosa historiadora, o que pode nos ajudar a pensar algumas das questões levantadas nesse texto. Melchior-Bonnet fala da dificuldade que a investigação histórica possui de se aproximar dos matizes de percepções, emoções e sensibilidades do passado.⁵³ Contudo, indica possibilidades de transpor essas distâncias na utilização de espelhos oblíquos, aqueles compostos por ângulos irregulares, deformadores, que renunciam ao reflexo frontal e fixo. Para ela, é através dessas perspectivas incongruentes e dissonantes que o desconhecido aflora.⁵⁴ Entendemos que a historiadora se refere àquilo que foi dito de outras formas por alguns dos autores que trouxemos para o texto. Trata-se de enxergar, nos espelhos oblíquos de Melchior-Bonnet, a infiltração do poético no científico, que deforma os racionalismos cartesianos e oportuniza o olhar que desnuda e oferece perspectivas tão indecentes quanto privilegiadas.

Aliás, a própria congruência se aproxima de uma impossibilidade, posto que sua condição necessária é a interposição de espelhos, resultando na simulação de semelhanças. Mas, ao fazer isso, os reflexos estariam perdendo sua ligação com o real e dissimulando outras verdades. Isso é o que Melchior-Bonnet chama de *equivoca semelhança*, ou *inquietante estranheza*.⁵⁵ Trata-se de uma relação paradoxal entre as representações e os objetos, que diz respeito não somente a fatores intrínsecos à linguagem, como aos dilemas epistemológicos e ontológicos que atravessam a atividade do historiador. Afinal, que ligações com o passado restam quando, na tentativa de se manter congruente, o produto de nosso trabalho e a natureza do trato com as fontes reside na representação de representações, discursos sobre discursos?

⁵³ MELCHIOR-BONNET, Sabine. **História do espelho**. Lisboa: Orfeu Negro, 2016. Tradução de José Alfaro. p. 13.

⁵⁴ *ibidem*. p. 302.

⁵⁵ *ibidem*. p. 303.

Pensando nisso, retornamos brevemente a Keith Jenkins, que escreve sobre como os discursos atribuem significado ao mundo, incluindo a História enquanto *constructo linguístico intertextual*, dividindo espaço com outros tantos. Para Jenkins, o passado, assim como o mundo, nos chega como narrativas em relação às quais não podemos nos posicionar externamente e verificar se correspondem ao mundo, ou passado, de fato. Não há uma realidade que possa ser apreciada senão através da linguagem, e, quando se trata da História, isso fica ainda mais evidente pelo fato de que o passado é um objeto ausente do próprio campo de investigação onde é colocado. Dessa forma, relato algum seria capaz de recuperar o passado, que corresponde a acontecimentos, situações, eventos, e não a um relato. Pensando dessa forma, ele se assegura de que relatos só podem ser confrontados com outros relatos, não com o passado.⁵⁶

Num mundo de contradições e ilusões, cuja harmonia consiste em ser justamente desarmônico, a razão acaba sendo destituída pela força dos afetos.⁵⁷ Se trata da mesma predominância apontada por Octavio Paz, cuja alegoria trazida por Melchior-Bonnet é a do *espelho deformador*, detentor do poder de agenciar metamorfoses, revelar mobilidades e perturbar as perspectivas. Ela utiliza como metáfora as lentes *maneiristas*: óculos, prismas, lupas e toda maquinaria ótica que se encarrega de “confundir as dimensões e as distâncias e alterar os planos e as escalas, mas que nos permite deslocarmo-nos através das bizarras e das incoerências do mundo”.⁵⁸ A distorção da lente oblíqua, ao mesmo tempo em que desestabiliza o olhar, na impossibilidade do acesso a uma verdade objetiva, põe em foco ângulos e perspectivas privilegiadas, nos serve de guia pelo mundo das aparências.

1.1.3 Literatura como fonte

Ao situarmos a pesquisa nas intersecções entre a Literatura e a História, nos deparamos, inevitavelmente, com as relações de representação e, em consequência, com a necessidade de problematizá-las devidamente. Através delas, podemos atribuir aos significados com que trabalhamos um caráter processual, desestabilizá-los, expor os ruídos das pretensões monolíticas que os ameaçam, percebê-los voláteis e, atentando para

⁵⁶ *ibidem*. p. 30-32.

⁵⁷ MELCHIOR-BONNET, Sabine. **História do espelho**. Lisboa: Orfeu Negro, 2016. Tradução de José Alfaro. p. 309

⁵⁸ *ibidem*. p. 310.

a sua condição de ato, falar também em *significação*. Roger Chartier⁵⁹ discute representação a partir de uma genealogia do termo, destacando as formas pelas quais ele foi definido e utilizado ao longo do tempo. Ao invés de apresentar um conceito pronto de representação, ele questiona as definições que já vigoraram, nos fazendo perceber em que níveis e em quais aspectos elas podem ser, de fato, coerentes.

A princípio, teríamos a relação de representação como um ato cuja intenção é permitir que um objeto ausente seja contemplado através da sua substituição por uma imagem capaz de reconstituí-lo tal como ele é.⁶⁰ Entretanto, a concretização desse ato em tais parâmetros é impossível, se considerarmos os princípios de identidade em que um objeto apenas pode ser idêntico a ele próprio, assim como uma imagem só é capaz de ser idêntica a ela mesma. Além disso, a relação de representação pretendida dessa maneira é modelada pela ação da imaginação, fazendo com que ela exiba signos como provas de uma realidade que prescindem de correspondências com o real exterior.⁶¹ Por consequência de tal deturpação, intrínseca ao ato criador exercido por produtores e consumidores – e que tornam esses últimos também produtivos – que a relação de representação e o processo de significação podem ser completados. Para que a noção de representação tratada aqui sobreviva, é preciso que haja alguém para quem representar.

Uma contribuição à discussão vem do trabalho de Sandra Pesavento,⁶² cuja proposta foi estudar o urbano através das representações, imagens e significados que circulam entre os discursos e o imaginário social produzidos historicamente em torno da cidade. A relevância do imaginário, tido como sistema coletivo de ideias e imagens, estaria na sua capacidade de criar o real, ao assumirmos que, mais do que referências a uma realidade, as representações são componentes dela. A sua abordagem propõe, no entanto, que os discursos, perspectivas e representações sejam vistos em sua multiplicidade, interagindo em relações de contradição, composição ou justaposição, sem que por isso sejam hierarquizados entre si.⁶³

Tal como faz Pesavento em relação às cidades de Porto Alegre, Paris e Rio de Janeiro, podemos estudar as dinâmicas espaciais a partir das representações literárias construídas em torno dos espaços, pensando a literatura como recurso de acesso aos sentidos e sensibilidades atribuídas aos lugares, a seus sujeitos e às sociabilidades por eles

⁵⁹ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 2002. Tradução de Maria Manuela Galhardo.

⁶⁰ *ibidem*. p. 20.

⁶¹ *ibidem*. p. 22.

⁶² PESAVENTO, Sandra. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2002.

⁶³ *ibidem*. p. 8.

praticadas. Para a historiadora, o olhar literário pensa e reconstrói a materialidade da cidade em forma de textos. O escritor elabora uma cidade imaginada, através de suas próprias sensibilidades, que pode ser lida em palavras ou imagens do espaço e dos sujeitos que agem sobre ele⁶⁴.

Ao tratarmos a literatura como fonte, é sempre importante lembrarmos que estamos nos deparando com a necessidade de representar outras representações, as literárias, um processo que segue a mesma lógica de perpétuo adiamento própria dos fenômenos linguísticos. Essa mesma questão foi pontuada anteriormente no texto, ao discutirmos as contribuições que Melchior-Bonnet e Jenkins trazem à discussão. No caso de Pesavento, alguns dos tópicos anteriores são tangenciados e suas conclusões também apontam para a compreensão do discurso histórico como uma espécie de narrativa, da qual participa o exercício da ficção, detentora de especificidades que a impede de ser plenamente identificada com a literatura. Segundo ela, a *ficção*, que ambas possuem em comum, está nas

[...] dimensões do imaginário, os critérios de escolha e seleção de montagem e desmontagem do enredo ou a sua condição de ser uma representação do passado. Contudo, guarda uma especificidade com relação à narrativa ficcional dita literária pela preservação de um método específico que prevê o recurso necessário às fontes, matéria-prima que fundamenta a construção dos significados.⁶⁵

Ainda de acordo com Pesavento, a literatura pode oferecer um olhar para as sensibilidades de uma época, é a sua *sintonia fina*, elementos essenciais dos modos de pensar, agir e de representar o mundo. As representações passadas podem ser indícios do espírito de outros tempos, em virtude da sua correspondência com o sistema de ideias e imagens acessados e perpetrados pelos sujeitos do passado. Significa que esse tipo de fonte não apenas possibilita um olhar sobre as sensibilidades na História, como também nos permite contemplar as utopias e sonhos atribuídos a grupos e sujeitos, assim como os seus projetos, tenham sido concretizados ou não.⁶⁶ Esses aspectos nos chamam a atenção por expressar os conflitos e negociações entre forças em atrito, evidenciar expectativas de indivíduos e comunidades, vestígios de seu modo de estar no mundo. Além disso, as possibilidades contidas nos projetos imaginados para um lugar podem assumir efeito de real, a partir do momento em que o discurso literário confere existência àquilo que narra.

⁶⁴ *ibidem.* p. 10.

⁶⁵ *ibidem.* p. 12.

⁶⁶ *ibidem.* p. 13.

O olhar do escritor identifica e qualifica o mundo, ao passo que sua narrativa organiza o real e lhe atribui significados.⁶⁷

Uma outra coisa para a qual Pesavento chama a atenção é a ideia de que, principalmente no âmbito da identidade e da memória, as imagens do lugar podem predominar sobre o espaço concreto, habitado. Mas, ao estudarmos as dinâmicas urbanas, nos deparamos com as complexas interações entre as formas materiais e as relações sociais de força, articulações expressas também através das representações.⁶⁸ Diante disso, a estratégia metodológica sugerida por ela é cruzar as imagens contrárias, detectar as diferenças e o que elas expressam a respeito das ideias e dos sujeitos em conflito, buscar nesses cruzamentos a dinâmica dos significados produzidos em uma época. Além disso, entender que um lugar, palco de diversas experiências, propicia aos seus habitantes uma pluralidade de representações, nem sempre concordantes, do próprio espaço e das sociabilidades que nele ocorrem.⁶⁹

Essa percepção nos leva a pensar os discursos em sua natureza polissêmica, na medida em que neles são expressas as sensibilidades e percepções de membros de diferentes classes, habitantes de diferentes espaços, e que os processos de produção de significado passam pela noção de apropriação em Chartier.⁷⁰ Segundo ele, o olhar sobre os processos de apropriação é fundamental para as investidas da História cultural. Trata-se de uma perspectiva que projeta a tentativa de historicizar as interpretações, percebê-las inscritas nas práticas em que são produzidas. Realizar análises a partir dessa noção significa compreender a leitura como uma prática e considerar a interpretação como um processo de construção de sentidos do qual participam “leitores dotados de competências, identificados pelas suas posições e disposições, caracterizados pela sua prática do ler, e, por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos e formais”.⁷¹ É saudável que reconheçamos, fundamentalmente, o historiador como mais um dentre tais leitores.

Outro interlocutor valioso para a discussão é Raymond Williams, crítico literário que realiza um estudo historiográfico através da utilização de romances e poemas como fontes. O seu trabalho consiste na descrição e análise de imagens e associações relativas ao campo e à cidade na Inglaterra, do século XVI ao século XX, considerando suas

⁶⁷ *ibidem*. p. 14.

⁶⁸ *ibidem*. p. 15-16.

⁶⁹ *ibidem*. p. 19.

⁷⁰ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 2002. Tradução de Maria Manuela Galhardo. p. 26.

⁷¹ *ibidem*. p. 26.

conexões com a experiência histórica.⁷² Para ele, existe uma relação inescapável entre o autor, seu posicionamento no mundo, o ambiente em que foi gestado e sua trajetória pessoal com aquilo que escreve.⁷³ Na sua abordagem, também está presente a noção de que as imagens que circulam entre os discursos e a literatura - especialmente as que pretendem passar uma impressão de estabilidade - ocultam redes de relacionamentos sociais e suas contradições.⁷⁴

Ao falar de como as mudanças sociais e políticas estiveram relacionadas com mudanças na literatura, uma das noções mais utilizadas por ele é a de *estrutura de sentimento*, que aparece em várias passagens do texto⁷⁵ e se refere ao modo dos sujeitos pensarem e sentirem o seu próprio mundo, em cada época. Tais estruturas são percebidas por Williams através de tons e sensibilidades manifestas na escrita literária⁷⁶. Ele trabalha com todas essas noções sem perder de vista a inter-relação que possuem, compreendendo o papel que o escritor desempenha na percepção da estrutura de sentimento de um tempo, ao dizer que:

a vulnerabilidade e os sofrimentos do escritor, em sua situação social própria, são identificados com os fatos de uma história social que o transcende. Não que ele não consiga ver a realidade dessa história social; pelo contrário, em muitos casos ele é particularmente sensível a ela, enquanto fato presente.⁷⁷

Ainda acrescenta que o escritor, ao apreender conjuntamente sentimentos acerca do passado e concepções a respeito do futuro, cria intersecções onde um presente observado é estruturado.⁷⁸

Uma abordagem que pode ser adotada, também encontrada no trabalho de Williams, é a de não apenas observar no texto aquilo que a ordem social faz ao lugar, mas ter em mente que o que está ali, materializado na escrita, é o que a ordem social faz ao escritor,⁷⁹ graças ao processo imaginativo que atravessa a representação e intermedia a sua relação com o real exterior. Trata-se de entender que o repertório de imagens do artista se altera também de acordo com a alteração da sua perspectiva.⁸⁰ Antes de nos depararmos

⁷² WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Tradução de Paul Henriques Britto. p. 12.

⁷³ *ibidem*. p. 32.

⁷⁴ *ibidem*. p. 63,68.

⁷⁵ *ibidem*. p. 87,97.

⁷⁶ *ibidem*. p. 101.

⁷⁷ *ibidem*. p. 111.

⁷⁸ *ibidem*. p. 111.

⁷⁹ *ibidem*. p. 112.

⁸⁰ *ibidem*. p. 124-125.

com o mundo que o cercava, estamos lidando com as formas pelas quais o artista enxergou esse mundo que o cercava, através das representações que agencia.

Ao falar da cidade de Londres, Williams diz que ela não poderia ser captada facilmente em uma retórica uniformizadora. Afinal, seus aspectos mais evidentes eram justamente a heterogeneidade, a variedade, a aglomeração e a movimentação aleatória, principalmente se observada de dentro.⁸¹ Trata-se de uma observação valiosa para incorporarmos às análises que se debruçam sobre outros espaços, tal como pretendemos realizar nesta pesquisa. Percebê-los dessa maneira, fragmentados, é um passo para entendermos como discursos homogeneizantes instituíram referenciais predominantes no repertório de imagens associadas à idealização de um espaço.

Para Williams, a literatura não exhibe o reflexo transparente de uma realidade exterior, mas nos mostra a posição do observador dentro dessa realidade e em relação a ela: as contradições, sensibilidades e valores tais como racionalizados pelo escritor.⁸² O que nos faz indagar sobre que tipos de experiências as ideias presentes nos textos parecem interpretar e quais os possíveis significados das construções formais ou semânticas ocorrentes.⁸³ Ele afirma que, para que essas questões sejam respondidas, é preciso analisar historicamente e criticamente as várias formas que as ideias assumem, realizando *cortes transversais específicos*. Ou seja, questionar a respeito do lugar que as ideias ocupam no contexto analisado, tendo em mente que elas estão associadas a outras ideias, inseridas em uma estrutura mais geral.⁸⁴ Junto a isso, Williams chama atenção para o fato de que é preciso tratar das ideias como aglomerados de outras diferentes, que variam de acordo com cada sujeito.⁸⁵

Escrita por Valter Soares, *Cartografia da Saudade* é mais uma obra que pode lançar luz sobre os caminhos metodológicos para a análise da literatura a serviço do conhecimento histórico. Nesse livro, ele problematiza as representações realizadas sobre o sertão na obra do escritor Eurico Alves que, embora seja reconhecida como ensaística, contém traços marcantes de literatura ficcional. Ao buscar os diálogos que o autor trava com o repertório de imagens pré-estabelecidos para o sertão, Soares nos faz notar enquadramentos, omissões, ênfases e deslocamentos presentes no texto. Ele ainda parte em busca dos mitos, estereótipos e estigmas que emergem em sua obra, relacionando-os

⁸¹ *ibidem*. p. 215.

⁸² *ibidem*. p. 229.

⁸³ *ibidem*. p. 338.

⁸⁴ *ibidem*. p. 388.

⁸⁵ *ibidem*. p. 389.

aos posicionamentos políticos que manifestam, os mecanismos de poder que apresentam e os projetos que anunciam.⁸⁶

Sua análise se baseia na ideia de que Literatura e História são representações, versões da realidade e sistemas que atribuem sentido ao mundo. E o lugar onde essa convergência se realizaria é o da linguagem, fator comum entre História e Ficção, evidência do fato de que ambas são discursos, construções humanas. A Literatura e a História são leituras possíveis do real, já que os discursos não só representam como engendram a realidade.⁸⁷ Pensando nesses termos, Soares diz que a incursão na análise que articula História e Literatura significa “um mergulho nesta zona turbulenta onde se entrelaçam processos sociais e pensamentos simbólicos”.⁸⁸ Assumindo tal tarefa, ele pretende reconhecer nexos entre os textos de Eurico e a sua época, relacionar as maneiras de perceber e enunciar o sertão, articulando-as com a historicidade que as envolvem.

Podemos imaginar que, quando a literatura passou a ter uma aceitação enquanto documento para a pesquisa historiográfica, ela tenha sido eventualmente considerada *uma fonte como qualquer outra*. É evidente que cada tipo de fonte possui suas particularidades, mas há motivos especiais para rejeitarmos a assertiva generalista e reconhecermos que um dos seus grandes valores para a historiografia é, precisamente, o fato de que não se trata de uma fonte como as outras. Dentre outras especificidades, ela é especialmente distinta por partilhar de um elemento em comum com a própria historiografia: a narrativa. Uma breve análise da concepção de História em Hayden White nos ajuda a entender melhor essa questão.

Para White, o relato histórico é constituído a partir de um par de elementos primitivos, a crônica e a *estória*.⁸⁹ Em um primeiro momento, a elaboração da crônica corresponde ao processo inicial de compilação dos acontecimentos e dados que serão tratados de acordo com a ordem temporal de sua ocorrência. O segundo processo consiste na organização da *estória*, uma narrativização, arranjo dos eventos de acordo com a proposição de um começo, meio e fim discerníveis. Um mesmo acontecimento, como a morte de um soberano, pode ser um evento inicial, transitório ou final, configurando diretrizes para, no mínimo, três narrativas diferentes. No momento em que o historiador

⁸⁶ SOARES, Valter. **Cartografia da Saudade**: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja. Salvador: Edufba; Feira de Santana: UEFS Editora, 2009. p. 11.

⁸⁷ *ibidem*. p. 13.

⁸⁸ *ibidem*. p. 12.

⁸⁹ O termo *estória* é um neologismo arcaico utilizado aqui para acompanhar a diferenciação feita por Hayden White quando se refere a *story* e não a *history*. Como nossa discussão é também teórica e conceitual, repetimos a tradução de José Laurênio de Melo, que deixa claro não se tratar da disciplina História nesse momento, mas do uso estrutural da narrativa enquanto recurso discursivo.

arranja os eventos da crônica, conferindo-lhes funções distintas ao longo da narrativa, acaba por atribuir e hierarquizar significados em torno deles⁹⁰. Significados que podem, por exemplo, aparecer na articulação de causalidades, no reconhecimento de motivos pelos quais as coisas ocorreram de um modo e não de outro, ou na ponderação das consequências oportunizadas pelos acontecimentos. Já no ato de narrar se evidencia a parcela de invenção que integra as operações historiadoras e incide na dimensão ficcional da História, sua intersecção com a Literatura.

A narrativa, que atribui e hierarquiza sentidos, une a História e a Literatura, tornando essa última um potencial agente do conhecimento histórico. Pois, entendemos que o romance, ao mobilizar relações de significação em torno do passado, agencia interpretações a seu respeito, ainda que polissêmicas. Dessa forma, ele adquire um potencial historiográfico, que nunca é idêntico aos da historiografia propriamente dita, em respeito às constrações teórico-metodológicas próprias da disciplina, já apontadas anteriormente aqui. Ainda assim, é um potencial que nos permite atentar para as particularidades da literatura enquanto fonte, oportuniza análises não somente do período em que é produzida, mas, ao interpretar historicamente o passado, também do período que retrata. Nessa conclusão, nos aproximamos de Sidney Chalhoub que, ao analisar a obra de Machado de Assis, inicia o estudo do romance *Helena* dizendo o seguinte:

Machado escreveu tal romance em 1876, evocando as práticas sociais e o 'clima' vigentes na década de 1850. Ou seja, é preciso ler *Helena* em suas duas historicidades: a da narrativa – anos 1850 – e a do autor – 1876 –, e considerar que houve, de permeio, a crise social e os debates políticos intensos que culminaram na Lei do Ventre Livre.⁹¹

Também podemos notar uma terceira temporalidade identificada por Chalhoub, que vai além daquelas que contemplam a narrativa e a autoria: a temporalidade do permeio, de tudo aquilo que se interpõe entre as outras duas. Ao investigar a trajetória de Jorge Amado e sua produção literária, vale dar importância a essa noção de várias temporalidades possíveis. Afinal, estamos falando de um histórico de publicações que abraça uma grande amplitude temporal, que se desenvolve durante quase todo o percurso do século XX. Ademais, as obras que estão no foco do presente trabalho foram pinçadas de três momentos muito diversos, representativos do início, meio e fim de sua extensa carreira, sobre a qual comentaremos a seguir.

⁹⁰ WHITE, Hayden. **Meta-história: A Imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 1992. Tradução de José Laurênio de Melo. p. 21-22.

⁹¹ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 19.

1.2 Jorge Amado e o *ciclo do cacau*

A condução desse trabalho é orientada através de dois eixos interligados: enquanto um deles é a discussão em torno do estatuto da História e seus componentes de verdade, ficção e literatura, o outro consiste em operar com os romances de Jorge Amado, os quais analisaremos à luz das noções trabalhadas no primeiro eixo. Não se trata, simplesmente, de aplicar um determinado aparato teórico-metodológico a um corpus documental, mas de realizar reflexões epistemológicas e conceituais e utilizá-las para colocar a relação entre História e Literatura em perspectiva.

A escolha pelos romances amadianos é motivada por percebermos o funcionamento de suas narrativas – e dos referenciais que as balizam – como uma espécie de filtro que pauta predominantemente as percepções convencionais acerca do Sul da Bahia. A própria constituição simbólica do lugar como uma região aparenta ser pautada por uma série de narrativas que partilham de um conjunto de referenciais em comum, dentre as quais podemos incluir, com destaque, as de Jorge Amado. O alcance de sua obra é comparável ao da obra de poucos escritores brasileiros: publicados ao redor do mundo, seus romances se disseminaram através de diversas mídias e, já desde a década de 1940, vem recebendo uma grande quantidade de adaptações para o cinema, telenovelas, minisséries de TV e quadrinhos.⁹² Constituintes do conjunto conhecido como *ciclo do cacau amadiano*, seus romances, cujos espaços diegéticos são identificados com o Sul da Bahia, estão entre os mais icônicos e representativos da literatura regional, trata-se de: *Cacau* (1933); *Terras do Sem Fim* (1943); *São Jorge dos Ilhéus* (1944); *Gabriela, Cravo e Canela* (1958); e *Tocaia Grande* (1984).

Recorremos à pesquisa de Eduardo de Assis Duarte para identificar que, desde o início de sua trajetória como romancista, Amado torna sua obra permeável ao contexto político e ideológico que historicamente a circunscreve. A Revolução Russa, a fundação do Estado Soviético e a ascensão do comunismo no cenário global coincidem com os anos de formação do escritor, cujos primeiros romances dão uma amostra do embricamento entre o literário e o político em sua obra. Entretanto, sua posição não é isolada dentre os artistas e intelectuais brasileiros, pois se aproxima daqueles que voltam suas atividades

⁹² Algumas dentre uma série de adaptações que podemos citar são: novelas produzidas pela Rede Globo, como *Gabriela* (1975) e *Terras do Sem fim* (1981), pela Rede Manchete, que exibiu *Tocaia Grande* (1995-1996), e outras produzidas pela TV Tupi e pela Rede Bandeirantes; *Gabriela* foi novamente adaptada pela Rede Globo, em 2012, como minissérie; filmes como *Dona Flor e seus Dois Maridos* (1976) e, mais uma vez, *Gabriela* (1983), ambos dirigidos por Bruno Barreto; e revistas em quadrinhos, com destaque para *Jubiabá*, do quadrinista Spacca, lançada em 2009.

para a implantação das diretrizes do movimento comunista internacional, marcados pela atmosfera de radicalismo político vigente. Trata-se de uma prática literária que pretendeu falar aos oprimidos, ao proletariado, e formar consciência política através da dramatização da vida daqueles submetidos ao capitalismo, apontando o caminho para a sua superação.⁹³

As balizas que orientam a produção literária e intelectual a partir de meados dos anos 20 e ao longo da década de 30 – em que se situa a publicação de *Terras do Sem Fim* – são comumente apontadas como o modernismo, tenentismo e o comunismo. O romance de 30 é tributário não somente da tradição regionalista do século anterior, mas também da estética modernista, em sua preocupação com a identidade nacional e regional, com a renovação da linguagem literária e a elocução popular. A herança estética do modernismo contrasta uma nação idealizada nas instâncias oficiais e acadêmicas com o Brasil primitivo, e acaba por engrossar um movimento de insatisfação provocado pela miséria e atraso do país, consequências do *mandonismo oligárquico*, segundo Duarte.⁹⁴ Ele diz ainda que

no caso de específico de Jorge Amado, modernismo, tenentismo e comunismo funcionarão como referenciais muito precisos numa trajetória em que política e literatura vão caminhar lado a lado. A revolução estética de 22 propicia ao autor régua e compasso expressivos, abrindo-lhe a perspectiva da linguagem desabusada, império da oralidade, além de lhe mostrar o caminho dos estratos recalçados de nossa formação cultural [...].⁹⁵

São fatores que parecem ter fornecido matéria-prima às suas narrativas, pois, de fato, notamos a presença da linguagem popular, de suas marcas de oralidade e de seus sujeitos desde as primeiras obras do escritor. No rol de personagem amadianos há prostitutas, jagunços, tropeiros, trabalhadores rurais, vagabundos e mais uma gama imensa de tipos recalçados pelas narrativas mais assépticas. As marcas da linguagem popular tal como entendida por Amado e atribuída a esses grupos podem ser notadas em trechos como os diálogos envolvendo *Dona Coroca*, em *Tocaia Grande*: “Chegou a hora da onça beber água, Dona Coroca. Vambora!”, clama *Tarcísio* ao convocá-la para que ampare sua mulher em trabalho de parto; “Nós já é comadre desde o São João, tu se esqueceu? Comadre de fogueira, agora nós vai ser de vida e morte”,⁹⁶ quando *Coroca* fala em ajudar *Bernarda* a dar à luz.

⁹³ DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado: o romance em tempo de utopia**. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 20-21.

⁹⁴ *ibidem* p. 22-25.

⁹⁵ *ibidem* p. 23.

⁹⁶ AMADO, Jorge. **Tocaia grande: a face obscura**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 140 e 226.

Por sua vez, o tenentismo enquanto referencial político comportava uma atitude de rejeição à estagnação e miséria provinciana demarcada pelo coronelismo. Representava os anseios por mudanças nas instituições sociais, fomentado por um contexto em que o proletariado e as camadas médias urbanas almejavam poder de influência nos rumos da política nacional, buscando por novas formas de organização e mobilização.⁹⁷ A república velha e suas instituições estavam em cheque, o sistema vigente de dominação oligárquica apresentava-se desgastado e estava sendo profundamente questionado, situações associadas ao surgimento do movimento tenentista e que constituem parte do contexto ideológico que influenciou Jorge Amado.

O comunismo – outro espectro importante do contexto cultural e político que envolvia o escritor baiano – foi a bandeira político-partidária defendida por Amado durante grande parte de sua vida, tanto que chegou a ser filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), pelo qual foi eleito deputado federal na década de 1940. Uma das diretrizes já defendidas pelo Partido também é recorrente nas obras amadianas, trata-se da tese do *etapismo* que, no contexto brasileiro, aparece como uma explicação para a condição *semifeudal* do país e justificativa para a política de alianças com a burguesia local. Como escreve Duarte, “o mandonismo dos coronéis, representado em *Cacau*, *Terras do Sem Fim*, *São Jorge dos Ilhéus* ou *Seara Vermelha*, configura um universo ‘semifeudal’ ou de um ‘feudalismo brasileiro’ em pleno século XX”.⁹⁸ A ideia era pensar uma etapa prévia de revolução burguesa, para a consolidação da burguesia democrática e daí possibilitar a segunda etapa, *a revolução do proletariado*. Essa tese, por sua vez, remete a uma concepção de estratificação social que concebe o desenvolvimento das sociedades ao longo de fases sucessivas que seriam as mesmas para todos os agrupamentos sociais. No caso do Brasil, o país ainda estaria em uma fase semifeudal, em que a revolução burguesa constituía um processo a ser necessariamente consolidado para que fosse possível o advento da revolução socialista.

Na década de 1930, momento da publicação de sua primeira obra associada ao *ciclo do cacau*, o liberalismo, o fascismo e o comunismo estão constantemente nas pautas das discussões. À medida que o mercado se abastece com publicações que envolvem o marxismo e o regime soviético, romances comunistas recebem várias traduções, o público leitor se amplia. É o momento em que Jorge Amado apresenta pontos de vista alinhados aos do Partido Comunista na época, como em *Cacau*, que sinaliza para um fenômeno

⁹⁷ DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado: o romance em tempo de utopia**. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 27.

⁹⁸ *ibidem* p. 30.

maior: a presença da classe trabalhadora na literatura brasileira no início da década de 1930, o que Duarte afirma ser homólogo à “intensificação, no plano social, das lutas pela conquista dos direitos trabalhistas”.⁹⁹ No romance, Amado demonstra estar integrado a essa perspectiva, ao colocar o trabalhador como protagonista e narrador, se voltando para uma interpretação das relações de exploração entre patrão e empregado. Sua publicação é um marco do romance proletário no Brasil, que, segundo Duarte, se afigura na obra de Jorge Amado como uma confluência de diretrizes do modernismo associadas à intenção realista de voltar-se para os trabalhadores oprimidos.¹⁰⁰

Na década de 40, publica *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, romances que, entrelaçados,¹⁰¹ compõem um painel histórico para o estabelecimento do cacau enquanto monocultura predominante na região. Como diz Duarte, “o duplo texto se faz saga, compreendendo a ascensão, o apogeu e a decadência dos antigos senhores”.¹⁰² Neles, o escritor interpreta o universo rural do país através do ciclo da lavoura cacauieira no Sul da Bahia e acaba engendrando uma narrativa de perspectiva histórica bem demarcada, voltando-se para um contexto de intensas transformações políticas, econômicas e sociais: um contexto de transição de um Brasil escravocrata para um Brasil sob forte influência da hegemonia do capitalismo financeiro internacional.

Terras do Sem Fim funciona como um quadro da ascensão da lavoura cacauieira e seus latifundiários, ao narrar a violenta disputa entre duas famílias tradicionais da região por um trecho de mata, um movimento de expansão da fronteira agrícola. Acompanhamos a narrativa a partir da chegada de um navio ao porto de Ilhéus, que vem de Salvador trazendo alguns dos personagens que transitarão pelo romance, a exemplo do sergipano Antônio Vítor, lavrador que deixa sua terra natal seduzido pelas histórias de fartura nas *terras do sul*, “onde o cacau dava um dinheirão”.¹⁰³ Juca Badaró também está à bordo, é um dos personagens centrais da trama, ao protagonizar o conflito pelas terras de *Sequeiro Grande* antagonizando o outro grande latifundiário local: o coronel *Horácio da Silveira*, ex-tropeiro e empregado de roça de cacau, que enriquecera através do cultivo do fruto. A luta pela posse da mata, que ficava entre as respectivas propriedades do

⁹⁹ DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado: o romance em tempo de utopia**. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 33.

¹⁰⁰ *ibidem* p. 34-35.

¹⁰¹ Há personagens de *Terras do Sem Fim* que sobrevivem a esse primeiro romance e habitam as páginas de *São Jorge dos Ilhéus*, envelhecidos 30 anos na narrativa.

¹⁰² DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado: o romance em tempo de utopia**. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 149.

¹⁰³ AMADO, Jorge. **Terras do Sem Fim**. 44. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.p. 25.

Coronel Horácio e da família *Badaró* é, também, motivada pela expansão do poderio político na região.

A viagem de navio que abre o romance funciona como um desfile de imagens que povoam a narrativa, como: a caracterização do Sul da Bahia como uma terra com promessas de morte e de prosperidade; a epidemia de varíola, tratada no texto como *bexiga negra*, seu nome popular na região; as tocaias e os jagunços; o conflito entre os coronéis do cacau; e a relação dos coronéis com a região, não importa se falamos de pessoas, ou de pedaços de terra, todas as coisas estavam sujeitas a ser propriedade deles. É o que vemos no momento em que *Juca Badaró* apalpa *Margot*, que se incomoda e diz que nem o conhece, ao que ele responde que “Se nunca ouviu, vosmicê vai ouvir falar muito em Juca Badaró... E fique sabendo que tá desde agora por minha conta. Veja como se comporta porque eu não sou homem de duas conversas”.¹⁰⁴ Outro momento exemplar é o recrutamento de trabalhadores, entre eles o já mencionado *Antônio Vítor*: “E assim Juca Badaró foi contratando gente, o jogador que dava cartas, um dos seus parceiros, o cearense, o jovem e Antônio Vítor que olhava o céu de mil estrelas”.¹⁰⁵ A imagem é concluída quando, na chegada ao porto de Ilhéus, em conversa com o imediato da embarcação, o comandante confessa que se sente como se comandasse um navio negreiro, cheio de negros escravizados. Enquanto isso, olhava para os homens que dormiam na cabine, entre eles *Antônio Vítor* e questionava: “Que diferença, há?”.¹⁰⁶

Após essa espécie de prólogo, um dos primeiros episódios da narrativa é o atentado mal-sucedido a *Firmo* – efetuado por *Damião*, jagunço dos *Badaró* – pequeno proprietário de terra cuja fazenda localizava-se entre o latifúndio da família *Badaró* e a mata de *Sequeiro Grande*. Ainda que a emboscada não tivesse sido eficaz, fora o sinal de que a luta pela posse daquelas terras havia começado: “Agora não tem mais jeito... é melhor começar antes que Horácio comece... Porque vai ser guerra de verdade”,¹⁰⁷ diz *Horácio* ao saber da emboscada frustrada de *Damião*, que enlouqueceria por não ter conseguido cumprir a ordem de *Juca Badaró*, “[...] coisa de feitiço, meu pai, negro Damião errou o tiro... Que vai dizer agora Sinhô Badaró? Ele é um homem bom, eu atraíçoei ele... Não matei o homem, foi coisa de feitiço, botaram mandinga, meu pai!”.¹⁰⁸ Ao saber do acontecido, o *coronel Horácio* tenta cooptar os pequenos proprietários das

¹⁰⁴ *ibidem*. p. 24.

¹⁰⁵ *ibidem*. p. 35.

¹⁰⁶ *ibidem*. p. 43.

¹⁰⁷ *ibidem*. p. 112.

¹⁰⁸ *ibidem*. p. 116.

fazendas adjacentes para que o ajudassem no conflito que se anunciava. A partir daí, o volume de ataques aumenta, emboscadas vão acontecendo, ateam fogo na roça de *Firmo* e jagunços chegam ao local para logo serem recrutados por um dos dois lados. A luta se encerra com o cerco à casa dos *Badaró*, que dura quatro dias, culminando na fuga deles e na sua propriedade incendiada.

Ao fim do romance, o então arraial de Tabocas se desmembra do município de Ilhéus e se torna o município de Itabuna. Um pouco antes, lemos que *Horácio* é levado a julgamento e inocentado. *Dr. Rui*, seu advogado, termina a defesa com um discurso que parece ter sido construído para dar vazão à ironia amarga com a que o autor trata os mecanismos de poder da região, em que o domínio dos coronéis e as fraudes institucionais se alimentam reciprocamente:

Ao absolver o coronel Horácio da Silveira, provareis, senhores do conselho da sentença, a todo o mundo civilizado, cujos olhos estão voltados para esta sala, que em Ilhéus não existe apenas o cacau, a terra fértil e o dinheiro, provareis que em Ilhéus existe a Justiça, mãe de todas as virtudes de um povo!¹⁰⁹

Em *Gabriela, Cravo e Canela*, Jorge Amado insinua uma crônica de costumes que, sem abandonar o viés de crítica social e política, é marcadamente distinta das narrativas de sua fase anterior, de romances como *Cacau* e *Terras do Sem Fim*. Neles, a preocupação política e histórica aparece em primeiro plano, em uma abordagem frontal das questões que preocupavam a intelectualidade ligada ao Partido Comunista, a exemplo dos conflitos entre patrões e trabalhadores, das lutas no campo e do coronelismo. A obra foi publicada em 1958, um momento em que Jorge Amado já havia se desvinculado do Partido Comunista e o país vivia o que parecia uma espécie de auge desenvolvimentista em um período de descontinuidade democrática entre duas ditaduras. Foi durante o mandato presidencial de Juscelino Kubitschek, marcado pelo projeto de desenvolver o Brasil *cinquenta anos em cinco*, que *Gabriela* foi publicado. Foi também o período em que a indústria automobilística chegava ao país e se iniciava a construção da cidade de Brasília: manifestações de um ideal generalizado de progresso que se difundia enquanto política de estado e fetiche social. Trata-se de uma atmosfera que pode ser sentida constantemente no livro, cuja narrativa está situada nos anos 1920, principalmente na questão que envolve as obras do porto de Ilhéus e a estrada entre Ilhéus e Itabuna, em que é possível notar a presença de um ideário desenvolvimentista bem demarcado atravessando a trama, que vamos explorar no último capítulo.

¹⁰⁹ *ibidem*. p. 261.

Além da personagem-título, a narrativa se desenvolve a partir do árabe *Nacib*, dono do bar *Vesúvio*, que, no início da história, perde sua cozinheira *Filomena* às vésperas de um importante jantar que lhe havia sido encomendado. Em busca de alguém que pudesse executar o serviço na cozinha, o árabe encontra *Gabriela*, sertaneja retirante recém-chegada a Ilhéus em busca de trabalho, conseguindo-o justamente em função da necessidade de *Nacib*. A partir daí, ocorre que o novo patrão de *Gabriela* acaba se apaixonando por ela: sua beleza, sensualidade e altivez não apenas o conquista, como também a muitos dos que estão a seu redor, tensionando o relacionamento entre patrão e empregada, desencadeando entre os dois situações de traição, ciúmes e abusos.

Esse é o eixo da qual partimos para observar outros conflitos em uma Ilhéus que se transforma, a exemplo das diversas faces da ascensão e da decadência dos personagens, bem como os choques entre as demandas anunciadas pelas mudanças que se impõem sobre o lugar e seus traços arcaicos e patriarcais. Acaba que Amado volta a tratar questões sociopolíticas recorrentes em sua obra, discutindo o conservadorismo do poder político rural do início do século XX e suas articulações com os segmentos progressistas, que lhe ameaçava a hegemonia. Para a pesquisadora Ívia Alves, o escritor simultaneamente discute a situação da década de sessenta, concluindo que ao longo dos anos que separam o tempo da narrativa e o tempo da escrita, o país não alcançou uma transformação socioeconômica significativa: a desigualdade social, a precária industrialização e o mandonismo político interditaram qualquer possibilidade de modificação das estruturas fincadas desde a era colonial.¹¹⁰

Em 1984, vésperas do fim da ditadura militar no Brasil e momento em que publicou *Tocaia Grande*, Amado distava mais de 40 anos daquele escritor de *Terras do Sem Fim*. Trata-se de um longo percurso, entremeado pela publicação de vinte obras e, em um escopo maior, por uma série de conjunturas históricas distintas. Nesse meio tempo, Amado vê a segunda guerra mundial chegar ao fim e Getúlio Vargas ser deposto, ele próprio termina um casamento e começa outro, é eleito deputado federal pelo PCB, está lá quando o partido é posto na ilegalidade e acaba tendo seu mandato cassado, exila-se na Europa, observa de longe a volta de Getúlio Vargas à presidência e também o seu suicídio, se afasta da militância comunista, desligando-se do PCB, é eleito presidente da Associação Brasileira de Escritores, testemunha o surgimento da Bossa Nova, de Brasília, do Cinema Novo, do golpe militar sofrido pelo país que interrompe o governo de João

¹¹⁰ ALVES, Ívia. As mudanças de posição da crítica e a produção de Jorge Amado. In: _____ (Org.). **Em Torno de Gabriela e Dona Flor**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2004. p. 10.

Goulart e o estado democrático, o AI-5, a Tropicália, o homem pisando na lua, vê também as suas obras adaptadas na televisão e no cinema, a crise do petróleo, o AI-5 ser revogado e está lá quando a Lei da Anistia é promulgada e o movimento *Diretas Já* ganha corpo.

Trata-se de uma síntese minimalista de eventos históricos que separam o mais antigo e o mais recente romance amadiano analisados nesse trabalho. A própria obra *Tocaia Grande, a face obscura* pode ser lida como uma amostra-síntese de processos que discutiremos ao longo do texto. A sua narrativa começa com um breve panorama da cidade fictícia de *Irisópolis*, anunciando que empreenderá o desvelamento de seu passado, de quando o lugar se chamava Tocaia Grande. O nome teria sido atribuído em função de seu evento fundador, uma tocaia comandada pelo jagunço *Natário* contra um dos inimigos do *Coronel Boaventura*. Logrando a conquista sangrenta daquele território, o coronel passa a cultivar cacau no lugar e segue o relato de como, em torno da lavoura, ocorre a formação da comunidade de Tocaia Grande.

São vários os tipos sociais atraídos para as crescentes demandas do local: prostitutas, tropeiros, jagunços, comerciantes, retirantes, artesãos, lavradores e outros cujas histórias se entrelaçam a partir do momento em que passam a constituir um povoado. O seu crescimento confere ao local e a seus sujeitos uma visibilidade que os força de encontro às demandas de um ideário civilizatório que tanto pretende organizar, quanto constranger a comunidade a se ordenar de acordo com os parâmetros assépticos de um ideal de urbanidade. A rejeição da comunidade à ordenação imposta oportuniza o ataque das forças civilizatórias representadas por *Venturinha* – filho do então falecido *coronel Boaventura* –, chanceladas pela Igreja católica e, também, composta por burocratas e pela força policial. É o desfecho da história, o massacre da população de Tocaia Grande, embora não seja o seu silenciamento, graças à memória que sobrevive através das narrativas populares.

Tocaia Grande pode ser visto como um romance-síntese da obra amadiana, em especial do seu *ciclo do cacau*. Esse é o tema da dissertação de Fan Xing, ela entende que a obra reúne não somente os temas e tipos presentes nas obras anteriores de Jorge Amado, mas oferece uma amostra da própria sociedade ao seu redor, tanto numa abrangência local, como nacional:

para além de sintetizar os principais elementos na criação de Jorge Amado, a outra singularidade de *Tocaia Grande* é que o romance volta à origem de uma cidade, da zona grapiúna e, até certo sentido, da nação brasileira. Isso quebra a separação entre a ficção e a realidade, fazendo de *Tocaia Grande* não só uma

síntese dos romances de Jorge Amado, mas também uma miniatura do mundo real, ou seja, uma síntese da sociedade brasileira.¹¹¹

Em relação ao caráter revisionista e conclusivo da própria obra, Xing sustenta sua tese com base na recorrência de temas, situações e personagens que coabitam *Tocaia Grande* e as demais obras, o que discutiremos com mais detalhes nas páginas seguintes.

¹¹¹ XING, Fan. **Tocaia Grande**: romance-síntese de Jorge Amado. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Teoria e História Literária, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <<http://tiny.cc/287n9y>>. Acesso em: 18 dez. 2018. p. 10.

2 A REGIÃO ENUNCIADA (E SUAS MARGENS)

– *O senhor doutor é um humorista de finíssimo espírito, cultiva magistralmente a ironia, chego a perguntar-me como se dedicou à história, sendo ela grave e profunda ciência.*
 – *Sou irônico apenas na vida real.*

(José Saramago, *A história do cerco de Lisboa*, 1989)

2.1 A invenção da região

Nesse capítulo, já iniciamos recorrendo a Durval Muniz de Albuquerque Jr.¹¹² para falar dos constructos discursivos que concorrem para a formação de territórios imagéticos, pensando em como as cadeias de imagens transitam entre a sociedade e suas correspondências simbólicas para estruturar as referências em torno das quais vivemos. Ele realiza um estudo de como as falas que enunciam o Nordeste também delimitam os seus contornos, enquanto configuram referenciais identitários e estereótipos associados ao lugar e seus sujeitos. Para ele, a força que as falas mobilizam é capaz de imprimir marcas nas representações compartilhadas sobre os diversos elementos de uma região, incluindo as interpretações acerca do seu passado. Nesse ponto, percebemos correspondências com o caso do Sul baiano, especificamente o lugar que acabou sendo constituído como *região grapiúna*, ou *região cacauera*.

Além de Durval, há dois historiadores cujas pesquisas se debruçam sobre o sertão da Bahia, servindo de respaldo e referência ao estudo que realizamos. Um deles é Clóvis Oliveira,¹¹³ que escreve sobre a cidade de Feira de Santana, abordando o período entre as décadas de 1920 e 1960. Ele utiliza expressões artísticas – pinturas, fotografias, romances e poesia – para tratar dos processos que a modernização desencadeou na cidade, contemplando as dinâmicas de memórias e esquecimentos que ali foram mobilizadas. Dentre uma série de contribuições relevantes que surgem de seu texto, a forma como ele pensa a noção de *glotocídio* enriquece a perspectiva que desenvolvemos aqui sobre o nosso próprio objeto. Ao usar o termo, ele se refere ao silenciamento sofrido por vozes

¹¹² ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011

¹¹³ OLIVEIRA, Clovis. **Canções da Cidade Amanhecendo: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960**. Salvador: Edufba, 2016.

subalternizadas pela modernização, escondidas sob escombros das sociabilidades e práticas suburbanas associadas ao campo e ao vaqueiro. No nosso caso, interessa pensar o glotocídio sofrido pelos sujeitos cujas vozes não aparecem nas narrativas predominantes acerca da região, que nega a participação do trabalho escravo no cultivo da famigerada lavoura cacaueteira e a presença de uma considerável população indígena que também atuou no desenvolvimento agrícola e infraestrutural da região, mas foi massacrada em prol da expansão de áreas de cultivo.

O outro historiador é novamente Valter Soares,¹¹⁴ que analisa a obra do poeta, ensaísta e cronista feirense Eurico Alves, com a intenção de vislumbrar a instituição do sertão da Bahia em seu discurso. Esforços que vão em sentidos semelhantes ao de Albuquerque Jr., ao passo em que procura na obra de Eurico as maneiras de ver e dizer o lugar e sua gente. Ele atenta para os enquadramentos e omissões que os seguem, na busca por imagens que daí emergem, bem como as filiações políticas, os mecanismos de poder e os projetos que elas insinuam. Para o nosso trabalho, tais parâmetros revelam-se de grande utilidade, uma vez que o caso da região Sul da Bahia evoca nexos similares aos que Soares destaca. Buscamos ponderar as maneiras pelas quais as narrativas literárias, ensaísticas, historiográficas ou memorialísticas, junto com as enunciações associadas a elas, revelam um projeto de sociedade, seus mecanismos de poder e os elos políticos que lhes dão sustentação.

Antes de abordarmos a formação da região Sul da Bahia enquanto constructo simbólico, é pertinente abriremos um parêntese para situar as raízes da tradição narrativa que estrutura: as visibilidades dadas ao lugar, as interpretações hegemônicas sobre o seu passado e a identidade regional produzida e consumida em seu interior. A narrativa predominante compartilhada na região Sul da Bahia a respeito de seu passado integra um conjunto de referências que encontraram terreno fértil no imaginário social, onde se firmaram e passaram a fundamentar as explicações oferecidas e consumidas pelo senso comum a respeito da história local. Para que a compreensão do processo político que funda o cultivo dessa narrativa, devemos voltar nossos olhares para a segunda metade do século XIX, quando a lavoura cacaueteira começa a se expandir e passa a atrair um

¹¹⁴ SOARES, Valter. **Cartografia da Saudade**: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja. Salvador: Edufba; Feira de Santana: UEFS Editora, 2009.

crecente fluxo migratório para a região.¹¹⁵ No quadro que se delinea a partir daí, surge um cenário político em Ilhéus que se configura da seguinte forma:

A disputa pelo domínio político e econômico do município dividiu-o em grupos antagônicos de cunho familiar: conservadores e liberais, no Império; e depois federalistas e constitucionalistas, na República Velha. Estes dois últimos eram conhecidos no município pelas alcunhas de adamistas e pessoístas, originadas dos nomes dos seus principais líderes: Domingos Adami de Sá e Antônio Pessoa da Costa e Silva, ambos coronéis da Guarda Nacional.¹¹⁶

Com o prestígio social do qual dispunha no Rio de Janeiro e em Salvador, respectivas capitais do império e da província, a família Sá deteve o poder municipal durante boa parte do período imperial. Dessa maneira, seu poder se articulava através de ligações com as elites políticas baianas, que controlavam politicamente a província através do domínio dos municípios.

Um campo de tensões com desdobramentos no caráter dos discursos que legitimavam as ações de cada grupo, à proporção que detratavam a imagem da oposição, se configurou a partir da disputa pelo controle político entre adamistas e pessoístas no Sul da Bahia, em que o lugar de poder mais cobiçado era a intendência do município de Ilhéus, polo econômico e político do lugar. De um lado, os pessoístas contestavam a legitimidade ética da elite tradicional, acusando-a de construir seu poder em função do trabalho escravo e dos favorecimentos do governo, legado que estaria mantendo o município em uma situação de atraso. Quanto aos adamistas, suas falas colocavam a nova elite, liberal, como “forasteiros, aventureiros sem tradição na região, que tinham como único desejo controlar o poder municipal em benefício próprio”.¹¹⁷

A base eleitoral pessoísta se constituía por fazendeiros proprietários de grandes lavouras cacaeiras e importantes casas comerciais que, quando o cacau passa a ser o maior produto de exportação da Bahia, no final do século XIX, tornam-se os novos ricos da sociedade local. Com a conquista de uma ascensão econômica, essa nova elite entende como necessária a obtenção do controle do poder público. Para isso, a partir da década de 1890, passam a insistir na eleição do coronel Antônio Pessoa, sua principal liderança política, para o cargo de Intendente de Ilhéus. Contudo, Ribeiro aponta que, embora esse

¹¹⁵ RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880 – 1950**. 2008. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Ffch, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. p. 43 e 44.

¹¹⁶ *ibidem*. p. 64.

¹¹⁷ *ibidem*. p. 64.

grupo tivesse conseguido eleger o coronel Pessoa, além de diversos conselheiros municipais, por sucessivas vezes entre 1894 e 1912, seus representantes não foram oficializados pelo senado estadual que, alinhado com o grupo adamista, tinha o poder de legitimar a posse dos cargos do executivo e legislativo estaduais e municipais. Dessa maneira, à revelia dos resultados das eleições, mas consoante com as prerrogativas do senado, o controle político local seguiu nas mãos dos adamistas durante o período.

O processo de mudança na liderança política da região – ponto-chave do início da construção e difusão da metanarrativa que prevaleceu no Sul da Bahia ao longo do século XX – pode ser identificado no início da década de 1910, a partir da ascensão ao governo do Estado da Bahia do então Ministro da Viação e Obras Públicas, e aliado dos pessoístas, J. J. Seabra. Essa transição interrompe a continuidade do poder político adamista, abrindo espaço para que Antônio Pessoa, em 1912, assumisse a intendência de Ilhéus. O que ocorre, a partir daí, é a implementação de um discurso através da imprensa e de obras históricas encomendadas, no qual o papel político e econômico do grupo liderado pela família Sá foi sistematicamente esquecido, enquanto o papel do grupo pessoísta passou a ser superdimensionado.¹¹⁸ Aos artigos da imprensa local e às obras historiográficas mencionadas por Ribeiro, agrega-se a literatura regional, que encontra em Jorge Amado o seu representante mais conhecido e publicado.

Na análise feita pela historiadora Mary Ann Mahony,¹¹⁹ há apontamentos de que, em torno da busca por legitimidade social e política efetuada pela nova elite regional que se consolida no início do século XX, se configura uma tradição narrativa sobre a fundação e o desenvolvimento da região cacaueira, assim como as origens de sua elite. Essa narrativa se articula através do enaltecimento e superlativação da própria trajetória de Antônio Pessoa – e também de seus partidários e membros dessa nova elite, cujas formas de auto-representação se utilizavam dos mesmos referenciais – que possuía uma origem relativamente modesta, sendo reconhecido no modelo de homem liberal, “um homem feito por si, cujo capital foi construído pelo trabalho, sem auxílio de parentes ricos ou de recursos públicos”.¹²⁰ O apelo possui, portanto, um caráter moral, que evoca suas origens humildes, seu passado abolicionista e sua experiência de ter triunfado através dos próprios

¹¹⁸ RIBEIRO, André Luís Rosa. **Família, Poder e Mito**: O município de S. Jorge de Ilhéus (1880 - 1912). Ilhéus: Editus, 2001. p. 155.

¹¹⁹ MAHONY, Mary Ann. **Um passado para justificar o presente**: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacaueira da Bahia. **Especiarias: Cadernos de Ciências Humanas**, Ilhéus, v. 10, n. 18, p.737-793, jul. - dez. 2007. p. 738.

¹²⁰ RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880 – 1950**. 2008. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, FFCH, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. p. 65.

esforços. Retrato que deveria servir para se diferenciar da natureza que fundamentava a liderança política da família Sá, calcada na tradição de seu poder político e econômico.

Voltando a Mahony,¹²¹ a sua análise compreende que a narrativa enfatiza o pioneirismo heroico de imigrantes que, no final do século XIX, se converteram em desbravadores enquanto derrubavam uma mata inabitada, pronta a ser explorada. Nessa empreitada, os desbravadores teriam investido apenas a sua própria força de trabalho, através da qual triunfaram sobre a mata inóspita, criando com as próprias mãos as estruturas que sustentariam uma das maiores forças econômicas do Brasil no início do século XX, a lavoura cacaueteira. Portanto, percebendo-se como os desbravadores de outrora, os coronéis do cacau se apresentam como os legítimos pioneiros da sociedade regional, que crê estar fundamentada, e disso se orgulha, em uma economia que se desenvolveu a partir da força de trabalho livre e assalariada.

Esses referenciais estiveram presentes na expressiva maioria dos textos que foram produzidos no século XX acerca do Sul da Bahia e de seu passado, com destaque para a produção acadêmica, literária e jornalística. Poderíamos tomar uma série de produções como amostra desse fenômeno, as obras memorialistas, por exemplo, são um campo rico para a identificação dos componentes do mito de origem de que tratamos. Tendo em perspectiva esse entrecruzamento de discursos associados à narrativa pessoísta, percebemos que, além de aglutinar essas três práticas – acadêmica, literária e jornalística – ao longo de seu percurso como escritor, Adonias Filho publica, no final dos anos 70, um ensaio que sintetiza os principais elementos da metanarrativa utilizada para explicar o Sul da Bahia e fundá-lo enquanto região, sendo uma amostragem exemplar do complexo simbólico de que estamos falando. Além disso, sua obra não apenas compila os elementos metanarrativos denunciados por Mahony e Ribeiro, como os associa à noção de uma integração regional, fundamental à discussão que faremos a respeito dos tipos à margem dos recortes oficiais que definiram o Sul da Bahia como uma região constituída.

Adonias fala de como a *saga do desbravamento* e sua repercussão cultural mobilizou a configuração de uma *civilização do cacau*.¹²² Segundo ele, a estrutura social e a organização econômica local teriam sido resultantes da lavoura cacaueteira, fornecendo um conjunto de normas, sociabilidades e identidades que se traduziriam em uma integração regional:

¹²¹ MAHONY, Mary Ann. **Um passado para justificar o presente**: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacaueteira da Bahia. **Especiarias: Cadernos de Ciências Humanas**, Ilhéus, v. 10, n. 18, p.737-793, jul. - dez. 2007.

¹²² FILHO, Adonias. **Sul da Bahia**: chão de cacau. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 10.

É nesse espaço regional que se estabelece uma estrutura social definida. Poder-se-á afirmar mesmo que essa estrutura se revela à sombra de bases perfeitamente identificadas [...] como aquelas bases, verdadeiros componentes sociais, se fundem por dentro numa espécie de monobloco.¹²³

Para sustentar seu argumento de que o Sul da Bahia compõe um bloco cultural monolítico que gira em torno da lavoura cacaueteira, Adonias cita os *desbravadores*, “que conquistam a selva a fogo, pólvora e machado. E erguem povoados, arruados e vilas”.¹²⁴ Associando-os diretamente a outro tipo social, que, no início do século XX, os teriam sucedido. Trata-se dos *coronéis*, que “remanescente ou descendente dos desbravadores, consolidam economicamente a lavoura. E transformam povoados em vilas, e de uma vila como Itabuna fazem uma grande cidade, e de uma cidade como Ilhéus a capital da região”.¹²⁵ Nesse trecho se define o sujeito grapiúna exemplar, personagem-ícone do Sul da Bahia, o coronel/desbravador que teria mobilizado o desenvolvimento da região.

As associações feitas com o *coronel de cacau* adotam sempre um tom positivo, que reproduz a ideia apontada pelos críticos do mito de origem da região, na qual o coronel se constituiu como tal através do resultado exclusivo de seus próprios esforços e partindo de uma base humilde, da qual se destaca até mesmo uma ancestralidade indígena, que agrega luta, humildade e desbravamento:

[...] quando surge de corpo inteiro, ao lado do índio de quem herda muitas vezes o sangue e inúmeras reações psicológicas, em luta permanente contra a selva tropical, esse *desbravador* é o primeiro *tipo social* a mostrar-se no complexo regional. Tipo social que antecede e anuncia, no fundo da família patriarcal, um outro tipo social, o *coronel do cacau*.¹²⁶

Sua visão carrega todo um espectro romântico, heroico, que se evidencia quando diz que “as selvas permaneceram virgens à espera do desbravador e do cacau”, ou que as mãos do desbravador/coronel foram o veículo de transformação do Sul da Bahia.¹²⁷

O texto de Adonias também é tributário de uma negação sistemática, uma delimitação que se propõe bastante clara ao definir um *nós*, em oposição a uma série de *outros*. Nesse caso, existe a repetição consistente da ideia de que a lavoura cacaueteira foi um fenômeno à parte dos engenhos de cana-de-açúcar do nordeste e das plantações de café do sudeste, cujo principal *traço diferencial* teria sido a não-utilização do trabalho escravo. Adonias é assertivo ao dizer que “o *desbravador* grapiúna não teve o negro

¹²³ *ibidem*. p. 14.

¹²⁴ *ibidem*. p. 19.

¹²⁵ *ibidem*. p. 23-24.

¹²⁶ *ibidem*. p. 30.

¹²⁷ *ibidem*. p. 33, 37.

escravo e nem o escravo índio a seu serviço. [...] o Negro não participou, porém, e como escravo, da exploração da terra”.¹²⁸ Ainda completa dizendo que, quando participou, o negro escravizado teria atuado ele próprio como um desbravador, ou plantador de cacau.

Nesse caso, como a interpretação hegemônica do passado local explica o cultivo da lavoura cacauzeira? Adonias responde reafirmando a autonomia do coronel/desbravador, destacando a sua capacidade de produzir a sua prosperidade unicamente através dos próprios esforços e não com a exploração do trabalho alheio:

*O desbravador, antes que se tornasse de fato o coronel, penetrou e explorou a terra com os próprios braços. Fazia, não mandava fazer, ou, quando mandava fazer, também fazia. E poderemos dizer com exatidão que, com o suor do rosto, tomando à Natureza a terra virgem, substituiu a selva por uma outra mais amena, precisamente as florestas de cacauzeiros.*¹²⁹

Ora, hoje não faltam estudos que refutam essa concepção deturpada da escravidão, ou de sua ausência, na lavoura cacauzeira do Sul da Bahia. Trataremos de abordar uma amostra deles mais adiante. Contudo, também não faltam publicações, inclusive acadêmicas, que perpetuaram e perpetuam tal ideia equivocada a respeito do trabalho escravo na região, tal como a de Gustavo Falcón,¹³⁰ já citada anteriormente. Afinal, se configurou como um traço característico e definidor da identidade regional, ao longo do século XX, um elemento estruturante do complexo simbólico que delimita e caracteriza a *região grapiúna*

Antes de vasculharmos as obras amadianas em busca da ocorrência de referenciais típicos do mito de origem do Sul da Bahia, voltemos a Albuquerque Jr. para entender um pouco mais a respeito de como a ideia de *região* é formulada nos discursos que a enunciam. Inclusive, devemos ter em mente que um texto como esse que escrevo, por mais que seja crítico das noções de *grapiunidade* e que se proponha a desconstruir a metanarrativa que viabiliza a ideia de uma *região* instituída no Sul da Bahia, deliberadamente se negando a utilizar a tão popular alcunha de *cacauzeira* para tal, se constitui em mais um elo do sistema discursivo que reforça a ideia de região. No verso das boas intenções, por mais que *região cacauzeira* ou *região grapiúna* sejam aqui propositalmente preteridos pelo uso de *Sul da Bahia*, esse último é, por si só, uma nomenclatura generalista, que oculta uma série de sujeitos, localidades e sociabilidades

¹²⁸ *ibidem.* p. 39.

¹²⁹ *ibidem.* p. 40.

¹³⁰ Em sua obra, nega de forma veemente a participação escrava na lavoura cacauzeira do Sul da Bahia. Ler FALCÓN, Gustavo. **Coronéis do Cacau**. 2. ed. Salvador: Solisluna Editora, 2010.

distintas. Portanto, pensemos a partir de agora – e retroativamente – o uso do termo *Sul da Bahia*, ou equivalente, como uma *ilusão referencial* da qual conscientemente lançamos mão, sob o pretexto de uma comunicação mais eficaz.

O trabalho de Albuquerque Jr. demonstra a possibilidade de problematizar as construções de significado em torno de um lugar, através da análise de imagens, representações e discursos atrelados a práticas sociais. O que ele escreve acerca da construção do Nordeste enquanto uma *região* nos inspira na abordagem da literatura com uma perspectiva historiográfica, especialmente atenta aos significados produzidos no interior dos discursos e às imagens que eles fazem circular. Ele fala de como o poder e linguagem produziu a ideia de *Nordeste*, à medida que evidencia o processo de formação de um repertório de imagens e enunciados, um arquivo de verdades, maneiras de ver e dizer a região, que conduzem a olhares, comportamentos e atitudes em relação aos nordestinos, sujeitos tornados estereótipo.¹³¹

Seu trabalho nos orienta a pensar as espacialidades como produto de acúmulos de camadas discursivas e práticas sociais, ao dizer que a *região* pode ser pensada como um grupo de enunciados e imagens recorrentes em diferentes discursos e diferentes épocas, ao invés de um dado natural, uma identidade organicamente homogênea. Assim, os discursos são entendidos por ele como não como documentos de uma realidade da região, mas como monumentos de sua construção.¹³² Essa perspectiva é a que pretendemos lançar sobre o a construção do Sul da Bahia através dos discursos que imprimiram no imaginário a ideia de uma região Cacaueira, ou região Grapiúna. Ambicionamos entender quais práticas e ideias estiveram associadas à formação de uma identidade regional para o lugar. Por isso, compreendemos as fronteiras e territórios regionais como constructos históricos que variam a depender da perspectiva sobre o espaço que é colocada em foco, levando sempre em consideração que o espaço regional é produto de uma rede de relações entre sujeitos que o experienciam e enunciam.

A relevância dessa perspectiva reside no fato de que a identidade social é uma construção mental, um conceito abstrato que procura sintetizar uma vasta diversidade de experiências. Por isso que, falar e ver uma *nação* – seja brasileira, nordestina, ou grapiúna – não significa espelhá-la, mas criá-la, pois as espacialidades representadas no discurso acabam se institucionalizando, se sedimentando através da acumulação de efeitos de

¹³¹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 32

¹³² *ibidem*. p. 33-35.

verdade.¹³³ Essas cristalizações de pretensas realidades objetivas nos afetam diretamente, pois os sujeitos vivem através das imagens que consomem e elaboram, como ponderamos anteriormente. Nos interessa, a seguir, falar de como algumas dessas cristalizações se apresentam nos romances amadianos, com interesse específico na maneira como eles enunciam o indígena e a escravidão no Sul da Bahia. Entendemos que o cultivo da ideia de *região grapiúna* passa por excluir esses sujeitos das narrativas a respeito do lugar e por um superdimensionamento do papel do grande latifundiário, o *coronel do cacau*.

2.2 Sul da Bahia, um recorte

2.2.1 O homem grapiúna

Recapitulando a metanarrativa tradicional sobre o Sul da Bahia, temos a figura do imigrante desbravador, que derrubou a mata e plantou cacau com o suor do seu rosto e o da sua família, sem exploração de mão de obra escrava. Nessa interpretação do passado, escravismo é coisa dos engenhos de açúcar do Recôncavo baiano e de qualquer outro lugar do país que não a região *grapiúna*. Por outro lado, é aceitável pensar que a população indígena teria habitado no local, contanto que anteriormente à lavoura cacauzeira. Iremos voltar a esses dois grupos, postos fora do recorte tradicional que define e institui a região, eles são os *outros* que servem de escora à construção do *nós* grapiúna. Mas, antes de falar do que é ocultado no verso da narrativa hegemônica, abordaremos como os principais elementos do mito de origem da região aparecem na obra amadiana.

O que primeiro nos salta aos olhos é o fator comum entre os principais personagens desses romances, muitos deles são imigrantes vindo de Sergipe, a mesma rota traçada pelo desbravador no mito de origem da região. Em *Cacau* (1933), lembramos imediatamente de seu protagonista, o sergipano da cidade de São Cristóvão, *José Cordeiro*, ex-operário de fábrica que vai para Ilhéus se tornar trabalhador na fazenda de cacau de *Manoel Misael de Souza Telles*.¹³⁴ Ainda que *Colodino*, outro trabalhador da fazenda, informe que “aqui no Sul tem muitos sergipanos”,¹³⁵ o gentílico de seu estado de origem se torna a sua alcunha, sendo referido como tal pelos outros personagens durante todo o restante da narrativa.

¹³³ *ibidem*. p. 38.

¹³⁴ Clara alusão à Manoel Misael Tavares, um dos grandes fazendeiros e líder político da região nas primeiras décadas do século XX.

¹³⁵ AMADO, Jorge. *Cacau*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 35.

Em *Terras do Sem Fim* (1943), muitos personagens cumprem o mesmo roteiro. Antônio Vítor é um deles, apresentado já nas primeiras páginas do romance, vindo de Estância justamente a caminho de Ilhéus, o narrador comenta a seu respeito que

[...] tantas eram as notícias de farto trabalho e farto pagamento nas terras do Sul, onde o cacau dava um dinheirão, que ele um dia, igual ao pai de Ivone, igual a seu irmão mais velho, igual a milhares de outros, deixou a pequena cidade sergipana, embarcou em Aracaju, dormiu duas noites numa pensão barata da beira do cais da Bahia e agora estava na terceira classe de um naviozinho com destino a Ilhéus.¹³⁶

Estância é a cidade natal de vários dos personagens sergipanos de Jorge Amado, o que não parece ser à toa, já que se trata do lugar do qual a sua família veio antes de se instalar no Sul da Bahia. Apesar de ter nascido em Ferradas, localidade que daria origem à cidade de Itabuna, Jorge Amado compartilha as mesmas raízes sergipanas com uma parte significativa de seus personagens do *ciclo do cacau*. Para acrescentar, vale lembrar que Antônio Vítor é um dos personagens de *Terras do Sem Fim* que integram a narrativa do romance seguinte, *São Jorge dos Ilhéus*, o que nos permite afirmar que em cada um dos romances do ciclo do cacau amadiano, há pelo menos um personagem que sabemos ser originário do estado de Sergipe.

Em *Gabriela, Cravo e Canela*, sua personagem título é apenas colocada como uma *sertaneja*, assim como todos os que chegavam a Ilhéus e iam para o *mercado dos escravos*, “o nome pegara, ninguém chamava de outra maneira. Amontoavam-se ali os sertanejos fugidos da seca, os mais pobres entre quantos deixavam suas casas e suas terras no apelo do cacau”.¹³⁷ A verdade é que temos poucas referências explícitas para especularmos sobre a procedência precisa de Gabriela. A caatinga, bioma típico do semiárido nordestino, inclusive do interior de Sergipe, é referida como ponto de partida do grupo de sertanejos no qual veio Gabriela.¹³⁸ E, na primeira conversa que tem com Nacib, ainda no mercado, ela diz que seu falecido tio “entregou a alma antes de chegar a Jeremoabo”.¹³⁹ Trata-se de uma cidade do norte da Bahia próxima ao Rio São Francisco e à divisa com o estado de Sergipe. Portanto, sabemos com certeza apenas que Gabriela chega a Ilhéus vindo de algum lugar do sertão nordestino, atravessando a caatinga e as proximidades da divisa entre Bahia e Sergipe.

¹³⁶AMADO, Jorge. **Terras do Sem Fim**. Rio de Janeiro: Record, 1981. p. 25.

¹³⁷AMADO, Jorge. **Gabriela, Cravo e Canela**. Rio de Janeiro: Record, 1983. p. 117.

¹³⁸ *ibidem*. p. 83.

¹³⁹ *ibidem*. p. 119.

Quanto ao personagem explicitamente sergipano desse romance, trata-se de um dos coronéis de Ilhéus, *Altino Brandão*, a quem *Mundinho Falcão* recorre por apoio a sua candidatura política, e tido como “o maior fazendeiro da zona depois do coronel Misael”.¹⁴⁰ Tamanho poder econômico e político é contrastado com o seu estilo de vida humilde, estendido ao típico modo de viver do *coronel do cacau*, que não usufruía dos mesmos luxos associados a grandes latifundiários de outras regiões: “Não se conserva naquela zona a tradição das confortáveis casas-grandes da lavoura de açúcar, seus requintes, seus luxos. Nas roças e povoados, as casas dos coronéis careciam por vezes do mais rudimentar conforto”.¹⁴¹ Essa passagem de *Gabriela* está alinhada com as considerações de Adonias Filho em torno dos coronéis, aos quais tece uma série de elogios, ressaltando sempre a humildade desses sujeitos: “A casa da fazenda de cacau, ao contrário da casa-grande do açúcar, sem senzala e capela, dispendo apenas de móveis rústicos e pobres, é quase um acampamento”.¹⁴² Dizendo que eles possuíam *hábitos simples e pobres*, o que os diferenciava dos fazendeiros de engenhos do recôncavo baiano, Adonias repete as impressões de Jorge Amado e ambos vão ao encontro do mito de origem da região, segundo o qual os coronéis do cacau teriam conservado a humildade legada pela sua trajetória calcada no desbravamento da mata.

Em *Tocaia Grande* (1984), uma espécie de romance-síntese do ciclo do cacau amadiano, dois dos personagens centrais também cumprem o roteiro do imigrante sergipano que chega a Ilhéus para prosperar através da lavoura cacauzeira. Um deles é o *coronel Boaventura*, grande fazendeiro que emula personagens similares dos outros romances, como *Horácio da Silveira* e *Juca Badaró* de *Terras do Sem Fim*, *Altino Brandão* e *Ramiro Bastos* de *Gabriela*, *Cravo e Canela* e *Manoel Misael de Souza Telles*, de *Cacau*. Além dele, o seu jagunço tornado capitão, *Natário da Fonseca*, faz com que Propriá se junte a Aracaju, Estância, Simão Dias, Maruim e São Cristóvão, enquanto mais uma cidade sergipana citada nos romances de Jorge Amado como local de origem de algum de seus personagens. Aliás, é no romance em questão que Amado finalmente oferece ao leitor uma explicação sobre o porquê de tão intenso fluxo migratório vindo de Sergipe, precisamente de Estância, ao Sul da Bahia:

Outrora, Estância chegara a ser metrópole de importância na vida do Estado de Sergipe. As mercadorias, transportadas por mar, desembarcadas na barra do rio Real, acumulavam-se no porto de Crasto. De Estância saíam para o sertão,

¹⁴⁰ *ibidem*. p. 171.

¹⁴¹ *ibidem*. p. 193.

¹⁴² FILHO, Adonias. **Sul da Bahia**: chão de cacau. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 50-51.

movimento intenso de comboios e cometas. Mas os trilhos da estrada de ferro que ligaram a Bahia a Sergipe passaram longe da cidade e assim a condenaram, se não à morte, à decadência. Aos estancianos não restou alternativa além da partida para o Sul: a fama do cacau arrastava os deserdados. Ainda mais se haviam perdido terra, lavoura e esperança.¹⁴³

Como um forasteiro que viveu por alguns anos na região grapiúna, minha curiosidade a respeito do passado do lugar foi respondida diversas vezes com elementos que apenas depois fui descobrir como típicos da narrativa pessoísta. Mas por muito tempo acreditei que a cidade havia sido, de fato, fundada a partir de levas de imigrantes sergipanos que ali chegaram entre o fim do século XIX e o início do século XX. Era o que as pessoas de Itabuna e os romances amadianos me diziam quando lhes perguntava sobre isso. Não que os romances tenham sido responsáveis pela difusão dessa maneira de entender o passado do lugar, nem que os sergipanos não tenham de fato constituído uma população numerosa de imigrantes na região. Mas, cabe entender que a metanarrativa pessoísta atravessa a obra amadiana, e a influencia ao mesmo tempo que ganha força através dela. A alimentou e por ela tem sido cultivada.

Assim como a origem sergipana, o ideal do *self-made man* é atribuído ao típico grapiúna das tramas amadianas, um traço importante tanto de seus personagens recém imigrados, como dos coronéis já estabelecidos e soberanos na região, fator de enaltecimento de uma aura de heroísmo em volta deles. Ainda nos referindo aos exemplos encontrados em *Tocaia Grande*, vemos que a dupla *Boaventura* e *Natário* representam bem o perfil do *self-made man*, o homem feito por si. Sobre *Boaventura*, temos acesso a seu passado no momento em que o personagem contempla o próprio patrimônio:

O coronel terminara exatamente de inspecionar suas propriedades, o imenso latifúndio. A posse inicial que ele desbastara e plantara há distantes anos, quando, no ímpeto da juventude, desembarcara naquelas terras do sul da Bahia, arribando de Sergipe: (...) Largou tudo e se tocou. Duas outras fazendas, limítrofes da primitiva, a ela se juntaram, compradas em boas condições durante os primeiros conflitos, quando Itabuna ainda era Tabocas e o trem de ferro não passava de um sonho. Com os barulhos que envolveram a conquista da parte ainda devoluta das terras do rio das Cobras, duplicara o casco da feitoria. Ali cresciam as roças de floração recente e de primeira colheita. Dava gosto de ver.¹⁴⁴

Caracterizado como um homem que largou tudo, veio de Sergipe pra Ilhéus e aqui conquistou e construiu a sua imensa riqueza, o coronel não pode ser comparado ao *capitão*

¹⁴³ AMADO, Jorge. *Tocaia grande: a face obscura*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 326.

¹⁴⁴ *ibidem*. p. 252-253.

Natário em termos de volume de posses. Mas, o ímpeto de conquistador e do homem¹⁴⁵ que desbrava sozinho o próprio caminho une coronel e capitão em uma mesma idealização de suas histórias de vida.

Em *Terras do Sem Fim*, são várias as referências ao ideal do *self-made man*, como o trecho que diz que a terra da região não era de ninguém, mas seria de todos os que estivessem dispostos a entrar na mata e derrubá-la para plantar cacau até que começasse a frutificar.¹⁴⁶ Há ainda outra passagem que resume bem a ideia que estamos apontando aqui, ressaltando sua relação com a trajetória dos fazendeiros da região:

Na cidade todos se misturavam, o pobre de hoje podia ser o rico de amanhã, o tropeiro de agora poderia ter amanhã uma grande fazenda de cacau, o trabalhador que não sabia ler poderia ser um chefe político respeitado. Citavam-se os exemplos e citava-se sempre a Horácio que começaram tropeiro e agora era dos maiores fazendeiros da zona.¹⁴⁷

Em outros momentos o narrador reitera de forma ainda mais explícita como os fazendeiros daquele tempo eram os conquistadores de outrora, e fala novamente sobre Horácio, que rememora o seu passado atrelado ao das suas terras:

As grandes mãos calosas seguravam o fumo de corda e o canivete com que faziam o cigarro de palha. Aquelas mãos, que muito tempo manejaram o chicote quando o coronel era apenas um tropeiro de burros, empregado de uma roça no Rio do Braço, aquelas mãos manejaram depois a repetição quando o coronel se fez conquistador da terra.¹⁴⁸

Ele lembra como aquela área de plantio fora uma mata fechada que ele derrubou com as próprias mãos, eram as terras por ele conquistadas, conhecidas por ele desde quando era apenas um tropeiro na região.

No romance seguinte, *São Jorge dos Ilhéus*, que dá sequência à linha temporal de *Terras do Sem Fim*, nos deparamos com o mesmo tipo de impressões a respeito da trajetória dos coronéis. Em uma conversa de bar com amigos, o poeta *Zito Ferreira* declara que é aos coronéis que se deve o progresso da região. Afinal, conquistaram a terra, plantaram a lavoura, mataram seus adversários e construíram as cidades: “São os nossos heróis”, completa *Zito*. Em um momento posterior da mesma conversa, o poeta se torna mais específico ao mencionar o coronel *Horácio da Silveira* como um desbravador de outros tempos, afinal quem teria conquistado aquela terra? Quem teria derramado sangue

¹⁴⁵ Ressaltamos que no termo *self-made man* aplicado ao sujeito grapiúna em Jorge Amado e na narrativa do mito de origem da região, o sujeito universal masculino não é utilizado despropositadamente.

¹⁴⁶ AMADO, Jorge. **Terras do Sem Fim**. Rio de Janeiro: Record, 1981. p. 26.

¹⁴⁷ *ibidem*. p. 203.

¹⁴⁸ *ibidem*. p. 50.

para o progresso de Ilhéus, senão o coronel Horácio?¹⁴⁹ Indaga o poeta, mantendo a aura de heroísmo conferida ao fazendeiro.

No mesmo livro, vemos ainda a conclusão da jornada de *Antônio Vítor*, o sergipano que, no romance anterior, chegara com as mãos vazias a Ilhéus e passou a trabalhar para Juca Badaró. Ao regressar a Estância, com o desejo de rever a sua terra natal, o narrador nos oferece a seguinte reflexão sobre o personagem:

Há trinta anos viera numa terceira classe de uma daqueles navios da *Bahiana*. Era um jovem que não sabia nada e tinha saudades e medo na noite de luar. No navio Juca Badaró o contratara. Êle trabalhou nas roças, pegou no pesado, depois matou gente, foi ferido, ganhou um pedaço de terra. Derrubou mata, plantou mandioca e milho, depois plantou cacau. [...] Voltava um fazendeiro, quase um coronel. Enricara naquelas terras.¹⁵⁰

Trata-se de um personagem que se encaixa perfeitamente no modelo do imigrante sergipano que desbrava as matas indômitas do Sul da Bahia para plantar cacau, enriquecer e se tornar um grande latifundiário. Um sujeito arquetípico que ganha um destaque especial na obra amadiana pela escassez de contrapontos para confrontá-lo. O mais próximo disso poderíamos encontrar em *Cacau* (1933), em que o coronel *Melk Tavares* é dissociado do perfil do *self-made man*. Uma vez que a tônica do romance é dada através da relação de exploração empreendida pelo coronel em detrimento dos trabalhadores de sua fazenda. Devemos entender que se trata aqui de um Jorge Amado mais jovem do que nas outras obras, muito mais envolvido com a militância política que em anos posteriores: *Será um romance proletário?* Questiona e propõe o escritor em nota que precede a narrativa.

Retornando para a busca por exemplos que se encaixam no arquetipo do *self-made man*, vemos que o mesmo passado heroico se repete em personagens de *Gabriela* e na interpretação do passado que Jorge Amado parece empreender nesse romance. Ao testemunharmos uma reflexão do coronel *Ramiro Bastos* sobre os novos rumos políticos de Ilhéus, vemos que ele construiu seu poder e plantou suas roças rompendo a mata com *o parábelum na mão* e seguido por seus jagunços.¹⁵¹ Em um espectro mais geral, na conversa entre o coronel *Melk Tavares* e os novos agregados de sua fazenda, um deles fala de que o tempo em que “o cujo chegava com as mãos abanando, com a cara e a coragem, e ia pra mata plantar roça, se acabou. Naquele tempo era bom... bastava ter peito, tocar pra frente, liquidar quatro ou cinco que tinham a mesma tenção, e o cidadão

¹⁴⁹ AMADO, Jorge. *São Jorge dos Ilhéus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 131-132.

¹⁵⁰ *ibidem*. p. 235.

¹⁵¹ AMADO, Jorge. *Gabriela, Cravo e Canela*. Rio de Janeiro: Record, 1983. p. 68.

tava rico”.¹⁵² Ora, trata-se de uma impressão um tanto simplista da saga do desbravador na região, até mesmo diante das menções frequentes a ela distribuídas ao longo da obra amadiana. Mas, o simplismo não é renegado nem enquanto forma, nem enquanto conteúdo do mito de origem. Pelo contrário, a complexidade encontra mais empecilhos do que espaços nessas narrativas. Afinal, não há muito lugar onde encaixar as dissonâncias, ou as polissemias, quando se trata de estabelecer recortes regionais que prezam pela obliteração do outro para que a identidade coletiva seja constituída.

2.2.2 À margem do mito

A partir desse ponto com o foco voltado para o lado excludente do mito que fornece coesão à identidade regional, para as sobras que escapam à moldura, podemos começar a tratar dos sujeitos e experiências essenciais para a compreensão do Sul da Bahia a partir de sua história, mas que não repercutem na obra amadiana. Ou ainda, que ali estão simplesmente para anunciar o seu distanciamento e alienação do que se conta sobre o passado da região, como um demarcador identitário às avessas, útil apenas através de sua negação.

No ensaio de Adonias Filho que temos usado como compilado dos principais referenciais de grapiunidade, a presença escrava aparece da seguinte forma: “os raros negros aquilombados nas matas de Ilhéus, batidos em 1838, não provam que estivessem a serviço de *desbravadores*, inclusive gente ainda sem condições para comprar escravos. Foragidos da cidade provavelmente ou, quando muito, dos engenhos já decadentes da costa [...]”.¹⁵³ Ao lermos esse trecho, talvez até fiquemos surpreso com a assunção da existência de, pelo menos, uma comunidade quilombola em Ilhéus. Entretanto, se sobressaem as várias ressalvas que ele enumera. A primeira delas é que os quilombolas são raros, *praticamente inexistentes* é como nos soa. Para essa abordagem da história do Sul da Bahia, importa corroborar a tese de que o desenvolvimento da região e a lavoura cacaujeira não teriam se servido do trabalho escravo, ao contrário do que ocorreu em outros cantos do país. Afinal, a suposta natureza livre do trabalho que fundou e desenvolveu a região representa um eixo central de sua matriz identitária. Então, apesar de reconhecer a existência de quilombolas, Adonias se preocupa logo em seguida em dissociar os *desbravadores* do trabalho escravo, trazendo como único argumento a

¹⁵² AMADO, Jorge. **Cacau**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 122.

¹⁵³ FILHO, Adonias. **Sul da Bahia**: chão de cacau. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 73.

afirmação de que eles não possuiriam capital suficiente para usufruir de tal força de trabalho.

Em *Mejigã e o Contexto da Escravidão*, obra organizada por Ruy Póvoas, que, partindo do estudo da trajetória de Mejigã – trazida como escrava de uma região situada na atual Nigéria para o Engenho de Santana, em Ilhéus, na primeira metade do século XIX – reúne textos com a proposta de estudar as crenças, produções, saberes, estratégias e percursos dos escravos no Sul da Bahia. Na introdução do livro, Póvoas vai direto ao ponto e acaba dando razão à linha interpretativa que mantivemos até aqui, ao dizer que após a falência do Engenho de Santana, uma rede de invisibilidade envolveu a comunidade negra da região, chegando ao ponto em que a escravidão em Ilhéus, na lavoura do cacau, passasse a ser negada ostensivamente. Ele acrescenta que essa atitude de negação convergia aos interesses das elites cacauceiras que ascendiam politicamente.¹⁵⁴ Por sua vez, Mahony demonstra possuir uma interpretação semelhante, ao escrever que a versão sobre o passado da região que exclui o trabalho escravo e integra os referenciais já mencionados “serviu como uma arma na luta da elite cacauceira por legitimidade e poder tanto no contexto local quanto nos contextos regional e nacional”.¹⁵⁵ Ela complementa nos fazendo lembrar de que a disputa pelo controle político da região sempre esteve relacionado ao controle sobre as suas narrativas, a sua história.

Voltando a *Mejigã*, vemos que são vários os textos que exploram assuntos relacionados ao Engenho de Santana, construído no século XVI à margem do Rio Santana, na capitania de São Jorge dos Ilhéus, e patrimônio do fidalgo português Mem de Sá, era considerado um dos engenhos de grande porte da colônia brasileira na época. Posteriormente, foi doado por um de seus herdeiros aos jesuítas, em cuja posse ficou até 1759, ano em que foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal. Confiscado pela coroa portuguesa, o engenho foi a leilão e passou por outros proprietários até ser adquirido por Sá Bittencourt e Câmara, permanecendo sob a sua posse até o fim do século XIX, quando as terras onde ficava o engenho foram divididas entre seus herdeiros.¹⁵⁶

Contrariando o que a narrativa hegemônica sobre o passado da região propagou, é certo que o trabalho escravo foi largamente utilizado no Sul da Bahia, inclusive na

¹⁵⁴ PÓVOAS, Ruy. Restauração do fato histórico: A escrita e a oralidade. In: PÓVOAS, Ruy (Org.). **Mejigã e o contexto da escravidão**. Ilhéus: Editus, 2012. p. 27.

¹⁵⁵ MAHONY, Mary Ann. **Um passado para justificar o presente**: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauceira da Bahia. **Especiarias: Cadernos de Ciências Humanas**, Ilhéus, v. 10, n. 18, p.737-793, jul. - dez. 2007. p. 739.

¹⁵⁶ MARCIS, Teresinha. O Engenho de Santana: uma reconstrução histórica. In: PÓVOAS, Ruy (Org.). **Mejigã e o contexto da escravidão**. Ilhéus: Editus, 2012. p. 281-284.

lavoura do cacau e além: na extração de madeira, produção de açúcar e outras atividades agrícolas, domésticas e comerciais,¹⁵⁷ enquanto o Engenho de Santana acabou se tornando um dos principais pontos de referência para o estudo dos escravos na região. Em um dos outros textos, Flávio Santos e Kátia Vinhático fazem uma revisão da historiografia a respeito dos escravos no Brasil, dizendo que, na Bahia, “a proposição anunciada por Luiz Viana Filho de que a escravidão foi, sobretudo, um fenômeno litorâneo e vinculado à lavoura da cana-de-açúcar manteve-se durante boa parte das décadas de 1980 e 1990 sem uma revisão minuciosa”.¹⁵⁸ O que contribuiu para a sustentação de que a escravidão esteve, de fato, alheia às dinâmicas do trabalho na região Sul do estado.

O que se destaca na obra amadiana a respeito da população escrava no Sul da Bahia são, principalmente, as ausências. Em *Cacau*, por exemplo, não encontramos menção alguma, apenas uma comparação metafórica sobre como o coronel tratava os trabalhadores de sua fazenda como escravos.¹⁵⁹ Em *Gabriela...*, há o *mercado de escravos*, lugar no centro de Ilhéus onde os sertanejos imigrantes ficavam à espera de algum empregador que buscasse por seus serviços. Mas, novamente, o termo possui um sentido metafórico. Uma menção mais direta ocorre quando o narrador comenta sobre o passado e o presente da cidade, dizendo que

muita coisa recordava ainda o velho Ilhéus de antes. Não o do tempo dos engenhos, das pobres plantações de café, dos senhores nobres, dos negros escravos, da casa ilustre dos Ávilas. Desse passado remoto sobram apenas vagas lembranças, só mesmo o Doutor se preocupava com ele. Eram os aspectos de um passado recente, do tempo das grandes lutas pela conquista da terra. Depois que os padres jesuítas haviam trazido as primeiras mudas de cacau. Quando os homens, chegados em busca de fortuna, atiraram-se às matas e disputaram, na boca das repetições e dos parábeluns, a posse de cada palmo de terra.¹⁶⁰

Os *Ávilas* são uma família colocada no texto como resquício da aristocracia rural, que dominava as terras do Sul da Bahia antes da *saga do desbravamento* ter início. Existe uma ruptura declarada no trecho em questão, que referencia uma substituição: sai de cena um passado remoto, do qual restam somente vagas lembranças, para que reluze um outro passado, heroico, a *era dos desbravadores*. As narrativas associadas ao escravismo, as plantações de café, aos nobres da terra e seus casarões ilustres perdem espaço em

¹⁵⁷ *ibidem*. p. 293.

¹⁵⁸ SANTOS, Flávio; PONTES, Kátia. Reflexões sobre Áfricas e sobre o engenho das revoltas. In: PÓVOAS, Ruy (Org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus: Editus, 2012. p. 349.

¹⁵⁹ AMADO, Jorge. *Cacau*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 4.

¹⁶⁰ AMADO, Jorge. *Gabriela, Cravo e Canela*. Rio de Janeiro: Record, 1983. p. 21-22.

benefício da ascensão de narrativas que contam o trabalho livre, a mata dando lugar à lavoura de cacau, aos coronéis que construíram sua riqueza do nada e seus casebres sem luxo que seriam *quase acampamentos*, como diz Adonias.¹⁶¹ Mais adiante, o narrador se refere às herdeiras do sobrenome Ávila: “Gêmeas, eram tudo o que sobrava de antiga família ilheense de antes do cacau, daquela gente que cedera seu lugar aos sergipanos, aos sertanejos, aos alagoanos, aos árabes, italianos e espanhóis, aos cearenses”.¹⁶² Ora, apesar de não figurar no foco das referências amadianas, não podemos dizer que o escritor busque esconder totalmente esse passado. Pelo contrário, ele o menciona brevemente para mostra-lo superado por outro.

Esse duelo entre narrativas nos remete imediatamente a trechos da obra de Roger Chartier, tão largamente citados quanto, de fato, pertinentes. Ao pensarmos o campo simbólico como um terreno de embates, consideramos haver lutas por representações, as quais também canalizam efeitos de poder. Nesse caso, Chartier chega a dizer que as lutas por representações – e ampliamos aqui para as *lutas por narrativas* – são tão determinantes quanto as lutas econômicas para que compreendamos os mecanismos através dos quais os grupos tentam impor a sua concepção de mundo, seus valores e o seu domínio efetivo.¹⁶³ A negação sistemática da associação entre a lavoura cacauzeira e a escravidão no Sul da Bahia ganha sentido quando colocada sob essa perspectiva.

Alguns argumentos de Mary Ann Mahony nos ajudam a entender a negação da escravidão como enquanto experiência integrada à economia cacauzeira da região. Ela fala de como, no período de uma crise econômica internacional com efeitos diretos no país e na região, seria desejável ligar o passado e o presente da região a noções de nacionalismo, através de um forte apelo ao orgulho e à unidade regional.¹⁶⁴ Em complemento a isso,

possuir escravos carrega a conotação de ter explorado pessoas – de ter espancado homens e estuprado mulheres –, o que certamente não é o tipo de legado que as elites brasileiras querem carregar, especialmente numa conjuntura em que os trabalhadores organizados acusam-nas de explorar sua força de trabalho e quando elas reclamam auxílios do governo.¹⁶⁵

Trata-se de um momento em que a crise econômica influenciava diretamente no fomento de conflitos sociais, era crescente o movimento de organização entre os

¹⁶¹ FILHO, Adonias. **Sul da Bahia: chão de cacau**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 50-51.

¹⁶² AMADO, Jorge. **Gabriela, Cravo e Canela**. Rio de Janeiro: Record, 1983. p. 53.

¹⁶³ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 2002. Tradução de Maria Manuela Galhardo. p. 17.

¹⁶⁴ MAHONY, Mary Ann. **Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. Especiarias: Cadernos de Ciências Humanas**, Ilhéus, v. 10, n. 18, p.737-793, jul. - dez. 2007. p. 765.

¹⁶⁵ *ibidem*. p. 787.

trabalhadores em defesa de pautas e interesses comuns e, além disso, ainda estamos falando de uma jovem república empenhada em se dissociar do arcabouço de referências da aristocracia imperial. Existiam esforços em forjar uma cultura nacionalista e republicana, constituída por uma nova série de símbolos, alimentada com influências positivistas, com a qual a uma heroica *saga do desbravamento* estaria mais alinhada do que com uma sociedade de fundações escravocratas: muito mais que o senhor de escravos, era o desbravador quem possuía o semblante do *homem republicano*.

Voltando a mencionar a obra amadiana, podemos encontrar mais algumas poucas alusões à escravidão. Em *Terras do Sem Fim*, logo no início da narrativa, o *capitão João Magalhães*, embarcado em um navio rumo a Ilhéus, observa de longe as pedras que pavimentavam ruas próximas ao cais de onde partia, em Salvador. Achava a sua beleza comovente e lembrava que foram postas ali por mãos escravas.¹⁶⁶ A partir dessa reflexão, o leitor pode perceber que os vestígios da escravidão possuem lugar próprio, delimitado, e não seria o sul do estado, não seria Ilhéus. O contraste entre o *eu* e o *outro* que dá forma ao povo grapiúna, bem como à sua história, é manifestado já nas páginas que abrem o romance. Se no trecho anterior o narrador falava da escravidão circunscrita a outro lugar que não o Sul da Bahia, ao apresentar o personagem *Jeremias*, ele desloca a escravidão para outros tempos que não o tempo do desbravamento, não o tempo do cacau:

um dia, muitos anos antes, quando a floresta cobria muito mais terra, quando se estendia em todas as direções, quando os homes ainda não pensavam em derrubar as árvores para plantar a árvore de cacau que todavia não chegara da Amazônia, Jeremias se acoitou naquela mata. Era um negro jovem, fugido da escravidão. Os capitães o perseguiram e ele entrou pela floresta onde moravam os índios e não saiu mais dela. Vinha de um engenho de açúcar onde o senhor mandara chicotear as suas costas escravas.¹⁶⁷

Segundo *Horácio da Silveira*, *Jeremias* não passa de um *maluco, metido a curandeiro*, que vive na mata de Sequeiro Grande, sendo, na verdade, o seu único habitante humano. É um personagem cuja construção está atrelada à mata em que reside, um escravo fugido que encontrou abrigo no coração da mata e lá permaneceu mesmo depois da abolição.

É relevante saber que, das poucas alusões aos escravos da região feitas nos romances amadianos, qualquer menção a quilombos não é uma delas. Na trajetória de *Jeremias* talvez existisse a possibilidade que mais tenha se aproximado disso, uma vez que se trata de um escravo fugido que se refugiou na mata local, mas que o autor condena

¹⁶⁶ AMADO, Jorge. *Terras do Sem Fim*. Rio de Janeiro: Record, 1981. p. 19.

¹⁶⁷ *ibidem*. p. 114.

ao destino de viver isolado no coração da mata. Entretanto, ainda que nunca mencionados na literatura amadiana, há registros que apontam para a existência de quilombos ao longo dos anos de escravidão tanto nas cercanias de Ilhéus, como distribuídos por toda a comarca. É o que diz Carlos Barbosa,¹⁶⁸ ao falar dos quilombos que existiram em Jequié e seriam formados por escravos fugidos da Capitania dos Ilhéus. Menciona também as comunidades quilombolas nas proximidades do engenho de Santana, os quilombos destruídos em Cairu, no século XVIII, e fala do cargo criado em 1696, em Ilhéus, de *capitão mor das entradas, dos mocambos e negros fugidos*, o que deixa claro a existência de quilombos nas suas proximidades.

Em *São Jorge dos Ilhéus*, uma experiência que remonta à escravidão na região é descrita quando é apresentado o *candomblé de Salú*, no povoado de Olivença. O narrador fala de Olivença como um resquício de povoado quase totalmente destruído antes das batalhas por Sequeiro Grande, narradas no romance anterior. Se refere ao local como o centro da região na época dos engenhos de açúcar, antes da chegada do cacau, “quando a cana de açúcar era a verde lavoura de Ilhéus, quando os engenhos rudimentares eram a fortuna dos ricos”.¹⁶⁹ No povoado ficava o *candomblé de Salú*, que o narrador diz ter sido erguido em honra a Oxóssi, orixá associado a São Jorge, o padroeiro de Ilhéus. O *candomblé* é brevemente mencionado em ocasião do dia do santo padroeiro de Ilhéus, 23 de abril, em que uma missa de celebração estava sendo pelo bispo na igreja matriz, enquanto a mesma data era celebrada no terreiro de *candomblé* em Olivença: “os ricos rezavam a São Jorge na Matriz de Ilhéus, as mãos alvas do bispo levantadas na benção da safra daquele ano. Os pobres rezavam a Oxóssi, São Jorge também, no *candomblé* de Salú, as mãos negras levantadas em agradecimento”.¹⁷⁰ A isso que se resume qualquer alusão à escravidão em São Jorge dos Ilhéus, não se trata de uma menção direta, mas associa um terreiro de *candomblé* a um povoado decadente, que florescera junto aos engenhos de açúcar que teriam antecedido a lavoura do cacau, a época do desbravamento.

Mantendo a linha interpretativa traçada até aqui, devemos reconhecer mais uma vez a separação entre passados distintos, o passado dos engenhos não se mistura ao do plantio do cacau, são como água e óleo na obra de Amado. Nessa perspectiva, temos em Olivença um povoado decadente, não apenas um lugar em ruínas, mas representante dos escombros de um outro passado, anterior aos tempos dos desbravadores, tempos em que

¹⁶⁸ BARBOSA, Carlos Arléo. São Jorge dos Ilhéus: um panorama político. In: PÓVOAS, Ruy (Org.). **Mejigã e o contexto da escravidão**. Ilhéus: Editus, 2012. p. 416.

¹⁶⁹ AMADO, Jorge. **São Jorge dos Ilhéus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 164.

¹⁷⁰ *ibidem*. p. 165.

a lavoura cacaeira teria começado a ser cultivada na região. A esse passado remoto, – *do qual ninguém se lembra*, como o narrador de *Gabriela* assume – está associado um terreiro de candomblé, vestígio da presença escrava, mas que não fere a aura de uma região depurada da desonra de um passado escravocrata. Afinal, o vestígio da escravidão aparece novamente circunscrito a um universo alheio ao dos desbravadores e ao do cacau, por isso não compromete a narrativa fundadora da região.

Ao abordarmos *Tocaia Grande*, vemos também uma dissociação entre a escravidão e o cacau semelhante à que acabamos de mencionar em *São Jorge dos Ilhéus*. Mais uma vez, Oxóssi e o candomblé são utilizados em um trecho que menciona a escravidão para reinseri-la em um tempo anterior à da lavoura cacaeira:

Nos tempos da colônia, quando ainda não existia cacau, São Jorge, trazido no oratório das caravelas pelos brancos, fora proclamado padroeiro da capitania. Montado em seu cavalo, a lança erguida, santo guerreiro, protetor na medida exata. No recesso da floresta, trazido pelos escravos no porão dos navios negreiros, Oxóssi, dono da mata e dos animais, cavalgava um porco-espinho, um queixada gigantesco, um caititu. Fundiram-se o santo da Europa e o orixá da África numa divindade única a comandar o sol e a chuva.¹⁷¹

Pela primeira vez falando tão diretamente sobre os escravos trazidos nos porões de navios negreiros para a região, Amado reproduz o discurso de que a escravidão esteve delimitada ao tempo em que *ainda não existia cacau*. Existe uma ruptura com o escritor que, caso fizesse alguma menção ao trabalho escravo no Sul da Bahia, o faria de forma bastante velada, nunca tão explícita. Entretanto, na prática não significa ruptura alguma com a mesma ideia presente nas obras anteriores, uma vez que prontamente se preocupa em tirar o cacau – com isso, a essência da coletividade grapiúna – das mãos escravas que também o cultivaram no século XIX.

Além de distinguir o seu tempo, há novamente uma disposição em demarcar o lugar da escravidão longe do Sul da Bahia, precisamente no recôncavo baiano, através da origem do personagem *Castor Abduim*: ex-escravo fugido de um engenho de açúcar do recôncavo, onde servia o barão e a baronesa de Ituaçu, com a qual mantinha aventuras sexuais, uma das quais foi responsável pela sua fuga do engenho. Aliás, no capítulo em que testemunhamos a vida de Castor no engenho do Barão de Ituaçu, vemos os senhores de engenho aristocratas serem lembrados da forma mais ridícula possível. Desde a lascívia e a usura caricata da baronesa à ingenuidade do barão, a quem “Castor Abduim ornou de potentes e graciosos chifres a aristocrática testa”.¹⁷² Lendo tamanha troça da

¹⁷¹ AMADO, Jorge. *Tocaia grande: a face obscura*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 326.

¹⁷² *ibidem*. p. 47.

aristocracia açucareira, logo remetemos às palavras de Adonias Filho, segundo o qual o coronel grapiúna foi um “agente antifeudal, antiaristocrata e antiescravocrata”.¹⁷³ A política retórica de associações é bastante poderosa e influente na coesão da metanarrativa que atravessa a *região grapiúna*. O conjunto composto por *engenho, açúcar, aristocracia e escravidão* nunca ocupa o mesmo espaço e tempo que o do *desbravador, cacau, coronel e trabalho livre*. Ressaltando que o primeiro conjunto é frequentemente associado à decadência e o segundo ao progresso, dicotomia que ainda será explorada no próximo capítulo do texto.

Em *Mejigã*, Barbosa também escreve que a escravidão africana foi introduzida em Ilhéus ainda na segunda metade do século XVI e por muito tempo, como não havia grandes latifúndios na área, também não havia grandes proprietários de escravos, com exceção do Engenho de Santana.¹⁷⁴ A partir do século XVII, o escravo africano se torna mais frequente na capitania, quando mesmo pequenos proprietários começam a dispor de escravos e, a partir da segunda metade do século XVIII, a maior parcela da mão de obra em Ilhéus passa a ser de trabalho escravo. No século XIX, há um aumento significativo na produção de cacau e a mão de obra escrava passa a ser empregada em larga escala. Chega-se ao ponto de que, em 1872, a população escrava de Ilhéus equivale a cerca de um quinto de toda a população da cidade, aferida na época em 5600 habitantes e, em 1890, o cacau já começa a ter uma importância crescente e destacada na receita do Estado do Bahia.¹⁷⁵ Barbosa é mais um a reconhecer que, desde o fim do século XIX, houve esforços intencionais com o propósito de esconder a participação dos escravos nas plantações de cacau, um fato que não condizia com os interesses das famílias tradicionais, nem com os dos novos ricos da região. Desde então, já se procurava dar destaque à figura do desbravador no escamoteamento do passado escravagista da região.¹⁷⁶

Voltando ao artigo de Mahony, vemos que o trabalho escravo não somente participou do cultivo do cacau reivindicado pelo mito do desbravamento, como esteve a serviço dos *novos ricos* da região, correligionários de Antônio Pessoa, figura em torno do qual o mito foi construído. Muitos coronéis que se arrogaram do berço humilde e do heroísmo no desbravamento, através do trabalho que teria sido executado com as próprias mãos, também possuíram escravos e eles foram submetidos ao trabalho no cultivo da

¹⁷³ FILHO, Adonias. *Sul da Bahia: chão de cacau*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 43.

¹⁷⁴ BARBOSA, Carlos Arléo. São Jorge dos Ilhéus: um panorama político. In: PÓVOAS, Ruy (Org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus: Editus, 2012. p. 349.

¹⁷⁵ *ibidem*. p. 423-429.

¹⁷⁶ *ibidem*. p. 430.

lavouira cacauera. A historiadora nos lembra que a plantaço e comercializaço do cacau não esteve restrita aos fazendeiros locais, imigrantes convertidos em desbravadores, como prega a narrativa hegemônica. Na verdade, as atividades relacionadas à lavouira cacauera envolveram colonos europeus, índios aldeados e negros escravizados.¹⁷⁷ Sobre a trajetória dos coronéis romanticamente vistos como humildes desbravadores da região e a sua relação, ou alegada falta dela, com o trabalho escravo, Mahony escreve o seguinte:

Embora esses homens não tivessem nascido em famílias destacadas da Bahia, também não pertenciam às classes mais baixas. A maioria deles era alfabetizada, enquanto cerca de 80% da população local não eram. Em geral, suas famílias haviam sido donas de pequenas propriedades ou casas de comércio e, em alguns casos, até de alguns poucos escravos. Mas, se eles não eram completamente pobres antes de se tornarem ricos, quando comparamos suas trajetórias e experiências com as dos membros do grupo aristocrático, todos eles pareciam ter nascido pobres ou pelo menos sem muitos recursos.¹⁷⁸

Existe, portanto uma aparente *pobreza* no contraste com grupo contra o qual eles se opuseram, o que não apaga o fato de que a economia cacauera no Sul da Bahia e o sistema escravocrata estiveram intimamente ligados. Além disso, aspectos como a posse de propriedades, inclusive de escravos, e o índice de alfabetização muito acima da média da época os coloca em uma posição bem diferente da que foi bastante proclamada pela narrativa hegemônica sobre o passado da região.

Mahony entende que os *novos ricos* vinham de núcleos já muito melhor estabelecidos do que se supunha, e vai além ao falar da relação que muitos deles mantinham com a elite tradicional aristocrática:

O que Pessoa nunca mencionou é que várias das famílias de seu grupo também já haviam possuído escravos, que as fortunas de muitos dos homens bem sucedidos de seu partido eram baseadas em casamentos com mulheres de famílias já razoavelmente bem estabelecidas, ou que muitos deles expandiram seus negócios por meio da expropriação de pequenos proprietários endividados.¹⁷⁹

Além dos vínculos buscados com a antiga elite da região, a mesma que os romances amadianos associam ao escravismo, Mahony fala da expropriação de pequenos proprietários como instrumento utilizado para a expansão dos negócios daqueles que Amado, Adonias e tantos outros destacavam pelo enriquecimento e construção de um patrimônio a partir do zero e movido pelas próprias forças.

¹⁷⁷ MAHONY, Mary Ann. **Um passado para justificar o presente**: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauera da Bahia. **Especiarias: Cadernos de Ciências Humanas**, Ilhéus, v. 10, n. 18, p.737-793, jul. - dez. 2007. p. 740.

¹⁷⁸ *ibidem*. p. 747.

¹⁷⁹ *ibidem*. p. 752-753.

Como já lembrado anteriormente, não foi apenas o escravo que ficou à margem o das narrativas hegemônicas que interpretaram o passado do Sul da Bahia durante o século XX. A versão que conta a saga dos desbravadores como o eixo de fundação de uma dita *sociedade grapiúna*, composta por cidades e povoados articulados em torno das cidades de Ilhéus e Itabuna, também desfigura a história local ao remover dela a presença e experiências de povos indígenas que nunca cessaram de habitar a região. A própria Mahony fala disso brevemente, ao dizer que “em 1880, a comarca de Ilhéus era um território de mata ocupado por cerca de cem índios independentes e cerca de quinhentas propriedades agrícolas de vários tamanhos, cujas plantações variadas eram trabalhadas por aproximadamente 10.000 habitantes, entre escravos e livres”.¹⁸⁰ Trata-se de uma percepção diferente e mais complexa do que o postulada na interpretação hegemônica sobre o passado da região, que optou por transformá-la no produto da *saga dos desbravadores*, quando temos, na verdade, um panorama mais rico a respeito dos sujeitos envolvidos nas sociabilidades e relações de trabalho que mobilizaram o desenvolvimento agrícola do Sul da Bahia.

A respeito da presença demográfica de povos indígenas e seu envolvimento na história local, podemos falar da existência de uma visão que não os enxerga como sujeitos plenamente atuantes. Pelo contrário, nas principais narrativas sobre o passado da região, o lugar concedido à população indígena pelos recortes historicamente estabelecidos é o lado de fora. Da mesma forma que estivemos fazendo com a abordagem amadiana frente à escravidão em seus romances, acreditamos na pertinência de um levantamento semelhante a respeito do indígena em suas narrativas. Não que em algum momento esperássemos encontrar uma série de referências à população indígena, que sempre esteve presente na região, ao contrário do que é dado a entender em certas passagens dos livros de Jorge Amado. Mesmo assim, vemos que a quantidade de referências a esses povos é mínima, resultando em um volume significativamente menor de menções a indígenas em comparação ao que verificamos a respeito dos escravos.

Entretanto, aprendemos com grandes historiadores que as lacunas na documentação também constituem evidências. A exemplo de E. P. Thompson, para quem a ausência de registro documental de determinados eventos pode ter algo a dizer sobre a visibilidade que lhes é dada. Ao escrever sobre a prática da venda de esposas na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, ele ressalta repetidas vezes que os números com os quais lida

¹⁸⁰ *ibidem*. p. 743.

são de casos visíveis, ou seja, documentados. Por isso, o padrão de oscilação do registro de casos de venda de esposas ao longo desse tempo, que é de aumento entre os anos 1760 e 1840, não corresponde imediatamente ao aumento do número de casos reais nesse intervalo de tempo. Pois, existe a possibilidade de que mais visibilidade tenha sido dada a essa prática e por isso o aumento de registros a seu respeito. Afinal, a falta de registros poderia, também, apontar um desinteresse em fazê-lo, enquanto o crescimento do número deles, por sua vez, poderia indicar um estranhamento crescente diante da venda de esposas.¹⁸¹ São conclusões que, se embasadas através de outras fontes, o que foi o caso na pesquisa de Thompson, realmente validam o funcionamento das lacunas documentais enquanto possíveis enunciações. Da mesma forma, um número pequeno de registros, ou narrativas, a respeito da população indígena no Sul da Bahia, pode apontar para a visibilidade que se quis negar a esses povos no contexto de cultivo da noção de região grapiúna. Se o entendimento era de que o lugar do indígena nas narrativas que dão coesão à identidade regional é o lugar de fora, compreendemos melhor a razão pela qual eles não tiveram suas histórias contadas, não foram representados como sujeitos nas narrativas literárias, nem foram personagens de romances amadianos.

É claro que a ausência de referências a povos indígenas na obra de Jorge Amado amadiana não é absoluta, há eventuais alusões, algumas mais e outras menos diretas. Com exceção de *Cacau* e *São Jorge dos Ilhéus*, onde, de fato, nada encontramos. Mas, encontramos algo em *Terras do Sem Fim*, em uma passagem a respeito do feiticeiro *Jeremias*, tido como único habitante da mata de Sequeiro Grande, em que o narrador diz que o personagem “viu os homens brancos chegarem para perto da mata, assistiu outras matas serem derrubadas, viu os índios fugirem para mais longe, assistiu o nascimento dos primeiros pés de cacau, viu como se formavam as primeiras fazendas”.¹⁸² De imediato, é notável a insinuação de que os índios teriam fugido. Com a chegada do homem que foi desbravar a mata, derrubá-la para plantar cacau, não se fala em caça, massacre, ou aprisionamento de índios. Eles simplesmente fugiram para *mais longe*, nem o destino deles parece muito digno de ser referenciado.

Além disso, vale a pena prestarmos atenção à cronologia dos eventos vistos por *Jeremias*, é somente após os índios fugirem da região que nascem os primeiros pés de cacau e se formam as fazendas. Aquela mesma cisão temporal que foi recorrente nas

¹⁸¹ THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Tradução Rosaura Eichemberg. p. 409-410.

¹⁸² AMADO, Jorge. *Terras do Sem Fim*. Rio de Janeiro: Record, 1981. p. 114.

menções ao trabalho escravo parece ressurgir aqui, o índio está relegado a outros tempos que não o tempo do cacau. Um pouco antes do trecho citado, vemos que quando *Jeremias* chegara à mata, fugindo da escravidão, índios habitavam ali, mas após a transição para o tempo do desbravamento, após a *fuga* dos índios, *Jeremias* passa a ser o único ser humano vivendo na mata. Tudo isso parece reforçar os dois eixos de referências sobre o passado da região que se repelem tão assertivamente: Há pouco reconhecemos que, na obra de Amado, o conjunto *engenho, açúcar, aristocracia e escravidão* nunca ocupa o mesmo espaço e tempo que *desbravador, cacau, coronel e trabalho livre*. Vimos o mesmo ocorrer aqui e já sabemos em qual dos dois grupos acrescentar *o índio*, pois em trecho já citado anteriormente,¹⁸³ as informações que temos são as seguintes: *Jeremias* trabalhava como escravo em um engenho de açúcar; a época referida de sua fuga é anterior à dos homens que derrubaram a mata para plantar cacau, árvore que, até então, nem mesmo teria chegado da Amazônia; e, na ocasião de sua fuga, época do eixo *engenho, açúcar, aristocracia e escravidão*, índios ainda moravam na mata onde *Jeremias* encontrou guarida.

Uma associação muito semelhante é feita em *Gabriela...*, em que a cronologia dos acontecimentos, dessa vez testemunhados por São Jorge, padroeiro de Ilhéus, é apresentada da seguinte forma:

[São Jorge] vira os índios trucidarem os primeiros colonizadores e serem por sua vez trucidados e escravizados, vira erguerem-se os engenhos de açúcar, as plantações de café, pequenos uns, medíocres as outras. Vira essa terra vegetar, sem maior futuro, durante séculos. Assistira depois à chegada das primeiras mudas de cacau e ordenara aos macacos juparás que se encarregassem de multiplicar os cacauzeiros.¹⁸⁴

A diferenciação entre os diferentes passados da região é mais uma vez sugerida: primeiro, os acontecimentos envolvendo indígenas e, posteriormente, após a terra *vegetar sem futuro durante séculos*, a chegada do cacau. Amado reitera a que os povos indígenas estiveram alienados do contexto de desenvolvimento da região a partir da lavoura cacauzeira, processo que teria contado com exclusiva atuação do desbravador, de acordo com a metanarrativa hegemônica que interpreta o passado do Sul da Bahia e que se manifesta na literatura amadiana, como argumentamos aqui. Outra coisa que imediatamente nos chama a atenção, até por ser um texto bastante similar ao que trouxemos de *Terras do Sem Fim*, é que, enquanto no romance anterior foi dito que os

¹⁸³ *ibidem*. p. 19.

¹⁸⁴ AMADO, Jorge. *Gabriela, Cravo e Canela*. Rio de Janeiro: Record, 1983. p. 17.

índios fugiram da região, agora lemos que eles foram, na verdade, *trucidados e escravizados*.

Não vamos aqui especular razões para uma mudança tão brusca na forma de representar o destino dos índios do Sul da Bahia entre os dois romances, está além das nossas pretensões. Mas, devemos ressaltar que falamos de um intervalo de 15 anos entre a publicação das duas obras. Tempo suficiente para que a percepção de um acontecimento histórico seja reconsiderada, ainda mais para um jovem escritor como Jorge Amado. Ainda assim, respeitemos a autonomia da criação artística, ao menos por um instante. Já foi de uma grande ousadia insinuarmos que o uso de verbos diferentes em dois romances tem a ver com uma mudança de percepção do autor, como se pudéssemos verificar como Jorge Amado teria percebido ou deixado de perceber qualquer coisa, sendo que apenas o mesmo poderia saber algo a respeito de suas próprias percepções. Claro que a maneira pela qual o escritor representou um processo histórico tem, necessariamente, alguma coisa a ver com a forma de tê-lo percebido. O fato é que não pretendemos confiscar a liberdade do artista em ser arbitrário, se assim o desejar. Então, o que realmente podemos afirmar com alguma certeza é que a forma de representar um mesmo fenômeno em *Terras do Sem Fim* foi diferente do trecho semelhante lido em *Gabriela*, e isso nos chama a atenção. Tanto pela diferença que implica, já que há um grande e fundamental abismo entre *fugir* e *ser trucidado*, quanto pela semelhança que cultiva. Me refiro ao fato de que, trucidados ou postos em fuga, a população indígena teria invariavelmente desaparecido, estaria alheia, no tempo e no espaço, em relação ao Sul da Bahia em que o desbravador/coronel cultivou o cacau.¹⁸⁵

Se não consta um personagem explicitamente indígena em *Gabriela*, podemos encontrar na personagem-título os predicados qualitativos e comportamentais comumente associados a um estereótipo de indígena. Me refiro à sua tantas vezes referida *cor-de-canela*, a *cor queimada que Nacib tanto gostava*,¹⁸⁶ e seu comportamento que remete a uma espécie de *bom selvagem*, dócil, espontâneo e ingênuo, como uma extensão da paisagem natural que lhe cerca. Algo que nos mostra isso são as recorrentes demonstrações de aversão a demarcadores civilizatórios, desprezando instituições e suas formalidades, como ao andar de pés descalços e ao fazer pouco caso da pomposa

¹⁸⁵ Vale lembrar que, entre a publicação dos dois romances, Amado rompeu com o Partido Comunista e que os povos indígenas não eram tratados pelo Partido como potencialmente revolucionários. É sensato pensar que, para um militante do Partido à época, a relevância de narrar um grupo que, como os índios, não fosse considerado como agente de tal potencial revolucionário, fosse questionável.

¹⁸⁶ *ibidem*. p. 130.

conferência para a qual *Nacib*, já na qualidade de seu esposo, a leva contra a sua vontade. O seguinte trecho oferece uma amostra da caracterização de *Gabriela* no romance: “esquentava o sol nas manhãs sem chuva, mordida goiabas, vermelhas pitangas. Conversava horas perdidas com seu amigo Tuísca agora estudando para a carpina. Corria descalça na praia, os pés na água fria. Dançava roda com as crianças na praça, de tarde”.¹⁸⁷ Sua personalidade pueril está associada com uma conexão orgânica com a natureza, Ilana Goldstein também reconhece esse aspecto da personagem, que se opõe às convenções da civilização através da naturalidade dos instintos e, desse modo, parece encarnar a *alma popular brasileira*,¹⁸⁸ ou uma espécie de essência nativista do país. Lugar semelhante ao ocupado pelo índio nas representações atravessadas pela influência do imaginário romântico-indianista do século XIX.

Já em *Tocaia Grande*, há o único personagem amadiano do ciclo do cacau caracterizado explicitamente como indígena. Ou melhor, de ascendência indígena reconhecida, pois o narrador põe *Natário* como um *mameluco*, mestiço de branco e índio. Ainda assim, as referências a suas características físicas são recorrentes e pontuam associações com traços indígenas: “Natário esboçou um sorriso. Face larga de índio, cabelos negros, escorridos, maçãs do rosto salientes, olhos miúdos e argutos”.¹⁸⁹ Além disso, há uma passagem em que *coronel Boaventura* pondera sobre a possibilidade de *Natário* ter dons sobrenaturais, devido a sua ancestralidade: “O coronel Boaventura sentiu o coração pulsar mais forte: por acaso teria Natário o dom de ler os pensamentos? Em se tratando de gente de sangue índio, nunca se pode saber”.¹⁹⁰ Entretanto, sendo o único personagem amadiano com essa herança indígena explícita no ciclo do cacau, *Natário* não é filho do Sul da Bahia, sua origem é traçada a partir de Propriá, no estado de Sergipe. Mais uma vez, o vestígio da população indígena passa ao largo da região e do tempo do desbravador. Além do mais, estaríamos nos repetindo aqui se voltássemos a falar de como isso rima com as recorrentes demarcações já exploradas que excluem também, além da indígena, a população escrava, e as lançam para longe do tempo e do espaço do cacau.

Como vimos, a quantidade de referências à população indígena não é proporcional a sua demografia na região durante a época representada nos romances amadianos. A partir do que escreveu Ayalla Silva, podemos vislumbrar a participação da população indígena na história do Sul da Bahia de uma maneira que a literatura amadiana não

¹⁸⁷ *ibidem*. p. 356.

¹⁸⁸ GOLDSTEIN, Ilana. **O Brasil best-seller de Jorge Amado**. São Paulo: Editora Senac, 2003. p. 162-166.

¹⁸⁹ AMADO, Jorge. **Tocaia grande**: a face obscura. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 17.

¹⁹⁰ *ibidem*. p. 8.

pareceu muito disposta a abordar. Os estudos da historiadora se desdobram a partir da pesquisa sobre o aldeamento indígena de São Pedro do Alcântara, em Ferradas, povoado que deu origem à cidade de Itabuna. Dirigido por missionários capuchinhos, o aldeamento foi criado em 1814 para colocar os índios à serviço dos interesses do Estado e dos colonos que chegavam à região. Através da mão de obra indígena, o aldeamento se tornou um dos maiores produtores de cacau do Sul da Bahia, o que contraria a separação categórica entre a lavoura cacaueteira e a população indígena presente nos livros de Jorge Amado. Além disso, o trabalho indígena também foi importante fora do aldeamento, na construção de estradas, navegação fluvial e no cultivo de cacau em terras de colonos. Nesse caso, concordamos com o que diz Ayalla Silva: “Sem a inclusão dos índios na história regional, portanto, dificilmente se explicará de modo convincente a conquista do território e a implantação da economia cacaueteira no Sul da Bahia”.¹⁹¹ Ainda assim, a autora também reconhece a tentativa incansável de invisibilização da população indígena na região, a despeito de toda a exploração que o governo e particulares empreenderam sobre o trabalho desses povos, submetendo-os frequentemente à violência como forma de *incentivo* à proatividade no serviço.¹⁹²

Quando se fala no empreendimento da invisibilização estratégica dos povos indígenas no Sul da Bahia, vemos uma noção propagada desde o final do século XIX de que os índios da região teriam sido extintos, o que na verdade não ocorreu, pois permaneceram ali apesar das sucessivas investidas sofridas.¹⁹³ Contudo, é como se através do discurso tentassem concretizar no campo simbólico o que não conseguiram na experiência prática: o extermínio dos índios do Sul da Bahia. Um indício que Ayalla utiliza para pensar a invisibilização indígena como *estratégica* é o fato de que à extinção do aldeamento de Ferradas acompanhou o desaparecimento da documentação a seu respeito, os registros dos índios que viviam no local.¹⁹⁴

Um exemplo da atuação dos grupos excluídos das narrativas hegemônicas sobre o Sul da Bahia na região, com repercussão no seu desenvolvimento infra-estrutural e econômico, para além do trabalho nos engenhos e na lavoura cacaueteira, foram as obras da estrada Ilhéus-Conquista. Ao longo do século XIX, a sua construção contou com a mão de obra de indígenas e de negros escravizados, reiterando como aqueles que a

¹⁹¹ SILVA, Ayalla. **Ordem imperial e aldeamento indígena: Camacãs, Gueréns e Pataxós no sul da Bahia**. 12. ed. Ilhéus: Editus, 2017. p. 9-10.

¹⁹² *ibidem*. p. 28.

¹⁹³ *ibidem*. p. 29.

¹⁹⁴ *ibidem*. p. 31.

narrativa tradicional chama de *desbravadores* muito dependeram da força de trabalho desses sujeitos, que posteriormente seriam deliberadamente afastados da ideia de região que se pretendeu cultivar ao longo do século XX.¹⁹⁵ Como discutimos aqui a respeito da obra amadiana, a tônica que pautava o tratamento desses grupos nas narrativas alinhadas ao mito de origem da região era o distanciamento. Como se escravos e índios fossem constantemente empurrados para fora das páginas que contaram histórias sobre o passado do Sul da Bahia, fossem elas de jornais, obras memorialistas, ou literárias. A referência que se preservava a respeito dos povos indígenas, especialmente, era a de que estiveram fadados ao desaparecimento com o advento do progresso na região, dada a incompatibilidade de sua presença na civilização que brotava em torno do eixo Ilhéus-Itabuna.

Ayalla Silva fala de como antes e durante a chegada dos imigrantes que se tornaram sujeitos da metanarrativa hegemônica na região, seus desbravadores e futuros coronéis, o lugar já era densamente habitado e ali viviam – e continuaram vivendo – grupos indígenas aldeados e não aldeados, mencionando diretamente os povos Camacã, Botocudo e Pataxó.¹⁹⁶ A historiadora atrela a estratégia de invisibilização empreendida pela elite intelectual da região à imagem que se desejava criar para a sua origem, de civilização e progresso. O que não comportaria o reconhecimento da presença indígena concomitante ao crescimento da lavoura cacaueteira, pois os índios eram associados à ausência de civilização, obstáculo ao progresso da região.¹⁹⁷ O que soa como um disparate, principalmente quando colocamos em perspectiva a atuação deles no cultivo do cacau e na ampliação da infraestrutura regional através do trabalho nas obras da estrada que ligou Ilhéus a Vitória da Conquista, além da usurpação de suas terras em benefício do progresso da região. Ela ainda destaca a importância estratégica dos aldeamentos para os colonos no Sul da Bahia, ao dizer que “fazia-se necessário e fundamental, ao projeto colonizador, a permanência dos aldeamentos, para fins da pacificação territorial e instalação de colonos na região, bem como para servirem de mão de obra para os trabalhos públicos e particulares”.¹⁹⁸ Enquanto alguns aldeamentos continuaram funcionando em paralelo às colônias e povoados, outros acabaram dissolvidos neles e os índios integrados como mão de obra no processo de colonização e exploração territorial da região, o tão caro *desbravamento* do Sul da Bahia.

¹⁹⁵ *ibidem.* p. 50-51.

¹⁹⁶ *ibidem.* p. 54-55.

¹⁹⁷ *ibidem.* p. 69.

¹⁹⁸ *ibidem.* p. 277.

Finalizando com um balanço de nossas análises, percebemos que escravos e índios não estiveram em foco na interpretação do passado do Sul da Bahia, que Jorge Amado empreendeu nos romances do ciclo do cacau. A principal tonalidade com a quais esses grupos foram pintados foi a do alheamento, através da demarcação de suas presenças em outros tempos e espaços. E, além disso, o ocultamento, principalmente ao se tratar de povos indígenas. Afinal, na galeria de personagens amadianos ao menos encontramos dois escravos fugidos: *Castor Abduim*, de *Tocaia Grande*, mesmo que originário de outro espaço, o recôncavo baiano; e *Jeremias*, de *Terras do Sem Fim*, ainda que vindo de outro tempo, anterior ao tempo do desbravador e do cacau. De qualquer forma, estão ali e possuem papel importante nas respectivas narrativas de seus romances, enquanto o mesmo não se pode dizer sobre a representação indígena em suas obras. A própria concepção de terra que se insinua na obra amadiana, como estamos vendo nesse trabalho, é de uma terra para exploração e não para a morada de índios.

Entendo que não podemos cobrar de um ficcionista, um escritor de romances, que escolha representar, na proporção devida, cada grupo demográfico que integrava o lugar que as suas histórias contam. Não percamos de vista que Jorge Amado escrevia romances, não realizava censos. Entretanto, se de um lado nos chama a atenção a supervalorização de parcelas específicas da população regional ao longo da história, e como isso coincide com a tradição narrativa que embasa hegemonicamente os significados construídos e propostos para o Sul da Bahia. Do outro, em paralelo a uma recorrência de sujeitos específicos – o imigrante, o sergipano, o desbravador e o coronel, todos meio que aglutinados em uma coisa só: o *homem grapiúna* –, os romances amadianos apresentam ausências recorrentes e isso se faz notar. Ainda mais, quando tais ausências acabam a serviço, mesmo que involuntariamente, dos interesses de uma ordem política, social e intelectual específica.

Há pouco, nesse mesmo capítulo, vimos como E. P. Thompson foi capaz de entender o que as lacunas e os silêncios lhe diziam a respeito das mudanças e permanências que investigava em sua pesquisa. Mas, poderíamos muito bem ter tratado do assunto, e entendido o porquê da sua relevância para o olhar que direcionamos às lacunas com as quais nos deparamos no *ciclo do cacau*, através de veredas percorridas por outros pesquisadores tão célebres quanto o historiador inglês. Se tivéssemos recorrido a Michel de Certeau, por exemplo, estaríamos diante da seguinte análise direcionada aos esforços interpretativos que se debruçam sobre o passado: a ideia de que o corte é o pressuposto da interpretação, pois se realiza uma triagem para destacar o pertinente de

tudo aquilo que não o é, e que por isso deve ser esquecido. Para tornar o passado inteligível, seria preciso deformá-lo. Entretanto, o rejeito produzido pela seleção de materiais, mesmo que negligenciado, retorna nas *frangas do discurso*, nas suas falhas. São as resistências e sobrevivências que discretamente perturbam a ordem do inteligível pretendido.¹⁹⁹ Quando leio as palavras de Certeau, sinto que a carapuça pode vestir tanto um literato que se debruça sobre o passado e o escreve em seus romances, a exemplo de Jorge Amado, quanto um historiador que estuda um literato que se debruça sobre o passado e o escreve em seus romances, como faço aqui. Se valer do lugar de historiador para escrever sobre quem escreve o passado é submeter a disciplina ao divã, talvez por isso tantas contradições e estradas circulares até esse ponto.

Percebemos que *dizer o passado* é, em um movimento ambivalente, deformá-lo para que ele caiba no texto, o que implica cortes, silenciamentos seletivos. Apontamos exaustivamente nesse capítulo as incisões praticadas no cultivo da metanarrativa que pauta e confere existência à região grapiúna, falamos sobre a exclusão da representatividade escrava e negra em detrimento dos grupos de sujeitos tipicamente grapiúnas. É possível se robustecer através daquilo que excluímos, desse jeito são criados os *lugares próprios*, diz Certeau,²⁰⁰ que nos provoca a questionar: o que a razão elimina como *silêncio* para se constituir? No fim das contas, cabe à História organizar as diferenças e ausências relevantes, examinar a sucessão dos silêncios estrategicamente organizados para reencontrar as palavras reprimidas.²⁰¹ Mesmo sabendo que, em nossos esforços para tal, produzimos outros silêncios e, frequentemente ciosos, os deixamos à beira do caminho.

¹⁹⁹ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. p. 15-16.

²⁰⁰ *ibidem*. p. 16.

²⁰¹ *ibidem*. p. 250.

3 AMADO INTERPRETA O PASSADO

- *Sou irônico apenas na vida real.*
 – *Bem me queria a mim parecer que a história não é vida real,
 literatura sim, e nada mais.*
 – *Mas a história foi vida real no tempo em que não poderia
 chamar-se-lhe história.*

(José Saramago, A história do cerco de Lisboa, 1989)

3.1 Tocaia Grande, romance-síntese

Para não perdermos de vista as considerações feitas no início desse trabalho, vale assumir que o motivo de trabalharmos Tocaia Grande como um romance de pretensões historiográficas remete à possibilidade atribuída à literatura no primeiro capítulo, de eventualmente se comportar como historiografia, caso o escritor se proponha a tal. E há evidências textuais ao longo do romance amadiano que nos indicam que isso de fato ocorreu. Contudo, nem por isso deixaria de ser literatura, pois entendemos que o trunfo de um romance histórico é ostentar a possibilidade de entremear-se por tentativas de interpretar o passado, sem abrir mão de falsificá-lo deliberadamente, caso o deseje. O que faremos, a partir de agora, é investigar Tocaia Grande como um texto que, ao desenvolver interpretações do passado, mobiliza conhecimento histórico. Diante das discussões trazidas através dos autores citados até o momento, as possibilidades de análise que ficam abertas se revelam inúmeras. Entretanto, ainda que não ambicionemos cumprir à risca com cada uma delas, gostaríamos de tê-las como inspiração, preenchendo um horizonte de referências que contribua para dar mobilidade ao trabalho que realizamos.

Em uma primeira leitura, identificamos no romance uma síntese arquetípica da história de formação das comunidades interioranas, mais especificamente nordestinas, traduzidas em uma narrativa que se reconhece como tal: “e aqui se interrompe sem seus começos a história da cidade de Irisópolis quando ainda era Tocaia Grande, a face obscura”.²⁰² Esse trecho se encontra no último parágrafo do livro e assume aquilo que foi contado previamente como uma história, uma narrativa. Nesse ponto, retomamos considerações feitas a respeito da função que as narrativas desempenham: atribuir sentido

²⁰² AMADO, Jorge. **Tocaia grande**: a face obscura. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 485.

aos acontecimentos e especular sobre as coisas que puderam ou poderiam ter acontecido;²⁰³ tornar o mundo perceptível e estruturar as experiências passadas;²⁰⁴ transmutar a experiência histórica em arquétipo,²⁰⁵ e organizar o real.²⁰⁶ Ao longo da leitura do romance, nos manteremos em busca de escrituras que sejam contempladas por esse campo de possibilidades, vislumbrado através das contribuições teóricas trazidas anteriormente.

Logo no início do livro, somos apresentados a Irisópolis, cidade que está celebrando seus setenta anos de fundação, descrita a partir de suas praças – referenciais familiares a diversas localidades interioranas do Brasil – a da prefeitura e a da matriz. Em cada uma, o busto de uma personalidade eminente do lugar, o coronel e o doutor. Também, vislumbramos um fenômeno tipicamente coronelista – especialmente característico do Sul da Bahia, entre o final do século XIX e o início do século XX–,²⁰⁷ o domínio de um grupo cujo eixo é familiar, em torno de um grande latifundiário que centraliza e distribui o poder local entre seus parentes e compadres, a fim de que se ramifique ao longo das instituições políticas e burocráticas da sociedade e, assim, se perpetue. Em *Tocaia Grande*, tal sistema aparece da seguinte forma:

A partir do revertério da situação política, com o fim do domínio da laia que assumira o mando após a morte dos Andrade, o pai e o filho, o fazendeiro mandou e desmandou na Intendência durante lustros, intendente ele próprio ou preposto de sua escolha, parente ou compadre.²⁰⁸

Em sequência, o narrador continua falando da administração do *Coronel Prudêncio de Aguiar*, dizendo que

Provas da capacidade administrativa do Coronel e de sua dedicação no exercício do poder ainda hoje são vistas e admiradas no perímetro urbano, inclusive a rua calçada com paralelepípedos ingleses – importados da Inglaterra sim, senhores! –, orgulho da população irisopolense, enquanto as acusações de desvio dos dinheiros públicos desvaneceram-se no passar do tempo.²⁰⁹

Fica exposto um par dicotômico atribuído à leitura que a comunidade de Irisópolis faz do seu passado, em que lembrança e celebração dos paralelepípedos ingleses contrasta

²⁰³ RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: ensaio de poética do saber. São Paulo: Unesp, 2014. Tradução de Mariana Echalar.

²⁰⁴ ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Tradução de Hildegard Feist.

²⁰⁵ PAZ, Octavio. **Signos em Rotação**. São Paulo: Perspectiva, 2015. Tradução de Sebastião Uchoa Leite.

²⁰⁶ PESAVENTO, Sandra. **O Imaginário da Cidade**: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2002.

²⁰⁷ RIBEIRO, André Luís Rosa. **Família, Poder e Mito**: O município de S. Jorge de Ilhéus (1880 - 1912). Ilhéus: Editus, 2001.

²⁰⁸ AMADO, Jorge. **Tocaia grande**: a face obscura. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 2.

²⁰⁹ *ibidem*. p. 2-3.

com o esquecimento das acusações de desvio de dinheiro. Para Paul Ricoeur, essa dicotomia integra o tecido da memória, cujos enquadramentos implicam elementos e experiências postas à margem dos recortes – exemplificado, nesse caso, pelas acusações de corrupção que o narrador diz terem se desvanecido. Ele aponta para a dimensão seletiva da memória, da qual participam estratégias de esquecimento, ressaltando que há sempre a possibilidade de “narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases. Refigurando diretamente os protagonistas da ação como os contornos dela”.²¹⁰

A respeito do *doutor Inácio Pereira*, cunhado e conselheiro do coronel, o narrador cita que foi responsável pela comissão encarregada de angariar fundos para a construção da Igreja da Matriz:

Administrador competente, o doutor encontrou maneira de erguer ao mesmo tempo a igreja e o elegante bangalô onde ainda hoje vivem descendentes seus; nem sequer no auge das paixões políticas se conseguiu provar qualquer dos múltiplos aleives assacados contra sua honestidade. Acusações fáceis, provas difíceis.²¹¹

Dessa maneira, o narrador reitera a ambiguidade do legado deixado pelos líderes políticos locais, que oscila entre a realização de importantes obras públicas e acusações de corrupção. Cercada por laureios, a cidade nos é apresentada com o enaltecimento dos feitos de seus personagens históricos, carregados por uma acentuada ironia do narrador, a exemplo de quando fala da “refulgente face de Irisópolis, comunidade nascida do arco-íris em longínquo dia de bonança, de paz e fraternidade entre os homens”,²¹² uma descrição que, de tão inverossímil, resta ser interpretada como sarcástica. Além disso, contrasta com a história que realmente interessa, aquela que se opõe e é omitida pela face refulgente do lugar, trata-se de sua face obscura, Tocaia Grande.

Entre o capítulo introdutório e o começo da narrativa sobre Tocaia Grande, há uma voz intrusa, que não se confunde com a do narrador. Na edição a que tivemos acesso, trata-se de um parágrafo deslocado do restante do texto, solitário e centralizado na página, o único conjugado na primeira pessoa. Além disso, o fato de estar em itálico o coloca mais próximo das três epígrafes que iniciam o livro – que são vozes intrusas, *externas* – do que da narrativa propriamente dita. O referido parágrafo diz o seguinte:

Digo não quando dizem sim em coro uníssono. Quero descobrir e revelar a face obscura, aquela que foi varrida dos compêndios da História por infame e

²¹⁰ RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, O Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Tradução de Alain François [et al]. p. 455.

²¹¹ AMADO, Jorge. **Tocaia grande: a face obscura**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 3.

²¹² *ibidem*. p. 3.

degradante; quero descer ao renegado começo, sentir a consistência do barro amassado com lama e sangue, capaz de enfrentar e superar a violência, a contar do amor impuro, quando ainda não se erguera um altar para a virtude. Digo não quando dizem sim, não tenho outro compromisso.²¹³

Essa passagem nos parece um indício da intencionalidade historiográfica da narrativa amadiana, pois soa como uma declaração de seu propósito. É como o escritor estivesse deixando de lado sua trama, por um instante, para assumir suas pretensões diante do leitor. Parece haver um esforço historiográfico, se tais pretensões equivalem a *descobrir e revelar a face obscura* de uma – ou mais de uma – comunidade, a face que não teria sido digna o suficiente para integrar *os compêndios da História*, até então.

3.1.1 Narrativas de fundação

A história de Tocaia Grande se inicia com a nota de que houve um massacre antes do povoamento, ocorrido numa disputa de terras entre dois coronéis. Para o leitor de Jorge Amado, é natural remeter ao desfecho de *Terras do Sem Fim*, em que do embate entre dois coronéis pelas terras de *Sequeiro Grande* resulta uma chacina, predecessora da transformação da mata em cidade.²¹⁴ A relação com o romance de 1943 se torna ainda mais evidente no trecho que situa as razões do conflito:

[...] coronel Elias Daltro, chefe político, senhor da fazenda Cascavel, cujas plantações de cacau faziam divisa com as da Atalaia. Amigos e correligionários, os dois coronéis tornaram-se inimigos jurados, cada qual se considerando dono exclusivo daquela imensidão de terra devoluta, de mata cerrada, que se estendia do sertão às margens do rio das Cobras.²¹⁵

A narrativa sobre Tocaia Grande parte da vitória do *coronel Boaventura Andrade* contra o *coronel Elias Daltro* – graças à tocaia a que seu nome remete, executada pelos homens do *coronel Boaventura* contra os jagunços do seu adversário –, resultado de uma batalha sangrenta da qual lemos apenas seu epílogo, em que vislumbramos suas baixas e as forças do coronel derrotado se conformando com o revés sofrido.

Em seguida, somos apresentados a dois personagens centrais para a trama. Um deles é o filho e herdeiro do *coronel Boaventura*, *Venturinha*, estudante de direito na capital. Personagem recorrente dos romances amadianos do ciclo do cacau: o filho bacharel do grande latifundiário. O outro é *Natário*, capataz, chefe dos jagunços do

²¹³ *ibidem*. p. 4.

²¹⁴ AMADO, Jorge. *Terras do Sem Fim*. 68. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

²¹⁵ AMADO, Jorge. *Tocaia grande: a face obscura*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 8.

coronel, por ele tornado capitão. Dito de sangue índio, é fisicamente descrito como um e classificado pelo narrador como mameluco. Para ele, seu homem de confiança, o *coronel Boaventura* prometera registrar uma porção de terra em cartório onde, ao fim do conflito, *Natário* pudesse estabelecer roça de cacau.

O romance nos situa em um determinado lugar e tempo, além de Ilhéus e Itabuna, outras localidades reais são mencionadas: Água Preta, Itapira, Macuco e Sequeiro do Espinho, antigas nomenclaturas de Uruçuca, Ubaitaba, Buerarema e Itajuípe, respectivamente. Com isso, direciona a leitura para o Sul da Bahia, lugar onde o ciclo econômico do cacau fez a fortuna de muitos fazendeiros e sedimentou o poder político dos chamados *coronéis do cacau* e seus correligionários, entre o final do século XIX e meados do século XX. Quanto ao tempo referenciado, além de todos os indicativos integrados à trama que permeiam a narrativa e apontam para as primeiras décadas do século XX, surge um marco temporal explícito na fala de *Castor* – negro fugido de um engenho no recôncavo onde havia sido escravo. Ao defender as prostitutas locais dos homens que queriam toma-las à força, na primeira festa de São João do povoado, *Castor* indaga se os agressores não sabem que a escravidão acabara há mais de vinte anos,²¹⁶ nos conduzindo a situar o tempo da narrativa, pelo menos, a partir de 1908.

Há nexos históricos construídos através do narrador e seus personagens que sustentam uma visão do surgimento e crescimento do povoado de Tocaia Grande, fase embrionária da cidade de Irisópolis. Trata-se de um arquétipo histórico presente no romance que não se refere fundamentalmente a uma única e específica cidade, mas adota o Sul da Bahia como espaço diegético, sempre se referindo a localidades conhecidas dessa região – citadas no parágrafo anterior – como se estivessem próximas, dando a entender que a fictícia Tocaia Grande está em suas cercanias e integra as *terras grapiúnas*.²¹⁷ Podemos entender que a narrativa desenvolvida no romance não interpreta o surgimento de um povoado qualquer, mas que suas especificidades se iniciam como uma amostra da comunidade tipicamente grapiúna, para então alcançar tons mais gerais que podem ser associados à trajetória de outras comunidades interioranas. A conotação de arquétipo histórico fica mais evidente se observarmos Irisópolis/Tocaia Grande em um lugar de

²¹⁶ *ibidem*. p. 206.

²¹⁷ A nomenclatura *grapiúna* é utilizada com frequência nesse romance, e ao longo da obra amadiana, para denotar tanto a região Sul da Bahia, como o seu povo. Seu uso, ainda corrente, não se limita à literatura de Jorge Amado, mas está disseminado, principalmente, nos discursos de viés associativo entre o regional e o identitário que se referem ao Sul da Bahia. Há discussões que problematizam a ideia de grapiunidade, vinculando a sua construção e fortalecimento à própria literatura regional, incluindo as obras amadianas. O debate é profícuo, como temos visto desde o capítulo anterior.

superposições, pois, situada nos arredores das cidades do Sul da Bahia, não é nenhuma delas, mas a elas se sobrepõe como uma cidade em marca d'água, desenhada à mão, rasurando o mapa.

O relato sobre Tocaia Grande se desenvolve a partir de um barracão de madeira erguido em um descampado, depósito e ponto de pouso para os tropeiros com cargas de cacau seco. Tal processo é referido, em um espectro mais geral, da seguinte forma:

Tropas de burros transportavam o cacau seco das fazendas para as estações da estrada de ferro ou para Ilhéus e Itabuna onde se encontravam as sedes das firmas exportadoras pertencentes a suíços e alemães. Os animais mais velhos permaneciam nas fazendas, conduzindo o cacau mole das roças para os cochos. Os tropeiros, nas longas e penosas travessias por esses caminhos ínvios e arriscados, escolhiam lugares que oferecessem condições favoráveis para o pernoite. Ajuntamentos que com o tempo e o movimento davam quase sempre, início a um arruado.²¹⁸

No caso de Tocaia Grande, é também o que acontece. Além disso, em virtude da circulação dos tropeiros, foram atraídas para o local as prostitutas, cuja freguesia era composta não só por eles, mas também pelos jagunços de passagem e pelos trabalhadores das roças próximas. No início do povoamento, começaram a construir casas de barro batido: é dito que, após o estabelecimento do barracão, os trabalhadores “amassaram barro, cortaram varas e ergueram os primeiros casebres”.²¹⁹ O incipiente arruado começa a tomar forma, com moradias precárias sendo erguidas na rota dos tropeiros.

A chegada de *Fadul*, árabe que estabelece a primeira casa comercial do lugar, dinamiza ainda mais a circulação em Tocaia Grande que, com o passar do tempo, se torna

[...] ponto de pernoite preferido pelos tropeiros que vinham da enorme área do rio das Cobras na qual se localizava um grande número de propriedades, entre elas algumas das maiores fazendas da região. A notícia da construção de uma casa de negócio mandada levantar pelo Turco Fadul, homem esperto, de visão, concorreu para a rapidez com que novas moradias surgiram: choças, cabanas, barracos, uns de barro batido, outros de madeira, os mais pobres de palha seca.²²⁰

Quando jagunços estavam roubando o armazém do árabe, *Bernarda*, uma das prostitutas locais e afilhada do *Capitão Natário*, é impedida de intervir por *Gerino*, que protesta: “O que é que tu pensa? Que isso aqui é uma cidade? Isso aqui é uma tapera com uma bodega, quatro putas e com nós no barracão do Coronel: é cada um por si e Deus por todos”.²²¹ Por *bodega*, poderíamos tanto entender uma espécie de taberna, lugar que serve

²¹⁸ *ibidem*. p. 62.

²¹⁹ *ibidem*. p. 35.

²²⁰ *ibidem*. p. 62.

²²¹ *ibidem*. p. 154.

refeições e bebidas, como um estabelecimento comercial de secos e molhados, em ambos os casos com uma conotação pejorativa. Nesse caso, nos parece que *Gerino* está se referindo ao próprio comércio de *Fadul*. Mas, além de nos oferecer um panorama da paisagem local, pintado por um de seus personagens, a narrativa aqui se vale do conhecimento um tanto profético ofertado ao leitor, já ciente de que o lugar se tornaria uma cidade, para reforçar o caráter embrionário de Tocaia Grande, cidade em gestação, que haveria de romper com as baixas expectativas de *Gerino*. Outro momento em que esse tipo de fala aparece é quando o narrador cita *Natário* indiretamente, falando ao coronel que as terras que contemplavam do alto do morro ainda haveriam de ser uma cidade:

Pouco faltava, concordara o Coronel ao passar por lá, sete anos depois. Modo de falar do Coronel: povoado pequeno, para ser uma cidade faltava-lhe quase tudo. Mas quando ele, Natário, chegara rapazola à fatura do cacau, fugindo da indigência de Sergipe, Taquaras não passava de reduzido ponto de pernoite, a estação não existia, não havia ainda o trem de ferro, e a cidade de Itabuna, esse colosso, era o arraial de Tabocas²²²

Nesse trecho, somos apresentados a dois exemplos alheios: Tabocas, que se tornaria Itabuna, e Taquaras. Assim, se vislumbra um futuro de desenvolvimento para o lugar, pois, ainda que lhe faltasse um sem-número de elementos para chegar a ser uma cidade, outras praças já haveriam traçado caminho semelhante.

Quem nos providencia mais um retrato de Tocaia Grande, qualificando-a como algo a mais do que o galpão no descampado, é o narrador, que diz:

Tocaia Grande apenas passara de concorrido, porém desabitado pouso de tropas de cacau seco a mísero arruado: na Baixa dos Sapos as choças de palha das putas, no Caminho dos Burros casebres de barro batido, além do barracão do coronel Robustiano e da casa do turco, animado comércio de cachaça, fumo e rapadura.

Nesse trecho, são nomeadas duas ruas: a Baixa dos Sapos, onde ficam as *palhoças das putas* e o Caminho dos Burros, local das demais construções. Ele ainda diz que após a chegada de *Castor*, que monta uma oficina no local, começaram a surgir casas de tijolos no Caminho dos Burros e novos moradores aportam, inclusive pedreiros e carpinteiros. Outrora um descampado, o então arruado passa a ser qualificado pelo narrador como lugarejo.²²³ O estágio seguinte, como diz *Natário* a *Castor*, será o de povoado.²²⁴

²²² *ibidem*. p. 271.

²²³ *ibidem*. p. 167.

²²⁴ *ibidem*. p. 192.

O crescimento da lavoura de cacau é apontado como marco para o desenvolvimento do lugar, quando o narrador declara que

Da fazenda Santa Mariana, nas nascentes do rio, até aquela sobre de mata em torno de Tocaia Grande, estendia-se um ilimitado território de roças novas, plantadas recentemente, nos anos que se seguiram à sanguinolenta conquista, às tocaias e aos caxixes. Esses cacauais não tardariam a florir e a dar frutos. Aí, então, não haveria medida capaz de aferir o ganho e a ganância. Tocaia Grande já não dependeria de tropas e tropeiros.²²⁵

Além disso, o povoamento dos sergipanos é citado com frequência ao longo do romance, servindo como uma das bases para o desenvolvimento de Tocaia Grande. Há um episódio em que o *capitão Natário* encontra na estrada uma família vindo de Sergipe e os encaminha para o povoado. Enquanto isso, o narrador diz que levadas de sergipanos chegavam ao Rio das Cobras, em busca de trabalho e guiados pela promessa de terras férteis e devolutas: “Na desvalida pátria sergipana ouviam-se maravilhas, narrativas fantásticas sobre as terras do Sul da Bahia e a lavoura de cacau. Terras férteis, muitas ainda devolutas – era chegar e tomar posse –, lavoura sem igual, mina de ouro”.²²⁶ A chegada em massa dos sergipanos integra a metanarrativa da qual falamos no capítulo anterior, e sobre a qual Mahony diz atravessar uma série de plataformas e se configura como base do discurso sobre o passado da região.²²⁷ Esse tema foi mais profundamente explorado no capítulo anterior, mas sempre estará presente enquanto discutirmos a construção de uma interpretação histórica baseada no arquétipo de sociedade grapiúna. Há um trecho de *Tocaia Grande* que exemplifica e sintetiza esse modelo de leitura:

A história em versos do coronel Henrique Barreto, o Rei do Cacau, passava de boca em boca, de ouvido em ouvido, na consonância das violas: *Morto de fome, saiu de Simão Dias...* Arribara mocinho, *seu capital, um toco de facão*. De início, alugado, depois tropeiro, *tangendo burro noite e dia*. Pusera bodega num arruado *pra vender cachaça e munição*, juntara o necessário para comprar uma braça de terra, nela botara roça de cacau e quando deu de si *virara um grande potentado*. Rei do Cacau, o coronel Henrique Barreto, nascido e criado na miséria em Simão Dias: nas festas de fim de ano, enviava alguns trocados para os parentes que por lá prosseguiram à míngua, apáticos sergipanos. Ele, o Coronel, tornara-se grapiúna.²²⁸

²²⁵ *ibidem*. 190-191

²²⁶ *ibidem*. p. 212.

²²⁷ MAHONY, Mary Ann. **The World Cacao Made: Society, Politics and History in Southern Bahia, Brazil, 1822-1919**. f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Yale University, New Haven, 1996

²²⁸ AMADO, Jorge. **Tocaia grande: a face obscura**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 212.

A exemplo do que sugere Raymond Williams,²²⁹ aqui poderíamos observar a trajetória pessoal de Jorge Amado – cuja família imigrou de Estância para Ferradas, onde se instalou e cultivou fazenda de cacau – para compreender a recorrência em grande parte de sua obra dos personagens sergipanos que, se valendo primordialmente do próprio ímpeto e força de trabalho, desbravam a mata, plantam roça de cacau e se tornam proprietários de terras no Sul da Bahia. Muitos dos coronéis em Tocaia Grande, e em outro de seus romances ambientando na região, são associados a esse processo, a exemplo do próprio *coronel Boaventura*:

O coronel terminara exatamente de inspecionar suas propriedades, o imenso latifúndio. A posse inicial que ele desbastara e plantara há distantes anos, quando, no ímpeto da juventude, desembarcara naquelas terras do sul da Bahia, arribando de Sergipe: tendo chegado a primeiro caixeiro da firma Lopes Machado & Companhia, em Estância só lhe restava marcar passo. Largou tudo e se tocou.²³⁰

Seguindo com o relato do desenvolvimento do lugar, o narrador nos fala das lavras e plantações estabelecidas pelos sergipanos na margem oposta do rio, criações de galinhas, cabras e porcos.²³¹ Segue se referindo ao aumento do “contingente de raparigas”, cujos casebres multiplicavam e, antes esparsos, agora estavam dispostos e avizinados em travessas e becos. O almoço dominical de *Castor* já não é o único festejo regular a acontecer em Tocaia Grande, as tardes passaram a ser sublinhadas com animados “arrasta-pés”.²³² Já sendo referido pelo narrador como povoado, Tocaia Grande ganha mais um retrato, que contempla as suas mais recentes mudanças:

[...] lá de cima, como se estivesse num mirante, o Capitão podia descortinar o povoado inteiro, da Baixa dos Sapos com as choupanas das putas e a casinhola de Bernarda até a rua de casas se estendendo no Caminho dos Burros; do descampado com o local da feira, o galpão de palha, pouso dos tropeiros e salão de baile, até o depósito de cacau e o curral do coronel Robustiano, a oficina de Tição onde Edu, o filho mais velho, aprendia o ofício, e o armazém do turco nas proximidades da jaqueira. Avistava também no outro lado do rio as plantações dos sergipanos e dos sertanejos, os roçados e as ramadas, os pendões do milharal, os porcos e as galinhas.²³³

Através de *Pedro Cigano*, andarilho que assistira ao crescimento de Tocaia Grande, somos apresentados a processos que o narrador julga recorrentes na região, entre eles as invasões de terras, badernas dos jagunços e as matanças de índios.²³⁴ O mesmo

²²⁹ WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Tradução de Paul Henriques Britto.

²³⁰ AMADO, Jorge. **Tocaia grande**: a face obscura. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 252.

²³¹ *ibidem*. p. 236.

²³² *ibidem*. p. 240.

²³³ *ibidem*. p. 271.

²³⁴ *ibidem*. p. 280.

personagem também fala em detalhes da palhoça de Jacinta, primeira *mulher-dama* a se instalar no local para acolher os tropeiros: “choça feita com quatro palmas secas caídas de um pé de mané-velho”.²³⁵ É por meio do seu olhar, que surge mais um dos panoramas traçados sobre Tocaia Grande:

Nas idas e vindas, Pedro Cigano assistira ao crescimento do lugar, as choupanas na Baixa dos Sapos, a carreira de casas no Caminho dos Burros, o depósito de cacau, o armazém do turco, o galpão de palha, o curral e a oficina. Jamais imaginou porém que haveria de ver roçados crescendo na outra margem do rio, olaria de telhas e tijolos, casa de farinha, bichos de criação se multiplicando, soltos no descampado.²³⁶

A essa paisagem, podemos também adicionar a casa de farinha de *Ambrósio e Zé dos Santos*, mencionada por *Fadul*, ao estimar que o povoado ainda haveria de ter *farinha de fartura*.²³⁷

O modelo do desbravador de ontem convertido em coronel, forjado no confronto com a mata, inserido na saga do imigrante sergipano que vai ao Sul da Bahia plantar roças de cacau utilizando a própria força de trabalho aparece novamente em uma reflexão que o *coronel Boaventura* – personagem construindo em correspondência com tal modelo –, faz a respeito de sua trajetória: “trabalhara sem descanso, dia e noite. Rompera a mata e a desbravara, plantar léguas de cacau. Empunhara armas, combatera, arriscara a vida, mandara matar e matara”.²³⁸ Sua retirada para o Sul da Bahia é atribuída a decadência da cidade sergipana de Estância, terra natal da família de Jorge Amado, referida diversas vezes no texto. A justificativa apresentada para a emigração em massa do lugar é a de que a estrada de ferro entre os estados de Sergipe e Bahia isolara a cidade, condenando-a ao ocaso. Por isso, a única alternativa dos estancianos teria sido partir para o sul, arrastados pela fama do cacau, “ainda mais se haviam perdido terra, lavoura e esperança”.²³⁹

Após o episódio da devastadora enchente que acomete o povoado, ocorre o processo de restauração, que o elevará à categoria de arraial. Vemos que seus habitantes – nomeadamente *sergipanos e sertanejos* – retomam o cultivo da terra e a criação dos animais. Além disso, com o auxílio de pedreiros e carpinteiros, levantam moradias “mais sólidas, mais amplas e em maior número”.²⁴⁰ O narrador fala de um mutirão que espontaneamente se forma, negociando os serviços por produtos da terra e bichos de

²³⁵ *ibidem*. p. 285.

²³⁶ *ibidem*. p. 285-286.

²³⁷ *ibidem*. p. 286.

²³⁸ *ibidem*. p. 324.

²³⁹ *ibidem*. p. 326.

²⁴⁰ *ibidem*. p. 367.

criação, e que acaba por refazer a topografia do lugar, modificar sua aparência. Essa modificação é melhor descrita adiante, quando o cenário anterior à enchente é contrastado com o que se desenvolve após ela:

Antes da enchente, além do Caminho dos Burros, artéria única acompanhando o rio, havia o descampado com o terreiro ao centro e, espalhados na distância, o armazém, a oficina do ferrador de burros, o depósito de cacau e o curral, pouso das boiadas. Mais adiante, a Baixa dos Sapos, com as choças de palha e a casinhola de madeira onde viviam Bernarda e Coroca. [...] O caminho dos Burros passara a ser rua da Frente, de alegres fachadas coloridas. Paralela à rua dos Fundos: houve quem preferisse habitar mais distante do rio. No beco do Meio que ligava as duas vielas – as duas ruas na ostentação do povo – os tamanqueiros viviam e trabalhavam. [...] Na Baixa dos Sapos novas palhoças substituíram as que o rio levava, todas aliás. As raparigas precisavam com urgência de um buraco onde estender as esteiras. Outras, porém, menos apressadas, tendo fixado raízes em Tocaia Grande [...] aproveitaram para construir habitações estáveis. Assim, uma ruela de barracos de adobe nasceu e prosperou: na esquina, pintada de amarelo, ficava a pensão de Nora Pão-de-Ló. [...] Vale a pena uma referência a fato curioso, demonstrativo da ânsia de construção que dominara o arraial: donos de barracos que haviam resistido à cheia terminaram por derrubá-los para edificar outros mais confortáveis. A olaria não dava abasto aos pedidos de telhas e tijolos.²⁴¹

Para concluirmos o segmento dos relatos de ascensão do povoado – e começarmos a falar de sua queda –, pontuamos a visitação do santo ofício à Tocaia Grande, representado por dois frades, que realizam as menções finais a respeito do crescimento do arraial. Sobre o lugar, outrora ele próprio um mero arruado, é dito que “ao ritmo do desenvolvimento das roças de cacau, brotavam arruados, cresciam lugarejos”.²⁴² Finalmente, enaltecendo seu desenvolvimento, o narrador utiliza as seguintes palavras para coroar o crescimento de Tocaia Grande: “a povoação se reerguera do pantanal a que fora reduzida: não se contentando em voltar a ser o que já fora, movimentado lugarejo, ganhava foros de próspero arraial, de futuro assegurado: dera um salto para a frente, só vendo para crer”.²⁴³

3.1.2 Narrativas de massacre

A conclusão da saga de Tocaia Grande remete ao seu início: se o lugar foi originado a partir de uma tocaia feita por jagunços, encontra seu fim de forma semelhante. O algoz da vez é *Venturinha*, filho do *coronel Boaventura*, que, após a morte do pai,

²⁴¹ *ibidem*. p. 367-368.

²⁴² *ibidem*. p. 418.

²⁴³ *ibidem*. p. 367.

realiza caxixes²⁴⁴ para reivindicar a posse daquelas terras, utilizando seus jagunços e a força policial de Itabuna para enfrentar a resistência de *capitão Natário* e dos outros moradores do arraial. Podemos entender que *Venturinha*, que personificaria o massacre sobre Tocaia Grande, assume o posto de arauto da modernidade, que avança sobre os costumes arcaicos, armada com leis e papéis, amparada pelas instituições do estado e pelos burocratas, submetida ao capitalismo internacional e suas ramificações locais.

O massacre empreendido por *Venturinha* sucede duas vagas de devastação que assolaram o arraial: a enchente e a febre. Responsável pela destruição de boa parte das estruturas físicas do povoado, a enchente levou apenas dois de seus habitantes. Nisso, foi complementada pela febre, que matou uma dezena deles. Dizimando pessoas e casebres, peste e fome são forças da natureza, tragédias inevitáveis. Na narrativa, elas preparam terreno para o grande massacre empreendido em nome do progresso, que pavimentaria Tocaia Grande e sua gente.

O choque entre as duas realidades em atrito, processo que culminará no fim do arraial, é exposto no seguinte trecho:

Os notáveis discursavam e escreviam sobre civilização, progresso, ideias liberais, eleições, livros e outras bobagens, palavrorio e enrolação, se eles, coronéis e jagunços, não houvessem desbravado as matas e plantado a terra, o eldorado do cacau, tema das perorações e dos ditirambos, nem em sonhos existiria.²⁴⁵

O narrador opõe as experiências dos coronéis e jagunços às expectativas dos *notáveis*, em que destacamos o uso dos termos *civilização* e *progresso*, importantes para o entendimento do que pode representar a investida de *Venturinha* contra o povoado. Além de tudo, se trata de um conflito de gerações, um processo de transformação que confisca todo um modo de experienciar a realidade. Contrastar ambos os personagens, pai e filho, nos mostra isso, como na observação feita pelo narrador a respeito do *coronel Boaventura*, pouco antes da sua morte: “Envelhecera, já não era o mesmo pai-d’égua, tampouco o manda-e-faz autoritário, senhor de baração e de cutelo, a ordenar na política e na justiça, na Intendência e nos cartórios de Itabuna”.²⁴⁶

Diante de uma das falas de *Natário*, principal alvo da onda de massacre promovida por *Venturinha*, notamos a indicação de outra possível chave de leitura para a carnificina

²⁴⁴ Caxixe é o termo utilizado no Sul da Bahia para se referir à prática de grilagem: instrumento ilegal, frequentemente associado ao coronelismo, que consiste na fraude e falsificação de títulos de propriedade para a obtenção irregular de terras.

²⁴⁵ *ibidem*. p. 392.

²⁴⁶ *ibidem*. p. 392.

prestes a ocorrer em nome da civilização: “O coronel me deu a mão, eu não passava de um perseguido da Justiça. Agora, só quem manda em mim sou eu, sou eu quem decide o que fazer”.²⁴⁷ *Natário* se proclama dono de si, deliberante de suas próprias ações, escancara a pretensão de uma autonomia que será colocada em disputa pelas forças do progresso. Se, por um lado, presenciemos a intransigência de tal progresso na tomada de lugar de uma geração sobre a outra, transição de uma maneira de experienciar o mundo para outra, vemos também a autonomia como cobiçado objeto de desejo, tanto por aqueles que dela anseiam usufruir, como dos que pretendem confiscá-la.

Há um momento em que podemos observar, lado a lado, um melhor desenvolvimento dessas questões que acabaram de ser pontuadas. Me refiro à chegada do Santo Ofício no arraial, em que *Carlinhos Silva* defendeu o lugar e seu povo perante os frades, dizendo em alemão que, apesar de viverem “à margem de ideias pré-concebidas, desobrigados das limitações e dos constrangimentos decorrentes das leis, livres dos preconceitos morais e sociais impostos pelos códigos, fosse o código penal, fosse o catecismo”,²⁴⁸ não havia na região gente mais ordeira. Justamente porque “ninguém manda em ninguém, tudo se faz de comum acordo e não por medo de castigo”.²⁴⁹ Assim, temos a oportunidade de corroborar a linha de pensamento com a qual concluímos o parágrafo anterior: a autonomia do povo de Tocaia Grande, que recusa a ingerência das instituições da civilização e seus códigos conduta, é simultaneamente o seu trunfo e o motivo de sua derrocada, já que seu confisco é tão cobiçado pelas forças civilizatórias.

Em outros momentos, vemos o contraste entre o saber acadêmico e a sabedoria popular, outro polo de conflito na dinâmica de dois mundos entrando em descompasso. Um exemplo ocorre na ocasião em que *Venturinha* contrata um agrônomo para substituir *Natário* na administração da fazenda que herdara do pai, tecendo elogios de que, sendo doutor formado, “estava fazendo uma revolução nos métodos de trabalho, de plantio e de colheita, prometia triplicar a produção”. Quanto a *Natário*, o narrador declara que ele não “pretendeu comparar conhecimentos aprendidos nos livros de estudo com a rudimentar e precária sabedoria dos coronéis e feitores”.²⁵⁰ A ideia de civilização se torna mais clara quando se fala das cidades utilizadas como referências para tal, ordenando-as em uma escala etapista, por intermédio do próprio *Venturinha*, ao elogiar o fato de que o *chiqueiro* que era Tocaia Grande havia crescido e ganhado ares de cidade, ao que faz uma ressalva:

²⁴⁷ *ibidem.* p. 426.

²⁴⁸ *ibidem.* p. 440.

²⁴⁹ *ibidem.* p. 441.

²⁵⁰ *ibidem.* p. 444.

Deu-se ao trabalho de explicar que cidade era força de expressão e ele a usava para acentuar o crescimento do arruado se comparado a outros lugarejos da região, porque categoria de cidade propriamente dita não a mereciam nem Ilhéus nem Itabuna, capitais de municípios, nem sequer a Bahia, capital de estado, quando muito o Rio de Janeiro se a comparação fosse feita com Paris e Londres. Essas, sim, eram cidades.²⁵¹

Vale lembrarmos que Sandra Pesavento identifica um processo de desterritorialização da modernidade em que, do século XIX às primeiras décadas do século XX, o ideal de civilização moderna se torna cobiçado e almejado a partir do espelhamento entre os centros e suas periferias. Pesavento discute essas transplantações seguindo na direção Paris – Rio de Janeiro – Porto Alegre, em que a modernidade se adapta em função das particularidades locais de cada um desses lugares onde aporta.²⁵² Entretanto, seu texto cede abertura para que pensemos outras relações centro-periféricas, como a que se insinua na explicação de *Venturinha*. Nesse caso, a cadeia de subordinações em torno das referências de urbanidade é disposta, dos centros à periferia: Paris/Londres – Rio de Janeiro – Salvador – Ilhéus/Itabuna – Tocaia Grande.

O núcleo portador da civilização é composto também pelos frades do Santo Ofício, são eles que realizam a profecia final da destruição de Tocaia Grande, ao acusa-la *ciadela do pecado, Terra sem Lei, Território de degradação*. Em virtude disso, pregam que “a cólera de Deus irromperá em fogo, castigando os infiéis, destruindo os muros da maldade e da profanação, transformando em cinzas aquele covil de escândalo e de iniquidade”.²⁵³ Está dada a sanção da igreja para que a cólera divina caia sobre aquele lugar e seu povo degradado, em um discurso que remete à missão civilizatória que dera chancela a processos dominatórios ao redor do mundo e ao longo da história.

Além do Santo Ofício, um dos outros emissários da civilização, integrantes da corte de *Venturinha*, é *doutor Gusmão*, engenheiro-agrônomo contratado para aplicar *métodos modernos* na lavoura. O que não funciona muito bem na primeira tentativa, fazendo com que o engenheiro chegue a ter seu emprego ameaçado, pois o volume da safra cai em comparação aos anos anteriores, quando era capitaneada por *Natário*. Mas, acaba por convencer seu patrão de que os “métodos modernos e científicos exigem tempo e paciência”,²⁵⁴ garantindo a sua permanência no cargo. Além dele, há *Ludmilla Gregorióvna*, companhia com a qual *Venturinha* fora ao Rio de Janeiro *tomar um rápido*

²⁵¹ *ibidem*. p. 444-445.

²⁵² PESAVENTO, Sandra. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2002.

²⁵³ AMADO, Jorge. **Tocaia grande: a face obscura**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 450.

²⁵⁴ *ibidem*. p. 452.

banho de civilização. A *mulher-fatal* russa de sangue árabe e judeu, encontrada por *Venturinha* em um cabaré de Paris e trazida por ele ao Brasil no que foi “a melhor maneira de importar a cultura da Europa no que ela tinha de mais representativo”.²⁵⁵ Um de seus momentos notáveis, relevante para as nossas observações, é quando, após contemplarem o arraial em um passeio lado a lado, *Ludi* pergunta a *Venturinha*: “– essa aldeia é tua, paizinho? Esses gentios são teus servos? [...] – Se me amasses de verdade, me darias aldeia e servos em penhor de teu afeto”.²⁵⁶ Lembremos desse pedido de *Ludi*, porque discutiremos no próximo capítulo como os romances amadianos analisados abordam os países estrangeiros, tendo em perspectiva a inserção da região em uma dinâmica econômica internacional.

O episódio que marca o início e prenúncio da tormenta que acometeria Tocaia Grande também é representativo das relações que viemos traçando entre o massacre e uma ideia de civilização que traz consigo o desejo de burocracia, normatizações e regulações em um sentido vertical, vindo do estado – associado e subsidiário do capitalismo internacional – e recaindo sobre a comunidade. O trecho a seguir nos mostra algo sobre isso e contextualiza o que viria a ser o estopim do conflito, trata-se da justificativa e pedido de clemência de um dos fiscais que foram a Tocaia Grande fazer valer uma ordem de normatização da intendência de Itabuna:

Ali haviam chegado ele e seu colega, com ordens expressas a executar. Ambos fiscais da Intendência do Município de Itabuna com alçada na cidade, nas vilas e nos arruados: no território do município situava-se o arraial, ou lá o que fosse, de Tocaia grande. Vinham para fazer valer a ordenança que proibia animais soltos nas ruas: as determinações recebidas do Sargento Delegado mandavam matar todos os bichos de quatro pés que se encontrassem vadios nas artérias, pois não tinham onde os recolher e, mesmo que tivessem, era necessário dar o exemplo. Quem cumpre ordens, não é culpado, seu Capitão. Tenha dó de um pobre pau-mandado.²⁵⁷

O ocorrido foi que tais fiscais começaram a atirar nos porcos de *Altamirando*, que, de acordo com as normas urbanas, não deveriam estar soltos nas ruas. Quando o dono dos animais nota o que está ocorrendo, de punhal na mão se atraca com os agentes da intendência e acaba morto a tiros por um deles. Tragédia ocorrida diante da comunidade e do capitão *Natário*, que se encarrega do desfecho utilizando seu *parabelo* para alvejar mortalmente o assassino de *Altamirando*. Depois de uma sova comunitária e do apelo já citado, o fiscal sobrevivente é colocado sem roupa em sua montaria, enquanto na outra

²⁵⁵ *ibidem*. p. 433.

²⁵⁶ *ibidem*. p. 447.

²⁵⁷ *ibidem*. p. 454.

jaz amarrado o cadáver do seu colega. A ordem que se sucede parte de *Natário*: “Diga a quem lhe mandou que aqui, em Tocaia Grande, forasteiro nenhum põe o pé nem mete a mão. Quem tá mandando dizer é Natário da Fonseca e a prova tu tá levando. Não esqueça do recado”.²⁵⁸ Ao fim de tudo, cria-se o gatilho para os eventos que desencadearão a tragédia final de Tocaia Grande.

Após esse episódio, algumas reflexões são feitas, a começar pelo próprio narrador dizendo que, nos *tempos de antanho*, na *terra grapiúna* existia a decência da palavra empenhada, uma certa nobreza lhe sustentava, “[...] não se fazendo necessário o uso de papel timbrado ou a apresentação de documento”.²⁵⁹ A *velha Vanjé*, sergipana a quem *Natário* trata por tia, indaga ao capitão há quanto tempo ele havia chegado ali, limpado o terreno e plantado mandioca. Questiona se nessa ocasião, alguém havia reclamado a propriedade das terras. Ao ouvir a negativa de *Natário*, *Vanjé* prossegue argumentando que, depois de tudo limpo e plantado, colocam o olho em cima: “Vosmicê não viu o caso dos fiscais? De quem eram os porcos que eles mataram? Não eram de Altamirando? Mataram ele também. Diz-que é a lei, que nós tem que obedecer”. *Natário*, ao explicar a situação, diz que a investida contra o arraial possui raízes em um caxixe que fizeram no cartório de Itabuna, que legitima a posse das terras de Tocaia Grande em nome de *Venturinha*. O herdeiro do *coronel Boaventura* investia contra o povoado, contra o *capitão Natário*, para reivindicar terras que, segundo o caxixe, sempre teriam sido suas. Dessa maneira, em toda sua intransigência, “A lei, comadres e compadres. No cano da repetição, no gatilho dos revólveres, na boca dos clavinotes, a lei se anunciava. Após a enchente e a febre”.²⁶⁰ Comparadas às forças da natureza, enchente e febre, o exercício da lei, além de igualmente avassalador, também se apresenta sem apenas um rosto. Não se trata simplesmente da vontade de *Venturinha* personificando o massacre que há de vir, mas são as forças da civilização que decidem se impor sobre um lugar—resquício *dos tempos de antanho*. Forças representadas pelos membros da *corte altissonante*: intendente, juiz, promotor, o *mandatário* e sua *álacre companhia, Ludi*.²⁶¹

Depois da confusão com os fiscais da intendência, a lei se faz novamente presente no arraial com a chegada de *Irênio Gomes*, meirinho da vara criminal de Itabuna, acompanhado por dois soldados da Polícia Militar. O burocrata proclamou em praça pública as ordens do juiz de direito do fórum de sua cidade, para que

²⁵⁸ *ibidem*. p. 455.

²⁵⁹ *ibidem*. p. 461.

²⁶⁰ *ibidem*. p. 464-466.

²⁶¹ *ibidem*. p.484.

[...] os cidadãos de Tocaia Grande depusessem as armas e as rendessem à supracitada autoridade, à qual devia entregar-se ao mesmo tempo, pondo-se à disposição da justiça, para responder a processo crime de morte e comparecer a júri, o indigitado Natário da Fonseca, contra quem fora expedida ordem de prisão.²⁶²

Reunidos ali para escutar o que o funcionário da justiça tinha para dizer, o povo acabou por desarmar os três, enquanto “os cidadãos mais exaltados mandaram a lei à merda e o juiz à puta que o pariu”.²⁶³ Algumas horas depois, os primeiros tiros seriam trocados. Cerco, ataque e ocupação duraram dez horas e o resultado foi que “nem nos tempos das lutas entre Basílio de Oliveira e os Badaró sucedera tamanho morticínio em tão curto espaço de tempo”.²⁶⁴ O grupo de Venturinha saía vitorioso, carregando a bandeira da civilização, às custas do massacre do povo de *Tocaia Grande*.

A maneira como os acontecimentos repercutiram na imprensa não foi uníssona: nos jornais governistas, o relato foi de que se dera, simplesmente, “a imposição da ordem e da lei em remanescente valhacouto de bandidos, réus confessos e condenados, trânsfugas fugidos da polícia. Simples, rotineira operação de limpeza que viera pôr termo aos últimos resíduos de uma era de infâmia e barbárie”. Enquanto o único jornal da oposição adotou um tom de “indignação, vergonha e sangue, falando na volta dos tempos ignominiosos quando o sul do Estado era terra de criminosos desnaturados, monstros desalmados, bandidos sem lei”.²⁶⁵ Diferente do que se contou nos cordéis, que foram consoantes em condenar unanimemente o massacre, tomando partido do povo de Tocaia Grande:

Expuseram às claras as causas da razia – a inveja, a avidez de lucro, a imposição da força. Denunciaram os heróis proclamados pelas gazetas da situação, marcaram os vencedores com o estigma da maldade e da violência e defenderam a causa dos vencidos. Subversiva atitude de ignorantes, exposta em rimas de indigência. Com faltas de metrificacão e de gramática, as trovas correram mundo, chegando a distantes comarcas de Paraíba e de Pernambuco. Foram uma pequenina luz, um bruxuleio de fifós a alumiar a face obscura²⁶⁶

Existe, portanto, uma valorização dos relatos populares, rimas indigentes sem metrificacão nem gramática apropriada, em detrimento das vozes oficiais, legítimas e manifestas nos jornais. *Subversiva atitude de ignorantes*, é como o narrador qualifica a denúncia daqueles que as *gazetas da situação* proclamaram como heróis. Contudo,

²⁶² *ibidem*. p. 472.

²⁶³ *ibidem*. p. 472.

²⁶⁴ *ibidem*. p. 475.

²⁶⁵ *ibidem*. p. 482.

²⁶⁶ *ibidem*. p. 479.

apenas graças a essas trovas-fontes marginais, ressoadas sem prestígio, que a face obscura de Tocaia Grande pôde ser vislumbrada, como se iluminada pela luz oscilante de um candeeiro.

3.2 Progresso e mito nas temporalidades amadianas

Nos romances amadianos que analisamos, o progresso se constitui em um tema recorrente, relacionando costumes, política e desenvolvimento urbano. Como vimos, *Tocaia Grande* acontece em torno do desenvolvimento do povoado homônimo até o momento em que é fagocitado pelo progresso da *civilização*. Não ignoremos que o tal progresso consiste em um deslocamento, que necessita da variação do tempo para ocorrer. Por isso, analisamos os romances amadianos em busca de apreciações sobre ambos: tempo e progresso são aqui categorias que dialogam e se completam, tratadas de forma correlacionada pelo escritor em suas narrativas. Portanto, concomitante à procura pelas interpretações que Amado projeta sobre o progresso, analisaremos também as temporalidades enunciadas nas histórias que narra em seu ciclo do cacau.

Em seus livros, os personagens estão sempre referenciando – e reverenciando – o passado, de forma que o próprio passado dos personagens se atrela ao da região, como discutido no capítulo anterior. O mito pessoísta de origem, do qual também já falamos bastante, nunca deixa de estar presente nessa discussão. E, como já apontamos aqui, a própria escrita amadiana é uma série de referências ao passado, todos os seus romances do ciclo do cacau tratam disso, por isso o grande potencial de diálogo com a historiografia, que tentamos explorar nesse trabalho.

Na sua obra, essa grande quantidade de referências já se apresenta em *Cacau*, quando personagens fazem menção a época em que chegaram na região, dos *bons tempos das fortunas rápidas e assassinatos por qualquer coisa*, tempos em que foram tropeiros ou trabalhadores rurais. O desenvolvimento urbano acaba sendo constantemente pontuado nessas memórias, como a do velho trabalhador que diz ao personagem principal: “Eu vim faz trinta anos. Já fui trabalhador de mais de cinquenta fazendeiros... Já fui fazendeiro também. Um dia, Mané Frajelo me tomou o que eu tinha. Hoje sou trabalhador de novo. Quando eu vim praqui, Itabuna era Tabocas, Pirangi nem existia”.²⁶⁷ Concorrendo com o mítico tempo do desbravamento e o tempo diegético do presente,

²⁶⁷ AMADO, Jorge. *Cacau*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 28.

Cacau é um dos romances amadianos que tecem o tempo quase profético do prognóstico: “– Eu penso no dia que a rua da Lama se levantar, despedaçar as imagens dos santos, tomar conta das cozinhas ricas. Nesse dia até filhos elas poderão ter.”²⁶⁸ Trata-se de uma reflexão do narrador-personagem, que nos indica o horizonte de expectativa sociopolítico de Jorge Amado vazando nas páginas de Cacau, tingindo os anseios de personagens como *o sergipano* com as cores da revolução.

O historiador alemão Reinhart Koselleck atentou para a dimensão política do prognóstico, que ultrapassa a profecia justamente por se estabelecer em um horizonte de expectativa calculável, sendo que, simplesmente ao ser enunciado, já intervém como uma ação política propriamente dita. Além disso, o progresso desvela um futuro que extrapola o prognosticável, provocando, por sua vez, novos prognósticos.²⁶⁹ Por isso, conclui que expectativa e experiência existem uma em função da outra, “não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa”.²⁷⁰ Portanto, os prognósticos de Jorge Amado em seus romances, estão diretamente relacionados à sua experiência política, inserindo o tempo da revolução em sua narrativa, como em *São Jorge dos Ilhéus*, quando o narrador diz que a terra foi um dia dos fazendeiros que a conquistaram, no momento da narrativa estava sob o domínio dos exportadores, mas que *um dia* ela não mais teria dono.²⁷¹ De acordo com Koselleck, trata-se de uma visão da História pautada por uma totalidade, como se ela fosse inteira e única, conduzida por uma tendência evolutiva que faria também o futuro ser único, por ser um desenvolvimento do passado.²⁷²

Eduardo Duarte de Assis fala dessa perspectiva etapista do tempo e do progresso, em sua associação com a utopia revolucionária do comunismo, que projeta a sua realização em um ponto indefinido do futuro. Até o momento em que Amado publica *São Jorge dos Ilhéus*, na década de 1940, a diretriz do Partido Comunista era a de lutar pela instituição da democracia burguesa, que modernizaria o país e prepararia o terreno para a insurgência da revolução do proletariado, a superação de uma etapa pela outra em direção à utopia comunista.²⁷³ *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus* mergulham na história rural brasileira e expressam com clareza a concepção evolucionista oriunda do PC,

²⁶⁸ *ibidem*. p. 57.

²⁶⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. Tradução de César Benjamin et al. p. 32, 36.

²⁷⁰ *ibidem*. p. 307.

²⁷¹ AMADO, Jorge. **São Jorge dos Ilhéus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 321.

²⁷² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. Tradução de César Benjamin et al. p. 319.

²⁷³ DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado: o romance em tempo de utopia**. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 202.

segundo a qual vivia-se a etapa da revolução democrático-burguesa, que previa a união de camponeses e operários contra o capital estrangeiro, mas em favor da burguesia nacional.²⁷⁴ O tema ainda será brevemente retomado quando discutirmos mais especificamente as temporalidades do romance *São Jorge dos Ilhéus*, ainda nesse capítulo.

O tempo da profecia também compõe a trama de *Terras do Sem Fim*, e o faz através da previsão do feiticeiro *Jeremias*, morador da mata de Sequeiro Grande. *Jeremias* incorpora o ar misterioso e sobrenatural da mata, ele é a sua representação personificada e, em posição simétrica à de Jorge Amado, que rememora, *Jeremias* profetiza. O autor fala através da personagem do feiticeiro profeta, ao olhar para trás e relembrar, se utiliza da profecia de *Jeremias* quando diz: “Sabia que os homens a iam penetrar, iam derrubar a floresta, matar os animais, plantar cacau na terra onde havia sido a mata do Sequeiro Grande”.²⁷⁵ É o anúncio das transformações do migrante em desbravador, da mata em roça de cacau, que no tempo diegético da obra ainda se realizarão, mas no tempo e na memória do escritor, já se completaram. Trata-se da marcha irrefreável do progresso, que destrói o espaço associado ao tempo mítico, instaurando o tempo histórico em seu lugar.

É, ainda, em torno da mata que essa importante temporalidade é tecida: o *tempo mítico* é fundamental para compreendermos a concepção de região de Jorge Amado a partir de sua formação. Já abordamos o mito de origem pessoísta, e ressaltamos agora como a mata de Sequeiro Grande é o lugar do tempo mítico através do qual o passado da região foi frequentemente interpretado. O tratamento dado a ela é o de um personagem, ela é antropomorfizada: o narrador fala do sono da mata, de como ela era uma *virgem* “cuja carne nunca tivesse sentido a chama do desejo, que era linda, radiosa e moça”.²⁷⁶ Ao mesmo tempo em que sua jovialidade era enaltecida, o narrador fala de suas árvores seculares, troncos centenários, como se o tempo da mata fosse outro, estivesse paralisado, uma *moça* cujos séculos de idade nunca são precisados. Pelo contrário, tendem a uma origem indefinida, eterna, um tempo deslocado da cronologia histórica, o tempo do mito. Ela é *antiga como o tempo e jovem como a primavera*, descreve o narrador. Nela habitam assombrações e animais fantásticos, os mistérios do mundo. Acompanhando a apreciação do narrador, ficamos sabendo também que, além de moça, a mata é deus e, como tal,

²⁷⁴ *ibidem*. p. 311.

²⁷⁵ AMADO, Jorge. *Terras do Sem Fim*. 44. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.p. 116.

²⁷⁶ *ibidem*. p. 44.

infunde o medo no coração dos homens que a veem diante de si.²⁷⁷ É um pouco do mito paradisíaco da *terra-mãe que tudo dá*, fantasia lendária de viajantes e colonizadores de outrora, sobre a qual Duarte fala e reconhece em *Terras do Sem Fim*.²⁷⁸

Sobre a estruturação do mito e do tempo mítico, Roland Barthes escreve acerca de como ele tem uma função de eternizar uma eventualidade. O mito purifica o passado, naturalizando processos específicos, eventos, dando-lhes uma clareza de constatação em detrimento da explicação. Portanto, o mito dissolve a complexidade dos atos humanos, privando-os de qualquer característica dialética, de forma que transforma a História em natureza, conferindo a ela a simplicidade de um essencialismo, um passado sem contradições que remete a um mundo imóvel.²⁷⁹ Mircea Eliade diz que o mito possui o respaldo de ser absolutamente verdadeiro, sagrado, e narra como uma realidade passou a existir, sendo necessariamente a narrativa de uma criação, um *passar a ser* que detém a função de revelar modelos exemplares para as atividades humanas.²⁸⁰ A essas interpretações, somamos a de Sandra Pesavento, ao entender que os mitos encontram repercussão graças ao apelo que possuem a uma sensibilidade coletiva e historicamente vivenciada, constituindo matriz orientadora e normatizadora dos valores e práticas sociais.²⁸¹ Reunindo todos esses os aspectos levantados, podemos ter uma perspectiva enriquecida a respeito do funcionamento do mito de origem pessoísta, que pauta as narrativas a respeito do Sul da Bahia e desemboca no romance amadiano como a matriz do tempo lendário, mítico, através da qual o surgimento do Sul da Bahia enquanto região é explicado e o conjunto de valores e comportamentos da sociedade é sancionado.

Voltando às especificidades do romance, percebemos que o tempo da mata se confunde com o tempo da narrativa em *Terras do Sem Fim*, que acaba sendo fundamentalmente uma história em processo de descolamento do mito rumo ao progresso. Essa transição para a era do progresso que acomete as *terras semibárbaras de S. Jorge dos Ilhéus* é referenciada com frequência ao longo do romance. No trecho a seguir, podemos ter um vislumbre da contraposição entre as temporalidades: “[...] mas Juca Badaró não via na sua frente a mata, o princípio do mundo. Seus olhos estavam cheios de outra visão. Via aquela terra negra, a melhor terra do mundo para o plantio do cacau. [...]”

²⁷⁷ *ibidem*. p. 46.

²⁷⁸ DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado: o romance em tempo de utopia**. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 152.

²⁷⁹ BARTHES, Roland. **Mitologias**. 7. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2013. Tradução de Rita Buongiorno et al. p. 234, 235, 247.

²⁸⁰ ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 1991. p. 11, 13, 22.

²⁸¹ PESAVENTO, Sandra. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 29, 30.

Via as roças de cacau se estendendo na terra onde antes fora a mata”.²⁸² A atemporalidade da mata é cultivada nas contradições, ao mesmo tempo que é uma moça virgem, é um deus centenário, *antiga como o tempo*; é o princípio do mundo e o lugar “onde todas as horas eram horas de crepúsculo”.²⁸³ Entretanto, ainda que eterna, a *mata-deus* é mortal e o seu fim é antevisto novamente, dessa vez por *Juca Badaró*. Ele já não via a mata, quando a contemplava, mas as roças de cacau plantadas na terra negra que sustentara árvores seculares. O tempo da profecia de *Juca Badaró* é também o tempo do progresso anunciado, por um personagem que antevê e um escritor que rememora, o tempo do capital que a tudo transforma e submete a natureza ao seu ritmo.

Ainda buscando em *Terras do Sem Fim* as alusões que Amado faz ao *progresso*, nos deparamos com a descrição do surgimento do povoado de Ferradas e nos chama a atenção a sua semelhança com o que ele viria a escrever posteriormente em *Tocaia Grande*, como analisamos no início desse capítulo. Há semelhanças que podem ser identificadas entre a descrição do desenvolvimento das duas comunidades, reiterando o romance *Tocaia Grande* como uma obra-síntese do ciclo do cacau amadiano. Para ilustrar essa intertextualidade, que é fundamental para a compreensão da historicidade que se emaranha à ficção amadiana, a partir das interpretações que o escritor empreende sobre o passado do Sul da Bahia, lemos o seguinte trecho, em que o narrador conta o desenvolvimento de Ferradas tal qual o de Tocaia Grande seria contado cerca de quarenta anos depois:

Ferradas nasceu em torno do armazém de cacau que Horácio fizera construir ali. Ele precisava de um depósito onde juntar o cacau já seco das suas diversas fazendas. Ao lado do Armazém foram surgindo casas, em pouco tempo se abriu uma rua na lama, dois ou três becos a cortaram, chegaram as primeiras prostitutas e os primeiros comerciantes. Um sírio abriu uma venda, dois barbeiros se estabeleceram vindo de Tabocas, passou a haver feira aos sábados, Horácio mandava abater dois bois pra vender a carne. Tropeiros que vinham conduzindo tropa de cacau seco das fazendas mais distantes, pernoitavam em Ferradas, os burros vigiados por causa dos ladrões de cacau.²⁸⁴

Está lá o comerciante sírio, o armazém de cacau em torno do qual o povoado surge, os tropeiros que ali pernoitam e atraem prostitutas e outros comerciantes, bem como as ruas e casas que pouco a pouco são construídas no local. Uma série de elementos já reconhecidos anteriormente na narrativa de fundação de *Tocaia Grande*. Mais adiante, o narrador continua a falar do desenvolvimento do povoado, dizendo que começou apenas

²⁸² AMADO, Jorge. *Terras do Sem Fim*. Rio de Janeiro: Record, 1981. p. 49.

²⁸³ *ibidem*. p. 86.

²⁸⁴ *ibidem*. p. 130.

com quatro ou cinco casas à margem do rio, que abriram caminhos para outras casas e ruas, depois veio a estrada de ferro e em torno dela mais construções e ruas, as casas de tijolo sucedem às de barro, às estradas de terra batida seguem ruas calçadas de pedras.²⁸⁵ Várias referências que, na década de 1980, viriam a compor a narrativa de fundação de *Tocaia Grande*, como identificamos anteriormente nesse trabalho.

Outros elementos que seriam utilizados para o desenho histórico do povoado de *Tocaia Grande* estão presentes em *Terras do Sem Fim*, dessa vez como parte da descrição do desenvolvimento da cidade de Ilhéus. Como falamos na primeira parte do capítulo, o progresso marchou sobre Tocaia Grande partindo de uma ordem do município de Itabuna para abater os animais de criação que estivessem soltos pelas ruas do local, o que desencadeou uma série de retaliações que culminou na dizimação da comunidade local. Em *Terras do Sem Fim*, o progresso também é associado à proibição de uma prática do trabalhador rural, diretamente relacionada ao cultivo de sua subsistência: “uma ordenança municipal proibia que as tropas de burros que traziam cacau chegassem até o centro da cidade. As ruas centrais de Ilhéus eram calçadas todas elas e duas o eram de paralelepípedos, num sinal de progresso que inchava de vaidade o peito dos moradores”.²⁸⁶ A repetição dessa relação entre a cidade e o campo ao longo dos romances amadianos do ciclo do cacau, culminante em Tocaia Grande, remete imediatamente a duas obras que nos ajudam a entender essa situação.

Em uma delas, Henri Lefebvre escreve que “A cidade ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. Não sem os efeitos paradoxais anteriormente observados. A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais.”²⁸⁷ Jorge Amado parece compartilhar da perspectiva que possui o historiador francês. Afinal, conta em Tocaia Grande uma história muito semelhante, em que o povoado campesino é dissolvido pelo núcleo urbano através da imposição de uma ordenação de seu espaço. A outra obra é o romance *As Vinhas da Ira*,²⁸⁸ escrito por John Steinbeck e publicado pela primeira vez em 1939. Esse clássico da literatura americana conta a história de uma família que é desalojada de suas terras, na zona rural do estado de Oklahoma, em função do interesse dos bancos que desapropriam fazendas falidas. A partir daí, acompanhamos a tentativa da família de sobreviver e conseguir tirar algum sustento de suas atividades, que não serão mais vinculadas ao cultivo de suas próprias terras, mas trabalhar para um grande

²⁸⁵ *ibidem*. p. 134.

²⁸⁶ *ibidem*. p. 185.

²⁸⁷ LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. Tradução de Eduardo Frias. p. 74.

²⁸⁸ STEINBECK, John. **The grapes of wrath**. 6. ed. Londres: Penguin UK, 2000.

latifúndio monocultor em troca de um soldo miserável. No romance, testemunhamos a impessoalidade do ímpeto progressista, sem rosto, que, aliando grandes empreendedores e o capital financeiro, funciona como um grande antagonista indefinido e despersonalizado que oprime quem estiver no caminho de sua marcha, subvalorizando a humanidade do trabalhador e marginalizando as divergências, os outros tempos e os outros ritmos que não o da civilização.

Voltando a falar das diferentes temporalidades em *Terras do Sem Fim*, chegamos ao desfecho do romance, no episódio do julgamento do coronel Horácio. Nele, há um garoto que não havia aparecido anteriormente, sobre o qual o narrador diz o seguinte: “Uma multidão invadiu a sala, sobrava gente pelos corredores. Um menino, que anos depois iria escrever as histórias dessa terra, foi chamado por um meirinho para sacar da urna o nome dos cidadãos que iriam constituir o conselho de sentença”.²⁸⁹ Aqui, Amado conecta o tempo da narrativa, mítico, com o tempo histórico. Já que quem escreve as *histórias dessa terra* é ele mesmo, insinuando que aquele garoto, digno da atenção do narrador no evento final do romance, é o próprio escritor. Ao identificar sua persona ao personagem do menino, flertando com a tessitura de uma ficção sobre si próprio, Amado se insere no tempo da narrativa e, como consequência de tal manobra, insere a narrativa no tempo histórico.

Seguindo a cronologia narrativa de *Terras do Sem Fim*, chegamos a *São Jorge dos Ilhéus*, romance que dá continuidade ao conto sobre o desenvolvimento do Sul da Bahia em torno da lavoura cacaeira. Nessa obra, o tempo mítico é deixado de lado, não há mais a *mata-deus* do romance anterior, Sequeiro Grande foi finalmente engolida pela lavoura, suas terras agora estão a serviço, em última instância, do capital internacional, através dos exportadores de cacau. Já na última parte do romance, o narrador anuncia que, com a morte de *Horácio da Silveira*, o *tempo dos coronéis*²⁹⁰ havia acabado, enquanto mais adiante um dos personagens diz que acabava de começar o *tempo dos exportadores*, ou o *tempo do imperialismo*.²⁹¹ É justamente essa transição que Amado conta em sua obra, o crepúsculo de um tempo *quase lendário*: “Há muito que as mortes violentas se tinham tornado raras. Uma que outra vez se sabia de um homem assassinado. Nos discursos, os intelectuais da terra se referiam àqueles tempos de mortes e barulhos como uma coisa perdida no passado, distante e um pouco lendária”.²⁹² Como metonímia do fenômeno que

²⁸⁹ AMADO, Jorge. *Terras do Sem Fim*. Rio de Janeiro: Record, 1981. p. 257.

²⁹⁰ AMADO, Jorge. *São Jorge dos Ilhéus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 283.

²⁹¹ *ibidem*. p. 321.

²⁹² *ibidem*. p. 67.

interpreta, Amado conta nesse romance a história de como as terras de *Horácio da Silveira* foram parar sob a posse de uma companhia exportadora de cacau. Trata-se de uma ilustração exemplar do processo em que, no Sul da Bahia, o *tempo dos coronéis* dá lugar e é suprimido pelo tempo do capitalismo internacional, o *tempo dos exportadores*.

Em *São Jorge dos Ilhéus*, a todo momento lemos referências ao fluxo de capital estrangeiro na lavoura cacauzeira, como *o navio sueco, enorme e cinzento que engolia o cacau*, a linha aérea que os americanos planejam implantar entre Ilhéus e Salvador, além da estrada de ferro construída pelos ingleses.²⁹³ Em outro momento do texto, o narrador acrescenta uma companhia americana de seguros marítimos e outra de máquinas de escrever à crescente lista de empresas estrangeiras em Ilhéus.²⁹⁴ Nesse contexto, o que há em comum entre a indústria da comunicação e a do transporte é a relação que tecem entre o progresso e o tempo, através de sua deformação. Existe o pressuposto de que o tempo do progresso necessite ser continuamente acelerado, como não há maneira de fazê-lo diretamente, encurtam-se os espaços para que a produtividade seja cada vez maior em um período de tempo cada vez menor. O capitalista municiado da tecnologia, seja de transporte, seja de comunicação, utiliza-se da velocidade que essas indústrias proporcionam para encurtar os espaços, modelando o tempo em seu benefício.

Quem fala a respeito e historiciza a relação entre tempo, espaço e velocidade na sociedade é Zygmunt Bauman, que define a *conquista do espaço* como dependente do surgimento de máquinas cada vez mais velozes: “O movimento acelerado significava maior espaço, e acelerar o movimento era o único meio de ampliar o espaço. Nessa corrida, a expansão espacial era o nome do jogo e o espaço, seu objetivo; o espaço era o valor, o tempo, a ferramenta. Para maximizar o valor, era necessário afiar os instrumentos”.²⁹⁵ Durante muito tempo a riqueza e o poder estiveram atrelados à conquista territorial, com a premissa de que o espaço só seria possuído se fosse controlado.²⁹⁶

Isso nos remete precisamente ao episódio catalisador do massacre em *Tocaia Grande*, em que os agentes civilizatórios tentam ordenar o espaço do povoado através da proibição da presença de animais de criação nas vias públicas, indo ao encontro da ideia de que normatizar o espaço é uma estratégia para tê-lo sob posse, justamente o que ocorre

²⁹³ *ibidem*. p. 18, 19, 37.

²⁹⁴ *ibidem*. p. 46.

²⁹⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. Tradução de Plínio Dentzien. p. 131.

²⁹⁶ *ibidem*. p. 132, 134.

ao fim do romance. Para Bauman, a lógica que encadeia tempo, velocidade e poder passa pelo avanço das tecnologias de transporte, que permitem a algumas pessoas chegarem no destino muito antes de outras: “Quem viajasse mais depressa podia reivindicar mais território – e controlá-lo, mapeá-lo e supervisioná-lo –, mantendo distância em relação aos competidores e deixando os intrusos de fora”.²⁹⁷ A aceleração foi a própria condição para o advento da modernidade, a sua otimização sempre foi buscada e associada à maior lucratividade, por isso o lugar de destaque ocupado pelas tecnologias de comunicação e transporte. Quem também escreve sobre essas questões é Nicolau Sevcenko, autor de *Orfeu Extático na Metrópole*, livro que analisa os impactos das novas tecnologias no processo de metropolização da cidade de São Paulo durante a década de 1920. Nele, o historiador fala de como as inovações tecnológicas invadiam o cotidiano, se multiplicando mais rapidamente do que as próprias pessoas eram capazes de se adaptar a elas, o tempo era sistematicamente ampliado, graças ao encurtamento progressivo dos espaços.²⁹⁸

O resultado do investimento estrangeiro na estrutura da economia cacauceira é mencionado com frequência ao longo de *São Jorge dos Ilhéus*. O progresso passa a ser relacionado com a inserção da região no mundo, através dos exportadores de cacau:

Chamavam-na [Ilhéus] ‘Rainha do Sul’, em honra à sua riqueza. Era o quinto porto exportador do país, por ele saía todo o cacau da Bahia, 98% de todo o cacau do Brasil, uma grande parcela do total de cacau produzido no mundo. E raras cidades no Brasil tinham um crescimento tão rápido, ruas e ruas novas que eram abertas, uma febre de construções, uma das cidades mais ricas também, dinheiro correndo no comércio tão próspero.²⁹⁹

Em outro trecho, o narrador informa que o cacau de Ilhéus saía do seu porto nos grandes cargueiros suecos para os Estados Unidos, a Alemanha e o Norte da Europa.³⁰⁰ Enquanto o desenvolvimento da região é frequentemente comentado, a nomenclatura de *Rainha do Sul* volta a aparecer, acompanhada dos qualificativos de uma cidade *progressista* e *rica*, com seus sobrados *faustosos* e *luxuosos*, *avenidas largas*, *uma das quais acompanhava a curva do mar, numa imitação de Copacabana*, diz o narrador. Que, em seguida, fala de como o progresso da cidade de Ilhéus fez alavancar o desenvolvimento de toda região. Ele cita Itabuna, como a que se tornou um importante centro comercial, o *coração da zona do cacau*, Pirangi, Palestina, Guaraci, Itapira, e Água

²⁹⁷ *ibidem*. p. 130.

²⁹⁸ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 162.

²⁹⁹ AMADO, Jorge. **São Jorge dos Ilhéus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 27.

³⁰⁰ *ibidem*. p. 47.

Preta – antigos nomes de localidade que hoje são respectivamente conhecidas como Itajuípe, Buerarema, Coaraci, Ubaitaba e Uruçuca.³⁰¹

Essa relação entre centros e periferias emula a que Sandra Pesavento leva em consideração ao falar de como os discursos e imagens da civilização transitaram entre Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre, desde o final do século XVIII ao contexto da *Belle Époque*, nas primeiras décadas do século XX. Para ela, discursos e imagens são capazes de migrar no tempo e no espaço, trata-se do processo de *desterritorialização*, em função do qual existe a possibilidade de que em locais e em momentos diferentes, surjam problemas ou soluções semelhantes. Claro que devemos levar em conta que o processo de urbanização e de constituição da sociedade burguesa atinge uma relativa universalização, o que permite o surgimento de fenômenos similares. Entretanto, o deslocamento desses fenômenos não ocorreriam à revelia das especificidades de cada contexto, considerando as conjunturas e composições sociais diversas, que modificam e atribuem novos sentidos a discursos e imagens em trânsito: “Ocorrem, nesse processo, simplificações e acréscimos, aceitações e rejeições, seleções e versões, implicando a atribuição de outros sentidos distantes daqueles do original [...]”.³⁰² A partir daí, Pesavento pensa Paris não só como a *capital do século XX*, mas como um paradigma da *cidade moderna*, que irradia as imagens e os sentidos da modernidade, convertendo-se em modelo urbano também paradigmático para a modernidade brasileira.

Essa relação entre centros e periferias pode ser utilizada para pensarmos os significados do progresso na região Sul da Bahia na obra amadiana. Há pouco falávamos da como *São Jorge dos Ilhéus* indica uma relação de dependência econômica entre Ilhéus e os países importadores de cacau, potências econômicas centrais para o capitalismo internacional, do qual Ilhéus participa como um mercado periférico, útil enquanto durar a boa safra do fruto. Junto a isso, existe a menção de como a periférica cidade de Ilhéus, constitui um centro relativo para a região, *o coração da zona do cacau*, uma vez que seu progresso havia impulsionado as economias periféricas de Pirangi, Palestina, Guaraci, Itapira, e Água Preta, de acordo com o narrador do romance.

Ao fim do romance, mais uma vez o narrador nos oferece uma confluência de temporalidades, conectando o tempo mítico – da conquista dos desbravadores que tornaram-se fazendeiros – o tempo do progresso, de exportadores e do capital

³⁰¹ *ibidem*. p. 63.

³⁰² PESAVENTO, Sandra. **O Imaginário da Cidade**: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 22, 23.

internacional que acelera o desenvolvimento da região, e um tempo profético, alinhado com o horizonte de expectativas do Partido Comunista, o qual Amado ainda integrava na época: “Primeiro a terra foi dos fazendeiros que conquistaram ela, depois mudou de dono, caiu na mão dos exportadores que vão explorar ela. Mas um dia, companheiro, a terra não vai ter mais dono”.³⁰³ Não é a primeira vez que o escritor sobrepõe as diferentes temporalidades que estão presentes em sua narrativa, ressaltando simultaneamente um contraste e uma continuidade entre elas. O ciclo do cacau amadiano encadeia tempos da história e memória do Sul da Bahia, dos mitos e da narrativa ficcional, bem como o da utopia política. Sem necessariamente distinguir onde um deles começa e outro termina, promove sobreposições e circularidades que dão substância à cronologia narrativa de seus romances.

Cerca de 10 anos depois, Jorge Amado escreve *Gabriela, cravo e canela*, em que recupera o tema do desenvolvimento e progresso presente nos romances anteriores. Nesse aspecto, há muitas semelhanças com *São Jorge dos Ilhéus*, pois vemos aqui novamente a demarcação temporal, em que *os tempos antigos* são contrastados com *os idos de 1925*, quando a narrativa acontece, época em que “multiplicavam-se as fortunas, quando o progresso se estabelecia e transformava-se a fisionomia da cidade”.³⁰⁴ Sobre a fisionomia urbana que se transforma com o progresso, o narrador diz que ruas estavam sendo abertas, automóveis sendo importados, palacetes construídos, jornais e clubes fundados. Reforçando o caráter arquetípico da interpretação amadiana sobre o passado, para o qual já chamamos a atenção nesse trabalho, o narrador completa dizendo que *assim acontece sempre, em todas as sociedades*. Talvez aí esteja a razão pela qual certos temas são recorrentes ao longo do ciclo do cacau, a convergência a arquétipos. O desenvolvimento de Tocaia Grande relatado no livro homônimo não é nada diferente do desenvolvimento de Ferradas em *Terras do Sem Fim*, por exemplo. O repertório comum entre as obras amadianas apontam para uma ficção com intenções historiadoras arquetípicas.

Continuamos vendo a reincidência desse repertório em comum ao longo de *Gabriela*, no tratamento que Amado dá ao progresso de Ilhéus. A relação com os meios de transporte, a velocidade e o encurtamento do tempo, que é colocada em *São Jorge dos Ilhéus*, volta a aparecer com destaque graças à recém inaugurada estrada entre Ilhéus e Itabuna:

³⁰³ AMADO, Jorge. **São Jorge dos Ilhéus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 321.

³⁰⁴ AMADO, Jorge. **Gabriela, Cravo e Canela**. Rio de Janeiro: Record, 1983. p. 10.

Antes da chegada das chuvas organizaram uma empresa de transportes para explorar a ligação rodoviária entre as duas principais cidades do cacau, encomendaram quatro pequenos ônibus no sul. A viagem por estrada de ferro durava três horas quando não havia atraso, pela estrada de rodagem podia ser feita em hora e meia.³⁰⁵

Ora, a própria forma com que o narrador coloca o ganho de tempo surgido pela implementação de uma tecnologia de transporte mais veloz, ressaltando os 90 minutos economizados pelo uso da estrada – que seriam reinvestidos no trabalho – vai ao encontro das considerações que fizemos sobre a relação entre tecnologia, velocidade e progresso. Se observamos as leis da física, vemos que a variação do tempo é um componente estrutural do deslocamento, do progresso. E quanto maior a velocidade, mais progresso é realizado em um mesmo período de tempo, por isso o investimento na tecnologia de transporte é uma das formas encontradas para manipular uma grandeza que se poderia pensar intangível. Os espaços são encurtados através do aumento da velocidade, resultando em um aumento na capacidade de se acumular capital dentro de um intervalo de tempo constante.

Não podemos verificar se essa foi exatamente a mesma leitura efetuada por Jorge Amado, ainda que as menções ao investimento na tecnologia de transporte em nome do progresso sejam frequentes em sua obra. A essas considerações, acompanham referências explícitas à chegada do progresso, *a tão falada civilização*, manifesta na prosperidade crescente que envolvia os coronéis, em seus filhos indo estudar nas grandes cidades, mobília de luxo enfeitando as suas novas residências, o comércio em crescimento e tantos outros aspectos que permitem um olhar de admiração sobre o potencial desabrochado da Ilhéus de *Gabriela*.³⁰⁶ A nada sutil escolha do nome de *Mundinho Falcão* para o personagem empreendedor que assume as rédeas da cidade, no crepúsculo do tempo dos coronéis, remete imediatamente ao capital internacional: “Mundinho Falcão acreditava no progresso de Ilhéus e o incentivava”.³⁰⁷ Nome e sobrenome parecem dar chancela à linha de interpretação que escolhemos aqui, para falar dos sentidos que Amado acabou construindo a respeito da relação entre o capital internacional e o Sul da Bahia, entre as temporalidades em conflito na região, especificamente em uma Ilhéus que se desenvolve a passos largos, em detrimento de uma era relegada ao tempo mítico.

Por um lado, temos uma empolgação justificável diante do progresso:

³⁰⁵ *ibidem*. p. 19.

³⁰⁶ *ibidem*. p. 15.

³⁰⁷ *ibidem*. p. 20.

Progresso era a palavra que mais se ouvia em Ilhéus e em Itabuna naquele tempo. Estava em todas as bocas, insistentemente repetida. [...] Havia um ar de prosperidade em toda parte, um vertiginoso crescimento. Abriam-se ruas para os lados do mar e dos morros, nasciam jardins e praças, construíam-se casas, sobrados, palacetes. Os aluguéis subiam, no centro comercial atingiam preços absurdos. Bancos do sul abriam agências, o Banco do Brasil edificara prédio novo, de quatro andares, uma beleza!³⁰⁸

Do outro, a obsolescência de todo um conjunto de práticas culturais, sociais e políticas que caracterizaram o Sul da Bahia da *era do desbravamento*, Ferradas antes de gerar Itabuna, Tocaia Grande antes de se tornar Irisópolis, Ilhéus de tropeiros e coronéis, ou coronéis-tropeiros, tal como postula a narrativa tradicional pessoísta.

Ao longo do romance, esse conflito entre a tradição e o desenvolvimento é evidenciado em vários trechos, como: “a cidade ia perdendo, a cada dia, aquele ar de acampamento guerreiro que a caracterizara no tempo da conquista da terra. [...] No entanto, ainda se misturavam em suas ruas esse impetuoso progresso, esse futuro de grandezas, com os restos dos tempos da conquista da terra [...]”.³⁰⁹ O narrador complementa dizendo que àquela altura, as tropas de burros ainda se misturavam aos caminhões no centro comercial. A transição de uma sociedade para a outra, um tempo para o outro, passa por uma superposição entre eles, rupturas coexistem com permanências da época das conquistas, do tão celebrado desbravamento ao qual Amado sempre volta ao longo do seu ciclo do cacau. Em outro momento, o narrador fala de como o passado que desaparecia aos poucos, em benefício das *inovações e recentes costumes*, ainda estava presente nos hábitos das pessoas e nos detalhes da vida na cidade. Esse passado oferecia resistência, ainda mais que os hábitos tradicionais haviam sido *transformados pelo tempo quase em leis*.³¹⁰

Há também um trecho em que fica evidente a percepção de que o desenvolvimento da região encontra um entrave em suas práticas culturais, sociais e políticas tradicionais, como se extirpá-las parecesse a solução mais eficaz para que a marcha do progresso seguisse a todo vapor: “Essa terra de Ilhéus estava longe de ser realmente civilizada. Falava-se muito em progresso, o dinheiro corria solto, o cacau rasgava estradas, erguia povoados, mudava o aspecto da cidade, mas conservavam-se os costumes antigos, aquele horror”.³¹¹ No fim das contas, apesar de não serem dobrados facilmente antes os novos costumes da civilização, emulando até aqui a trajetória da própria *Gabriela* em sua luta e

³⁰⁸ *ibidem*. p. 20.

³⁰⁹ *ibidem*. p. 21.

³¹⁰ *ibidem*. p. 22.

³¹¹ *ibidem*. p. 155.

resistência contra esses mesmos costumes, o conjunto de aspectos relacionados ao passado que o progresso deixa para trás finalmente cede e dá lugar às sociabilidades dos novos tempos. O episódio final do romance, em que “pela primeira vez, na história de Ilhéus, um coronel do cacau viu-se condenado à prisão por haver assassinado esposa adúltera e seu amante”,³¹² fecha o ciclo de transição entre as duas eras, ao mesmo tempo em que remete a uma estrutura narrativa cíclica que nos leva de volta à ponta inicial do romance, em que o duplo homicídio passional em questão, cometido pelo coronel Jesuíno contra sua esposa e o amante dela, é, no momento, absolvido pela lei não escrita de garantia do direito de defesa da sua própria honra. Com isso, Amado insere em meados da década de 1920, a transição entre duas eras identificadas por suas próprias conjunturas culturais, econômicas, políticas e sociais – enfim, históricas. Não nos parece à toa que o escritor tenha alocado com precisão essa grande ruptura na década de 1920. Duarte explica que entre 1922 e 1930, o Brasil vive um processo de desgaste do poder instituído e de sua estrutura de sustentação, é o momento em que os modernistas contrastam o país idealizado por sua versão tangível, subdesenvolvida e arcaica. O coronelismo provinciano enfrentava uma postura generalizada de rejeição, diante da pobreza e atraso do país, o tenentismo surgia como esperança, junto com o desejo de mudanças institucionais e perspectivas influenciadas pelo liberalismo.³¹³

Por fim, para fazermos sentido da confluência de tantas temporalidades distintas no ciclo do cacau amadiano, temos um trecho de *O Imaginário da Cidade*, em que Pesavento diz o seguinte:

O saudosismo é um traço que acompanha as leituras da cidade em face da modernização urbana. As desigualdades e paradoxos do processo em curso se traduzem em formas discursivas que não precisam ser necessariamente desta ou daquela tendência, mas que combinam diferentes sensibilidades. Assim, um mesmo autor pode, por vezes, ser saudosista e inverter as temporalidades vendo, no presente, a cidade do passado e buscar a urbe ideal no campo ou na quase aldeia, e, por outras, maravilhar-se com os resultados do progresso. Nesse outro viés, a horizontalidade de sua visão aponta para o futuro, vendo, na cidade do presente, a cidade que um dia virá a ser. Otimista, tal postura que se insinua como progressista consegue enxergar, no presente, o futuro como uma conquista assegurada [...].³¹⁴

Ao longo dos romances que publicou e que traziam o Sul da Bahia como principal personagem, Amado se permitiu inventar uma cidade para falar de todas as outras, falar

³¹² *ibidem*. p. 358.

³¹³ DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado: o romance em tempo de utopia**. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 34-37.

³¹⁴ PESAVENTO, Sandra. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 317.

do futuro para evidenciar as expectativas do seu presente e dizer o passado para manifestar experiências contemporâneas. Mito, literatura, história e política foram trabalhados em temporalidades diferentes para dar forma à interpretação amadiana sobre a *sua* região, sobre o *ser grapiúna* que lhe parecia ser tão caro. Não nos parece por acaso que o mito e o progresso tenham sido os fatores comuns a romances escritos em contextos históricos tão distantes no tempo, uma amplitude cronológica que cobre meio século de experiências e conjunturas em constante transformação. *O ciclo do cacau* culmina em *Tocaia Grande*, uma obra que repete às antecessoras ao passo que mantém o eixo em torno do mito que funda a região e do progresso que marcha sobre ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do texto, recorremos a Zyngmunt Bauman para começar a falar sobre como a História, enquanto instituição intelectual tradicional, tem dividido espaço com uma série de outras instâncias difusoras de imagens. Tais imagens disputam com aquelas que são criadas no âmbito da historiografia e calçam o nosso terreno existencial, que Albuquerque Jr. reconhece ser imagético. Uma diferença crucial entre os nexos sobre o passado construídos na historiografia e todos os outros é o compromisso tácito com a verdade, por mais difuso que esse conceito possa parecer atualmente, e com a agenda operacional utilizada para se aproximar dela. Não foi à toa que abrimos o trabalho com uma discussão mais aprofundada acerca do conceito de *verdade*, buscando evidenciar as várias possibilidades de encará-la. Foucault nos fez atentar para sua relação com o poder, Rancière e Paz nos levaram a pensá-la a partir da estética e dos recursos literários, Melchior-Bonnet nos fez perceber a relação necessária e determinante entre a *verdade* e os instrumentos utilizados para contemplá-la.

Nesse percurso, foi fundamental a contribuição de Umberto Eco, que nos permitiu encontrar uma conciliação entre as diferentes concepções de verdade, de modo que servissem como referência à historiografia, sem abrir mão dos recursos ficcionais. *Também há verdade na ficção*, nos disseram esses autores. Como escreveu Clóvis Oliveira e já citamos aqui: ficção não é falseamento, é criação. Ao criar, a historiografia não está ignorando o rigor metodológico, nem a importância das fontes, mas está lançando mão de um repertório estilístico e discursivo para transformar documentos em História. Assim, ao investigarmos o funcionamento da História, caímos nesse lugar de fronteira com a Literatura. Ponderamos as trocas oferecidas por uma à outra e voltamos à questão da verdade histórica, a respeito da validade das imagens que concorrem com as que produzimos através de uma metodologia operacional específica e rigorosa. Nesse ponto, encontramos na obra de Jorge Amado uma interlocução preciosa, de um escritor que utilizou as ferramentas próprias da literatura para empreender uma interpretação sobre a região onde nasceu e, em particular, o seu passado.

Pode parecer primário, mas as instituições intelectuais muito tem perdido por ignorarmos que o óbvio também precisava ser dito. Então, a questão básica que nos incomodou foi se, existindo nexos factualmente verdadeiros a respeito do passado nos romances amadianos, poderíamos assumir que o escritor baiano teceu sentidos

historiográficos em sua literatura, ou que sua prática literária foi complementada por uma intenção historiográfica. Com essa indagação, podemos olhar em retrospectiva para discussão teórica realizada aqui, pela busca de definições para ficção, verdade, literatura e história. A necessidade de nos lançarmos sobre tantas frentes teóricas está tão entrelaçada à vontade de identificarmos os sentidos que Amado propôs a respeito do passado do Sul da Bahia, que é praticamente impossível distinguirmos uma hierarquia de importância entre as duas discussões. Se estivemos utilizando os romances do *ciclo do cacau* amadiano para debater teoria e historiografia, ou se tem sido o inverso, não é uma pergunta que, à essa altura, me sinto pessoalmente capaz de responder.

De qualquer forma, antes de abordarmos os romances de Jorge Amado, assumimos através das discussões teóricas que um escritor de ficção pode utilizar documentos para tecer interpretações sobre o mundo, sobre o passado. Entretanto, o ficcionista prescinde de um compromisso com a crítica documental, que é fundamental ao historiador. Tal independência confere a um escritor como Amado uma liberdade criativa incomparável àquela da qual dispõe a historiografia. Enfim, literatos estão aptos a buscarem os mesmos objetivos e obedecer às mesmas diretrizes que historiadores, utilizar um aparato metodológico semelhante, ou mesmo ter a verdade histórica como norte de seu texto. Contudo, todo esse conjunto que, em relação à literatura, vemos como uma possibilidade dentre outras, na historiografia se constitui como um compromisso primordial. Desse modo, percebemos que as incontáveis e valiosas permutas entre as disciplinas não significam uma identificação plena entre elas.

Ao tratarmos diretamente do ciclo do cacau amadiano, obras que tomam o Sul da Bahia como terreno das histórias que conta, fomos primeiramente em busca de como os nexos históricos encontrados nos romances em questão reforçam uma série de referências centrais para a constituição do lugar como uma região definida. A ideia de invenção de uma região, tão bem trabalhada por Albuquerque Jr., foi uma das principais inspirações para que pudéssemos pensar a artificialidade³¹⁵ do que ocorreu em relação ao Sul da Bahia nesse sentido. Em função do mito de origem pessoísta, ao lugar foi atribuída uma unidade cultural, social e histórica, e ele passou a ser definido como região grapiúna, ou *cacaueira*. Nesse sentido, em um primeiro momento nos valem das trilhas abertas por historiadores como Mary Ann Mahony e André Ribeiro, para perceber como as narrativas amadianas estão calcadas nos mesmos referenciais que irradiam do mito de origem da região.

³¹⁵ Da mesma forma que *ficção* se refere a uma *criação*, e não a um *falseamento*, entendemos *artificial* não como *falso*, mas como uma produção humana, em contraste com o que é *natural*.

Acontece que a constituição de uma unidade que aglomera diferentes sujeitos, sociabilidades e histórias pressupõe a depuração simbólica daquele conjunto, uma filtragem que cria o contraste com uma série de *outros* através de sua exclusão, de forma que permita o estabelecimento de um senso identitário com a silhueta do recorte projetado. Por isso, tratamos de investigar como essas exclusões aparecem, ou desaparecem, na obra amadiana, levando em consideração a relação entre representação e poder. Vimos como a interpretação que Amado constrói sobre o passado da região alienou regularmente as experiências relacionadas a escravos e a povos indígenas das narrativas sobre o Sul da Bahia, principalmente relacionadas à versão do seu passado que se quis cultivar. Me refiro à que coloca o coronel do cacau como sucessor do desbravador, que teria derrubado a mata e colocado a pedra fundamental para o desenvolvimento da lavoura cacaeira e, conseqüentemente, o desenvolvimento da região. É uma leitura do passado sob a perspectiva do mito pessoísta, que nega a participação de índios e escravos na empresa cacaeira, reforçando a ideia, perpetuada até hoje, de que a região foi fundada e desenvolvida através do trabalho duro de *desbravadores*, que prosperariam e se tornariam as lideranças políticas e econômicas da região nas primeiras décadas do século XX.

Concluindo um movimento anunciado já na introdução desse trabalho, encaramos a obra amadiana como o espaço e ferramenta que o escritor utilizou para ler e propor leituras sobre o passado do Sul da Bahia, especificamente sobre o surgimento e desenvolvimento das cidades que compõem a região. Consideramos os *esforços historiográficos* de Jorge Amado, com todas as ressalvas possíveis, conforme reiteramos há pouco. Nesse sentido, a importância de *Tocaia Grande* diante do conjunto de seus romances, e da história que conta a respeito do Sul da Bahia e de suas comunidades, reside no seu aspecto essencial que é o de servir como inventário do ciclo do cacau amadiano. Me refiro ao fato de que o derradeiro romance do ciclo é uma espécie de culminância de todos os outros, ao passo que conta a história de fundação e desenvolvimento de um povoado ficcional arquetípico, reunindo elementos recorrentes nos romances anteriores, como os conflitos originados na tensão entre o mito e o progresso. *Tocaia Grande* é nenhuma e também todas as comunidades sul-baianas, é a ficção que Amado encontra para poder contar uma história sobre o Sul da Bahia, história que ele vinha contando desde 1933, quando *Cacau* foi publicado.

As possibilidades para as quais esse trabalho aponta são proporcionais à quantidade de lacunas que compõem a sua incompletude. No segundo capítulo, falamos

de como seria estranho denunciar a seletividade de Jorge Amado sem reconhecer a seletividade própria da historiografia. Quem conta uma história, conta *uma* história, seja romancista, seja historiador. No entanto, imagino que tantas outras histórias poderiam ser contadas em torno dos temas que levantamos aqui. No Sul da Bahia, particularmente, as interpretações acerca do passado não se limitam aos romances de Jorge Amado. Desde Sosígenes Costa à Jorge Medauar, de Euclides Neto a Adonias Filho, a literatura regional interpretou a região, ofereceu versões acerca do seu passado, insinuou projetos políticos e conduziu os olhares do leitor sobre o lugar e sua história, cada texto a seu modo. Apenas em torno dessa região em específico, as possibilidades já são incontáveis. Ainda que permaneçamos na obra amadiana, interessa investigar mais profundamente as conjunturas históricas que dão contexto ao olhar do romancista sobre o desenvolvimentismo, o coronelismo, as transformações políticas e tantos outros processos históricos nos quais não nos detivemos aqui. A própria historiografia sul baiana possui muito a oferecer, se colocada em comparação com as leituras de Jorge Amado, ou dos outros escritores que mencionamos.

Koselleck diz que a História é algo diferente do que sua articulação linguística consegue nos transmitir, ainda que essa diferença seja perceptível apenas através da linguagem.³¹⁶ Essa ponderação quase paradoxal nos faz lembrar do componente linguístico obrigatório na relação do sujeito com o mundo, e com o passado. É como se a linguagem integrasse organicamente o nosso aparato sensorial, o que gera uma série de questionamentos, inclusive a respeito da natureza dos textos e imagens que produzimos e apreendemos nos nossos esforços para compreender a realidade. Alguns desses textos são produzidos a partir da historiografia, outros pela literatura, e interações entre ambos nos interessaram e foi no entorno de tais interações que esse trabalho foi desenvolvido. Entretanto, sabemos que muitas outras instâncias não cessam de enunciar o mundo e sabemos que a historiografia não possui o monopólio das percepções sobre o passado. Por isso, considerar os vários nuances dos diálogos entre a historiografia e outras disciplinas, outras categorias imagético-textuais, bem como aprofundar a investigação nos aspectos sempre renovados da relação entre a historiografia e a própria literatura, são caminhos que estão prontamente oferecidos e merecem ser percorridos.

³¹⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. Tradução de César Benjamin et al. p. 268.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Cacau**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Gabriela, Cravo e Canela**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

_____. **São Jorge dos Ilhéus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Terras do Sem Fim**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Tocaia grande: a face obscura**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011

ALVES, Ívia. As mudanças de posição da crítica e a produção de Jorge Amado. In: _____ (Org.). **Em Torno de Gabriela e Dona Flor**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2004.

BARBOSA, Carlos Arléo. São Jorge dos Ilhéus: um panorama político. In: PÓVOAS, Ruy (Org.). **Mejigã e o contexto da escravidão**. Ilhéus: Editus, 2012.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 7. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2013. Tradução de Rita Buongermino et al.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. Tradução de Plínio Dentzien.

_____. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. Tradução de Carlos Alberto Medeiros.

_____. **A Vida Fragmentada: ensaios sobre a moral pós-moderna**. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2007. Tradução de Miguel Serras Pereira.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. Tradução de Maria de Lourdes Menezes.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 19

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 2002. Tradução de Maria Manuela Galhardo

DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado: o romance em tempo de utopia**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Tradução de Hildegard Feist

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 1991

FALCÓN, Gustavo. **Coronéis do Cacau**. 2. ed. Salvador: Solisluna Editora, 2010.

FILHO, Adonias. **Sul da Bahia: chão de cacau**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. Tradução de Roberto Machado.

GINZBURG, Carlo. **Relações de Força: História, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Tradução de Jônatas Batista Neto.

GOLDSTEIN, Ilana. **O Brasil best-seller de Jorge Amado**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, College Park, v. 14, n. 3, p.575-599, set-dez. 1988. Disponível em: <goo.gl/7pGZUP>. Acesso em: 15 jan. 2019.

IN THE mouth of madness. Direção de John Carpenter. Roteiro: Michael de Luca. EUA: New Line Cinema, 1994. (95 min.), son., color.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. Tradução de Mario Vilela.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. Tradução de César Benjamin et al.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. Tradução de Eduardo Frias.

MAHONY, Mary Ann. **The World Cacao Made: Society, Politics and History in Southern Bahia, Brazil, 1822-1919**. f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Yale University, New Haven, 1996

_____. **Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. Especiarias: Cadernos de Ciências Humanas**, Ilhéus, v. 10, n. 18, p.737-793, jul. - dez. 2007.

MARCIS, Teresinha. O Engenho de Santana: uma reconstrução histórica. In: PÓVOAS, Ruy (Org.). **Mejigã e o contexto da escravidão**. Ilhéus: Editus, 2012.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3 ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018. Tradução de Renata Santini.

MELCHIOR-BONNET, Sabine. **História do espelho**. Lisboa: Orfeu Negro, 2016. Tradução de José Alfaro.

OLIVEIRA, Clovis. **Canções da Cidade Amanhecendo**: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Salvador: Edufba, 2016.

_____. Histórias adormecidas. In: _____. **Miudezas do Tempo**: sobre história e outras ficções. Feira de Santana: Uefs Editora, 2016. p. 13-37.

PAZ, Octavio. **Signos em rotação**. São Paulo: Perspectiva, 2015. Tradução de Sebastião Uchoa Leite

PESAVENTO, Sandra. **O Imaginário da Cidade**: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2002

PÓVOAS, Ruy. Restauração do fato histórico: A escrita e a oralidade. In: PÓVOAS, Ruy (Org.). **Mejigã e o contexto da escravidão**. Ilhéus: Editus, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: ensaio de poética do saber. São Paulo: Unesp, 2014. Tradução de Mariana Echalar.

RIBEIRO, André Luís Rosa. **Família, Poder e Mito**: O município de S. Jorge de Ilhéus (1880 - 1912). Ilhéus: Editus, 2001.

_____. **Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880 – 1950**. 2008. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Ffch, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, O Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Tradução de Alain François [et al].

SANTOS, Flávio; PONTES, Kátia. Reflexões sobre Áfricas e sobre o engenho das revoltas. In: PÓVOAS, Ruy (Org.). **Mejigã e o contexto da escravidão**. Ilhéus: Editus, 2012.

SARAMAGO, José. **História do cerco de Lisboa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Ayalla. **Ordem imperial e aldeamento indígena**: Camacãs, Gueréns e Pataxós no sul da Bahia. 12. ed. Ilhéus: Editus, 2017.

SOARES, Valter. **Cartografia da Saudade**: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja. Salvador: Edufba; Feira de Santana: UEFS Editora, 2009.

STEINBECK, John. **The grapes of wrath**. 6. ed. Londres: Penguin UK, 2000.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Tradução Rosaura Eichemberg.

WHITE, Hayden. **Meta-história:** A Imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1992. Tradução de José Laurênio de Melo.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade:** na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Tradução de Paul Henriques Britto.

XING, Fan. **Tocaia Grande:** romance-síntese de Jorge Amado. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Teoria e História Literária, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <<http://tiny.cc/287n9y>>. Acesso em: 18 dez. 2018.